



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de **Quadros Escolares** destinados ao atendimento das necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Departamento Municipal de Educação.

2. DA JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem por objetivo atender a demanda necessária das Escolas Municipais e da Educação Infantil (Creches) da Rede Municipal de Ensino de Coronel Domingos Soares.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos dos itens a serem adquiridos são:

QUADROS ESCOLARES				
ITEM/ DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANT	RS UNITÁRIO	R\$ TOTAL
Quadro branco na medida 2,50 m x 1,20 mst, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3 mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50 m x 1,20 m.	6822 unid	100	546,03	54.603,00
TOTAL				54.603,00

4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo fiscal Técnico do Departamento de Educação de contrato Carla Elsi Bervig de Almeida e Fiscal Geral Glênio José Maito.



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

002

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado aproximado para aquisição dos itens é de R\$ 54.603,00

ESTIMATIVA DE GASTOS POR MODALIDADE

Estimativa de Gastos	Ano de 2022	Quantidade	Valor	Ano de 2023	Quantidade	Valor	Total
PRÉ ESCOLA		10 und.	5.463,00		10 und.	5.463,00	10.926,00
ENSINO FUNDAMENTAL		40 und.	21.841,20		40 und.	21.841,20	43.682,40
Total R\$ 54.603,00							

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos indicados pela contabilidade.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 12 meses.

Coronel Domingos Soares, 31 de maio de 2022.

Daiana Neves de Oliveira
Diretora do departamento da
educação

Carla Elsi Bervig de Almeida
Fiscal Técnico Departamento de
Educação

Glênio José Maito
Fiscal Geral



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
CNPJ 01614415/0001-18

003

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2022

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Aquisição de QUADROS BRANCOS ESCOLARES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino:

Razão Social: NERI JACINTO VIEIRA	Banco: 003	Agência: 0264	Conta: 603-4
Endereço: AV. ARAUCARIA	e-mail: espacokathuza@gmail.com		
Município/UF: CORONEL DOMINGOS SOARES PR.	Inscrição estadual: ISENTO		
CNPJ nº: 45.583.765/0001-30	Telefone: (46)92000-1414	Representante legal: DAYSI KATHUZA VIEIRA	

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2022

ITEM/ DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANT	R\$	R\$
			UNITÁRIO	TOTAL
Quadro branco na medida 2,00 m x 1,20 mst, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3 mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50 m x 1,20 m	un	100	394,20	39.420,00

Observações: Espaço Kathuza papelaria CNPJ: 45.583.765/0001-30	Data e Assinatura do representante legal:
--	---

Obs.1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST(débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;
Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00(oito mil reais);
Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.
Obs. 4: A presente cotação não se traduz em quaisquer garantias de contratações ou aquisições, podendo servir como elemento instrutor para a elaboração de processo licitatório futuro ou não.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
45.583.765/0001-30
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
09/03/2022

NOME EMPRESARIAL
NERI JACINTO VIEIRA 34098194953

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ESPACO KATHUZA PAPELARIA E PRESENTES

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

7.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais

7.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

02.19-9-01 - Fotocópias

47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação

47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos

47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente

85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho

47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos

47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório

47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
AV ARAUCARIA

NÚMERO
SN COMPLEMENTO
SALA

CEP
557-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
CORONEL DOMINGOS SOARES

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
ESPACOKATHUZA1@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(46) 2000-1414

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/03/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

000

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Aquisição de QUADROS BRANCOS ESCOLARES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, destinados as escolas da Rede Municipal de Ensino

Razão SOC. alt	Banco:	Agência:	Conta:
A. O ZANDONAY E CIA LTDA - ME	Sicredi	0737	83325-8
Endereço:	e-mail:		
AVENIDA TUPI, 4212 - CRISTO REI	ciareapelaria@gmail.com		
Município/UF:	Inscrição estadual:		
PATO BRANCO - PR	31602801-22		
CNPJ:	Telefone:	Representante legal:	
80393325/0001-10	46 984058412	Anedir Zandonay	

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

ITEM/ DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANT	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
Quadro branco na medida 2,50 m x 1,20 mst, confeccionado em laminado melam inico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3 mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40 cm , sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50 m x 1,20 m	100	100	748,90	74.890,00

Observações:

CIARE PAPEL & GAFÉ
A.O. ZANDONAY E CIA LTDA - ME
CNPJ 80.393.325/0001-10 E 31.602.801-22
AV. TUPI, 4212 - CRISTO REI
85507-512 - PATO BRANCO - PR
FONES: (46) 3223-3587 (46) 98405-0112
@ciarepapelcafete @ciarepapelaria
ciarepapelaria.com

Data e Assinatura do representante legal:

Leura R. Zandonay

Obs. 1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST (débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;
Obs. 2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
Obs. 3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
80.393.325/0001-10
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
25/01/1988

NOME EMPRESARIAL
A O ZANDONAY & CIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
GRIARE PAPEL E CAFE

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
AV TUPI

NÚMERO
4212
COMPLEMENTO

CEP
85.507-512

BAIRRO/DISTRITO
CRISTO REI

MUNICÍPIO
PATO BRANCO

UF
PR

CONTATO ELETRÔNICO
CONTABIL@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(46) 3223-3687

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
23/12/2000

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

008

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a Aquisição de QUADROS BRANCOS ESCOLARES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino:

Razão Social: CHEILA ELIZANDRA DE ALMEIDA	Banco:	Agência:	Conta:
Endereço: AV. DUQUE DE CAXIAS, 630 SALA 03	e-mail: papelariaaquarelasalvador@gmail.com		
Município/UF: SALVADOR DO SUL - RS	Inscrição estadual: 221/0014870		
CNPJ nº: 16.703.942/0001-76	Telefone: 51996499722	Representante legal: CHEILA ELIZANDRA DE ALMEIDA	

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2022

ITEM/ DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANT	RS UNITÁRIO	RS TOTAL
Quadro branco na medida 2,00 m x 1,20 mst, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3 mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50 m x 1,20 m	UN	100	R\$495,00	R\$49.500,00

Observações:

Data e Assinatura do representante legal:
SALVADOR DO SUL, 25/05/2022

Cheila E. de Almeida
16.703.942/0001-76

Cheila Elizandra de Almeida

Obs.1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST (decretos e tributos) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;

Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o limite máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento

Obs. 4: A presente cotação não se traduz em quaisquer garantias de contratações ou aquisições, podendo servir como elemento instrutor para a elaboração de processo licitatório futuro ou não.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
16.703.942/0001-76
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
15/08/2012

NOME EMPRESARIAL
CHEILA ELIZANDRA DE ALMEIDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
AQUARELA

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
7.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
7.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
7.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
AV DUQUE DE CAXIAS

NÚMERO
630
COMPLEMENTO
SALA 03

CEP
95.750-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
SALVADOR DO SUL

UF
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO
cheila8almeida@hotmail.com

TELEFONE
(51) 9649-9722

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
15/08/2012

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/06/2022 às 16:56:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

010

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de Aquisição de Quadros Escolares, são os seguintes:

Especificação de Dotações:

07 Departamento de Educação

002 – Assessoria Educacional

12.361.0007.2042 – Atividades de Assessoria Educacional

Conta de despesa - 3390– fonte de recurso 103

Conta de despesa - 3390– fonte de recurso 104

003 Divisão de Ensino Fundamental

12.361.0007.2046 – Manutenção do Ensino Fundamental

Conta de despesa - 3820– fonte de recurso 103

Conta de despesa - 3830– fonte de recurso 104

004 Divisão de Ensino Pré Escolar

12.365.0007.2050 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escolar

Conta de despesa - 4090– fonte de recurso 103

12.365.0007.2053 – Manutenção do Ensino Infantil – Creches

Conta de despesa - 4310– fonte de recurso 104

44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 22 de junho de 2022.

Daniele P. Bringhenti
Contadora CRC PR-047272/O-2



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

011

Parecer de Licitação 88/2022

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente a Aquisição de Quadros Escolares. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
2. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
3. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

4. Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: Aquisição de Quadros Escolares. Limitado ao teto máximo de R\$ 54.603,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e três reais), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Educação.

Coronel Domingos Soares, 22 de junho de 2022.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

012

PROCESSO Nº. 093/2022
PREGÃO Nº. 46/2022 - ELETRÔNICO

EDITAL

Objeto: "Aquisição de Quadros Escolares "

IMPORTANTE:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 15:00 do dia 18/07/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 do dia 18/07/2022.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: e-mail: licitapmcds@hotmail.com

Fone/Fax: (46) 3254-1166

Horário de expediente: das 8:00h às 12h e das 13:30 as 17:00 em dias úteis.

Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I - Termo de Referência – "objeto detalhado";

Anexo II - Modelo de Declaração de "inexistência de fatos impeditivos";

Anexo III - Modelo de Declaração "que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios";

Anexo IV - Modelo de Declaração de que o proponente "não possui empregados menores de 18 anos";

Anexo V – Declaração de ME ou EPP(opcional);

Anexo VI – inexigível para este certame;

Anexo VII - Modelo de Carta-Proposta para fornecimento do objeto;

Anexo VIII - Minuta do Contrato;

Anexo IX - declaração CNAE; e,

Anexo X - declaração de inexistência de vínculo funcional.

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, através do Diário Oficial do Estado do Paraná-DIOE e Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais normas correlatas e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO- Por item**, para a aquisição dos objetos descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação, sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto pretendido pela administração.

1.2. Os documentos referentes às **propostas comerciais** e aos **anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até **18/07/2022 às 15:00**, no site www.licitacoes-e.com.br.

1.3. A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, para disputa de preços, ocorrerá **18/07/2022 às 15:30**, no site www.licitacoes-e.com.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.4. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 5.450/05, art. 24, § 5º).

1.5. Qualquer pessoa, devidamente qualificada(nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica), poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas (artigo 12 do anexo "I" ao Decreto 3.555/00, de 08 de agosto de 2.000), no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

013

1.6. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.7. Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente edital.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

IV - Em Recuperação Judicial, concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

V - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

VI - Estrangeiras que não funcionem no país.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site **www.licitacoes-e.com.br**.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cel. Domingos Soares - PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

014

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

4.1.2.1. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

4.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.1.2.4. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

*a) **Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição;***

*b) **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.***

b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2022.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

4.1.4 Demais documentos

Documento expedido pela Junta Comercial do Estado Sede da empresa (Certidão Simplificada, informando a situação em que a empresa se enquadra (microempresas e as empresas de pequeno porte quando for o caso), atualizada deste exercício social (2022).

*a) **Declarações de (modelos em anexo a este edital):***

- Inexistência de fatos impeditivos;

- Não contratação de menor;

- Declaração de CNAE;

- Declaração de vínculo funcional;

- Cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios; e,

- (opcional) Enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (modelo anexo a este edital).

*c) **Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares.***

c.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório, salvo em caso de ser assinatura na forma digital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

015

5.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às 15:00 do dia 18/07/2022 (Horário de Brasília). Após este horário o sistema não mais permitirá a recepção de propostas sob qualquer pretexto, sendo conveniente frisar que o Município não possui autonomia técnica para, após findo o horário nesta data, absorver propostas retardatárias.

5.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema eletrônico de licitações – licitações-e, sendo obrigatório o preenchimento dos campos “Marca”, “VI Unitário” (valor unitário), “VI Total” (valor total), “Prazo de entrega” (o prazo de entrega não poderá ser superior ao constante no Termo de Referência).

5.5.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8 Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, após o encerramento da disputa, deverá gerar sua proposta final pelo sistema “esproposta”, disponibilizado junto ao edital de licitação, decorrendo daí duas obrigações para o licitante, no prazo de até 1 (um) dia útil:

a. Gerar no próprio sistema “Esproposta” arquivo em formato “pdf” sua proposta de preços final com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal.

b. Encaminhar para o e-mail licitapmcds@hotmail.com o arquivo digital em “esi” da proposta gerado pelo sistema “esproposta”, bem como o arquivo em “pdf” citado na alínea “a”.

5.8.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances, salvo, em caso de ser assinatura na forma digital.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, esta deverá encaminhar, para o e-mail licitapmcds@hotmail.com da proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal, no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

5.8.2. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances.

5.9. A Proposta de Preços deverá conter:



5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;

5.9.2. Preço unitário e total por item, expressos em reais;

5.9.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;

5.9.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I – Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;

5.9.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, email, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento (se houver).

5.10. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste edital.

5.11. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.12. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

5.12.1. Não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.

5.13. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6. ABERTURA DA SESSÃO

6.1. **A partir das 15:30 do dia 18/07/2022** terá início a sessão pública deste certame, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, conforme Edital.

6.2. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado no item 9.2.

7. FORMULAÇÃO DOS LANCE

7.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto nº 5.450/05.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3.1. Os lances ofertados deverão possuir até 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00)

7.3.2. A disputa de lances será por valor unitário de cada item, ou seja, os licitantes deverão pautar seus lances tomando por base sempre o custo de uma unidade, independente da quantidade total do item e/ou lote.

7.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em



situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO);

7.9. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MPEs e/ou EPPs) participando dos itens do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma MPE ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a MPE ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima MPE ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

7.10. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail licitapmcds@hotmail.com, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de INABILITAÇÃO.

7.11.1. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 4 deste Edital.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

8.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.4. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:

8.4.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o certame não for exclusivo para MEs.



- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
- b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
- c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no sub-item c. 1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 10.4, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.
- 8.5. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município, em horário normal de expediente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 10.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.
- 10.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 10.3. É facultado ao Município, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no sub-item 10.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

- 11.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Cel Domingos Soares – PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

019

11.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.3. No caso de inadimplemento, o contratado estará sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

11.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

11.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e,

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 11.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. As sanções previstas nos itens 11.3.1, 11.3.4 e 11.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 11.3.2 e 11.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 11.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

11.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Município de Cel. Domingos Soares – PR.

12. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	3390	07.002.12.361.0007.2042	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3820	07.003.12.361.0007.2046	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3830	07.003.12.361.0007.2046	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	4090	07.004.12.365.0007.2050	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	4310	07.004.12.365.0007.2053	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

13. DO CONTRATO

13.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII.

13.2. O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições de fornecimento especificadas neste Edital e seus Anexos.

13.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.



14. DO REAJUSTE

14.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

14.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

15. DO FORNECIMENTO, LOCAL E EXIGÊNCIAS DE ENTREGA

15.1. A entrega do objeto licitado deverá ocorrer até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

15.2. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s), conforme solicitação dos departamentos requisitantes, no quadro urbano de Coronel Domingos Soares/PR.

15.3. A proponente vencedora se obriga entregar o(s) objeto(s) em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro, carga/descarga e etc.) correrão às suas expensas.

15.4. O(s) objeto(s) terá(ão) que estar acompanhado(s) da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

15.5. A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

15.6. Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

15.7. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser fornecido(s), sem ônus adicional para ao Licitador.

15.8. No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) - Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) - Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) - Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

15.9. Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93;

15.9.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

15.9.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação do estabelecido no item 19.8 e alíneas e conseqüente aceitação.

15.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

15.11. Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

15.12. No desconto ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

16. DA GARANTIA DOS OBJETOS

16.1. No ato de entrega do objeto ofertado, a empresa vencedora terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

021

considerados permanentes e de 03(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo se a descrição item dispuser de forma diferente.

16.2. A empresa vencedora se obriga a fornecer, às suas expensas, durante o período de garantia, as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, até o décimo quinto dia do mês subsequente aquele em que se deu a entrega e o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal somente Eletrônica devidamente atestada pela secretaria;

17.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões de sua regularidade fiscal, (FGTS, TRABALHISTA, RECEITAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3. Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados, ou seja, anterior a entrega do objeto e os atos administrativos daí decorrentes.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O(s) objeto(s) ora licitado(s) será(ão) recebido(s) e inspecionado(s) pela direção do departamento municipal requisitante do objeto, que acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

18.2. Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

19.1. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa devidamente qualificada(nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica) poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município, sito à Av Araucária, 3120, Centro, Cel Domingos Soares - PR, em dias úteis, ou ainda, por meio eletrônico, através do email licitapmcds@hotmail.com, no prazo mencionado.

19.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;

19.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

19.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

19.5. As decisões decorrentes de impugnações serão publicadas no diário oficial eletrônico do Município, o DIOEMS.

20. DO GESTOR DO CONTRATO

20.1. Fica designado para atuar como gestor e fiscal do contrato, após a assinatura deste, o diretor do Departamento requisitante, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.



21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Município de Coronel Domingos Soares poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

023

22.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Municípios-DIOEMS.

22.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

22.9. A participação do(a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

22.10. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital nos moldes já descritos neste edital.

22.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Palmas - PR.

Cel. Domingos Soares, 01/07/2022.

**Jandir Bandiera
Prefeito Municipal**

JANDIR BANDIERA
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

021

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO "Aquisição de Quadros Escolares", conforme abaixo descrito:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	6822	Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m	100,00	UN	546,03	54.603,00
TOTAL						54.603,00

1.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao pregoeiro sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a finalização do certame, através do email: licitapmcds@hotmail.com, a proposta atualizada conforme disposto no item 5.8 deste edital (apresentar junto da proposta, os "FOLDERS", ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos/materiais ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação, quando for o caso), juntamente com a documentação de habilitação.

2. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

2.2. O(s) objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser entregue(s), conforme a solicitação do departamento requisitante, no quadro urbano do município de Coronel Domingos Soares – PR, no prazo de até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

2.3. O objeto, deverá ser entregue no prazo e local acima indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal, bem como treinamento de operador.

2.4. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, e a execução é de 12 Meses contados a partir da assinatura do termo de contrato.


DAIANA NEVES DE OLIVEIRA
Diretora do Departamento de Educação



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

025

ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/____ – PROCESSO Nº. ____/____

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

028

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____

através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____

_____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Eletrônico nº. ____/____, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ e DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO, EM ENVELOPE PRÓPRIO.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

027

ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º ____/____, junto ao Município de _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

028

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Prezado(a) Pregoeiro (a),

_____, (nome da empresa), CNPJ nº. _____, sediada
em _____

_____, (endereço completo), por _____ intermédio
de _____ seu representante legal Sr(a)

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e
do CPF nº _____. DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do art. 3º, da Lei
Complementar nº 123/06, que se enquadra na situação de _____ (microempresa ou empresa de
pequeno porte, conforme o caso) e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de
exclusão relacionadas no art. 3º da referida lei.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e
carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI – Não exigível para este certame



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

023

ANEXO VII - MODELO CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Ao Município de Cel. Domingos Soares – Paraná

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE:

2. DADOS BANCARIOS

Nome e Código do Banco:

Nome e Código da Agência:

Localidade da Agência (Cidade e Estado):

Numero da Conta Bancária:

Nome do Favorecido

OBS: O numero de conta bancaria informada deverá obrigatoriamente estar em nome da proponente.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO COTADO (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS OFERECIDOS)

Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).
(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

030

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO N.º. ____/2022

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º. ____/2022 – PROCESSO N.º. ____/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 00/20 ____-Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 00/00/20 ____ e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ n.º 01614415/0001-18, **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Prefeita ____, de CPF n.º. ____ e RG n.º ____ (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO: ____, pessoa jurídica de direito privado, situado a ____, n.º ____, centro, cidade de ____, Estado ____, CEP ____, inscrito no CNPJ sob n.º ____, neste ato representado por ____ com CPF sob n.º ____ e RG n.º ____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a: Aquisição de ____, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura.

Ite m	Qua nt	Uni d	Descrição

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico n.º. ____/____, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de ____/____/____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do objeto relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	3390	07.002.12.361.0007.2042	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3820	07.003.12.361.0007.2046	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3830	07.003.12.361.0007.2046	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

031

2022	4090	07.004.12.365.0007.2050	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	4310	07.004.12.365.0007.2053	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

O faturamento e emissão de notas fiscais deverão ocorrer conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega do objeto licitado ocorrerá no prazo de até **10 Dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O objeto deverá ser entregue conforme solicitado pelos departamentos requisitantes, no município de Cel. Domingos Soares– PR.

PARAGRAFO SEGUNDO: A contratada se obriga entregar o objeto em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

PARAGRAFO TERCEIRO: O objeto terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

PARAGRAFO QUARTO: A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

PARAGRAFO QUINTO: Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

PARAGRAFO SEXTO: O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

PARAGRAFO SÉTIMO: No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

PARAGRAFO OITAVO: Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

PARAGRAFO DÉCIMO: Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto do presente contrato é de 12 Meses, e a vigência de 12 meses contados a partir do dia ____/____/2022 e termino no dia ____/____/2022, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS



O objeto ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável designado pelo Diretor do Departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

PARAGRAFO ÚNICO: Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, a fiscal técnica Carla Elsi Bervig e o Fiscal Geral Jonas dos Santos Bueno, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.

b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.

- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

031

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

PARÁGRAFO QUARTO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,
- b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR _____, em ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE _____ CONTRATADA _____

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

035

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CNAE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida a _____, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é _____ (código) - _____ (descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

036

ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2022 – PROCESSO Nº. ____/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº ____/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



PARECER JURÍDICO Nº 367/2022

Processo Licitatório nº 93/2022 - Pregão nº 46/2022

Interessado: Departamento de Licitações e Compras

Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão, seus anexos e minuta de contrato.

Recebe este(a) Procurador(a), pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao **processo nº 93/2022**, que trata da abertura de licitação na modalidade de **pregão nº 46/2022**, em sua forma de disputa eletrônica para futura aquisição de quadros escolares.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja "**Pregão**", em formato de disputa **eletrônica**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

I. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado de educação, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão em seu(s) Termo(s) de Referência, alimentado com indicação de preços e orçamentos de mercado para fixação de preço médio/valor máximo do certame, cujo objeto se destina a suprir as necessidades de diversas unidades escolares da municipalidade.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo(a) contador(a) responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas, apreciação do conteúdo pelo setor de planejamento, manifestação favorável do setor de Controle Interno bem como a determinação do Chefe do Executivo para instauração do processo de contratação.

Minutou a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade "**Pregão**" pela via eletrônica, definindo, nesta esteira, que o objeto é de natureza relativamente comum, podendo ser objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Consoante valor do objeto a Sra Pregoeira definiu que a participação dos licitantes **se dará de forma exclusiva à micro e pequenas empresas**, consoante valores estampados no Anexo I do Edital, aliado ao fato de que o certame terá sua disputa por menor valor por item, **incidindo** o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009, cuja peculiaridade será, também, prevista ao inserir o certame no sistema "licitações-e" do Banco do Brasil, onde ocorrerá a operacionalização da disputa.

Todo o processo em tela foi construído sob a égide das Leis Federais 8.666 e 10.520, não havendo nenhum dispositivo derivado da Nova Lei de Licitações, nº 14.133. Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão, bem como minuta do respectivo contrato,



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

033

para atendimento das necessidades do(s) setor(es) interessado(s), cujos dois termos são submetidos à apreciação jurídica.

2. Da análise da escolha da modalidade:

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam estes os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações. A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura supra, o objeto do processo em análise pode ser classificado como “comum”, assim já entendido pela Sra Pregoeira. Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades de execução, sua descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público. A apreciação destas peculiaridades do objeto não são afeitas, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada tampouco detém competência legal para tal ao passo que estas peculiaridades foram abrangidas no Termo de Referência firmado pelo(s) setor(es) requisitante(s).

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se for o caso.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

2.1 Da forma de disputa do pregão

Optou-se pela realização do pregão em tela na sua configuração de disputa “eletrônica”, o que é altamente recomendável consoante a dinâmica que tem o poder público imposto as compras e contratações públicas nos últimos anos, fato que se consagrará ainda mais quando da efetivação da Lei Federal 14133/21 (Nova Lei de Licitações), já em vigor mas com aplicação ainda limitada e em paralelo com a Lei 8.666/93.

A disputa de pregão pela forma eletrônica já foi alvo de manifestação pelo TCE PR, no âmbito do pré-julgado 27/2019, tendo sido este particular abordado, também, em seu “Manual de Licitações”, editado em 2021, no questionamento 62, observemos:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

039

O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR orienta para a utilização do pregão eletrônico? Deve-se utilizar a ferramenta Comprasnet do Governo Federal?

Sim. O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR35 orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado.

A via adotada visa sempre a ampliar a participação e angariar a proposta mais vantajosa para a administração pública, sendo esta uma prática costumeira nesta municipalidade aplicada à maioria dos processos licitatórios.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações – 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
- XIV - condições de pagamento, prevendo:
 - a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
 - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
 - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

040

- d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
- e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

De outra via o art. 55 da Lei 8.666/93 regula quais requisitos mínimos a serem previstos em contratos administrativos, quando celebrados:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.(...)

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, ambos supracitados, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e habilitação, julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

4. Conclusão

Por todo o exposto:

4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade "pregão", através da forma de disputa eletrônica, para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
CNPJ 01614415/0001-18

041

procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares, 04 de julho de 2022.


Rogério Everaldo Schmidt
Procurador - OAB-PR 59902
Portaria 159/2015



PARECER CONTROLE INTERNO Nº 164/2022

FINALIDADE: Aquisição quadros Escolares (branco).

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº93/2022 Pregão Eletrônico nº 46/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de Aquisição quadros Escolares (branco).

Em justificativa, se faz necessário a aquisição pra melhor atendimento dos aos educandos das escolas Municipais.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete".

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível Aquisição quadros Escolares (branco).

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;
- c) termo de referência;
- d) cotações de preço;

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da contratação e baseada na LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

043

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a Aquisição quadros Escolares (branco). Desta feita, retomem-se os autos ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 04 de julho de 2022.


Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Extrato de Edital de Licitação – Pregão 46/2022–Eletrônico

Objeto: Aquisição de Quadros Escolares. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 15:00 do dia 18/07/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 do dia 18/07/2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link-licitações". Acesso a integral do edital também pelo site <http://www.pmcds.pr.gov.br>. Rafaela Schreiner–Pregoeira.

EX/000002



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).

CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Belo Horizonte, 12 de Julho de 2022.

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE LICITAÇÃO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEL DOMINGOS SOARES

Pregão Eletrônico Nº 093/2022

Prezados Senhores, A empresa Multi Quadros e Vidros Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.961.467/0001-96, sediada à Rua Caldas da Rainha, nº 1799, bairro São Francisco, neste ato representada por sua procuradora infra-assinada, vem, mui respeitosamente, à presença de V.Sas, com fulcro no art. 12 do Decreto nº 3555/00, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face da constatação de irregularidades na habilitação do referido pregão frente ao item 1, que é solicitado Quadro Branco que são fabricados com fundo em madeira (MDF, Compensado, Eucatex, HDF, Duratex, Aglomerado) para dar sustentação ao quadro, sem exceção, não existindo outro material para fabricação, ou seja os quadros são confeccionados com matéria prima principal/estrutura a madeira, assim como qualquer outro mobiliário confeccionado de madeira (Mesa, Armário, Porta dentre outros).

A madeira é a principal matéria prima do quadro, que compõe a sua estrutura, e está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, a qual trouxe modificações ao Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, do qual o Pregoeiro deveria solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata.

O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º, XII, da Lei nº 6.938/81) cuja finalidade consiste no controle e no monitoramento das atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente.

A Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013, que regulamenta o CTF/APP, impõe a obrigatoriedade de inscrição no CTF/APP às pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente, ao exercício de "atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais" (art. 10, I).





MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

043

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Por atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais, no termos do art. 2º, inciso I; da referida instrução, entende-se "aquelas relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, e também aquelas que, por força de normas específicas, estejam sujeitas a controle e fiscalização ambientais" (art. 2º, I).

No tocante da madeira, o referido anexo, incluído pela Lei nº 10.165/00, considera como tais as seguintes atividades:

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
07	Indústria de Madeira	serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis	Médio

E o Anexo I na IN 06/2013 especifica o seguinte:

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

Legenda de cobrança de TCFA:

SIM - conforme Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981;

SIM* - conforme Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, com especificação descritiva;

NÃO - descrições não vinculadas ao Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, mas sujeitas à inscrição no CTF/APP, por força de legislação ambiental.

CATEGORIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TCFA
Indústria de Madeira	7-4	Fabricação de estruturas de madeira e móveis	SIM

As empresas que fabricam os referidos produtos devem possuir:

- Documento emitido em nome da licitante e/ou fabricante do item cotado que comprove que as madeiras utilizadas na fabricação e/ou montagem dos itens são oriundas de áreas de florestas nativas com Projetos de Manejo Florestal ou de áreas de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme prevê a Instrução Normativa nº 112/2006 ou;

- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, com validade, vigência na data da solicitação que
RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL.: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br
e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

047

comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000.

A madeira que é a matéria prima principal/estrutura do referido produto deve ser oriundas de áreas de florestas nativas com Projetos de Manejo Florestal ou de áreas de reflorestamento aprovados pelo IBAMA, além de serem Potencialmente Poluidoras, e devem ter sua destinação final correta, conforme lei ambiental vigente.

A **Lei Federal 6.938/81** prevê os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre os quais se destacam o licenciamento ambiental, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais – CTF/APP.

Este último, o Cadastro Técnico Federal, tem a finalidade de possibilitar o controle e monitoramento, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, das pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, e ainda, à extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Inicialmente, a Lei nº 8.666/93 trazia apenas a previsão no art. 6º, inciso IX, de que o projeto básico deveria, entre outros elementos, ser *“elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento”*

Posteriormente, com o advento da Lei nº 12.349, de 2010, que incluiu no art 3º da Lei nº 8.666/93, como princípio e objetivo da licitação, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, o tema ganhou força e importância. Concluiu-se que o Estado, com seu poder de compra, poderia influir positivamente na questão, criando demanda para que os produtos comercializados se adequassem cada vez mais aos critérios de sustentabilidade.

No mesmo sentido, o TCU passou a cobrar diversas condutas da Administração na área de sustentabilidade sócio ambiental e passou a exigir dos gestores as justificativas para a não realização dessas condutas.

Por fim, foi publicado o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666/93, especificamente para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Nesse sentido se encontra consolidada a legalidade e a obrigatoriedade de se observar critérios de sustentabilidade nas licitações, desde que preservado o princípio da isonomia.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

048

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Neste ponto, importante trazer o que dispõe o já citado Decreto nº 7.746/2012 acerca de como deve agir a Administração para dar efetividade ao tema:

"Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório."

Cabe ressaltar que a expressão "poderá" contida na norma deve ser sempre entendida como um poder-dever para a Administração em decorrência do princípio da legalidade.

No caso concreto, o ponto de insurgência é a ausência de exigência no edital de que a fabricante do produto esteja com o registro válido no CTF - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído conforme inciso II do art. 17 da Lei 6.938/81.

O registro do fabricante do produto no CTF assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental, está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

As atividades que demandam o referido cadastro se encontram presente no Anexo I da INº 06/2013 do IBAMA, incluindo-se, entre outras:

7-4. Fabricação de estruturas de madeira e móveis

Considerando-se o *status* de princípio da licitação a que foi erigida a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, cabe no momento analisar se a exigência do Registro válido no CTF da fabricante do produto se apresenta como algo necessário e obrigatório, de acordo com as normas vigentes.

Nesse sentido, o assunto já foi objeto de análise da Advocacia Geral da União, exposto através do Parecer nº 13º/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, assinado pelo Procurador-Geral Federal em 17 de novembro de 2014, o qual teve como conclusão a possibilidade, e inclusive dever, de se incluir a exigência em questão (documento integral em anexo).

Ressalta-se que o Parecer em questão não tem qualquer força normativa na atividade administrativa do Poder Judiciário. Por outro lado, atribui-se à Advocacia Geral da União, entre outras funções, as atividades



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

040

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).

CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, possuindo corpo específico para analisar e instruir sobre questões atinentes a licitações e contrato administrativos.

Sobre o assunto, assim concluiu referido parecer:

"EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA (CTF)

I - Os critérios e práticas de sustentabilidade serão exigidos por vezes como especificação técnica do objeto; por vezes como obrigação da contratada; e por vezes como requisitos de habilitação técnica ou jurídica, seja na execução dos serviços/obras contratados ou no fornecimento de bens, devendo ter como princípio a preservação do caráter competitivo do certame.

II - Não se pode confundir critérios de aceitabilidade da proposta (critérios e práticas de sustentabilidade exigidos como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada) com requisitos de habilitação.

III - O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CjU/SP orienta quando se deve exigir a inscrição e regularidade no CTF do IBAMA como critério de aceitabilidade da proposta ou como requisito de habilitação.

IV - Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas neste parecer, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de exigir nas contratações públicas critérios de sustentabilidade socioambiental, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, quando a Lei nº 6.938, de 1981 e a regulamentação pelo IBAMA assim o exigem (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013), sob pena de não aceitação da proposta ou inabilitação da licitante, conforme o caso.

V - Portanto, a exigência é legal e não viola os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993).

(...)"

Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas nesta Impugnação, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de somente adquirir produtos de procedência legal. Uma das formas de comprovação da legalidade da procedência do produto é a comprovação de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso 11, da Lei nº 6.938,

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SAO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

050

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

de 1981 e da regulamentação pelo IBAMA, sob pena de não aceitação da proposta (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, devendo o Guia ser atualizado nessa parte).

A Administração não é obrigada a adquirir produtos de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares com o CTF do IBAMA (quando exigido), diante da potencialidade lesiva desses produtos.

Por fim, com relação à crítica feita de a exigência de regularidade da inscrição do fabricante do produto no CTF se tratar de exigência de conduta de terceiros no certame, cabe uma reflexão a respeito de tal crítica.

Preliminarmente cabe esclarecer que o site do IBAMA permite a consulta da Autenticidade do Certificado de Cadastro Técnico Federal através da Chave de Autenticação que todos os certificados devem possuir, garantindo assim a sua validade. Ressaltamos que a Consulta Pública é meramente para consulta simples, não garantindo a autenticidade do certificado, que deve possuir obrigatoriamente a chave de autenticidade.

Ou seja, o pregoeiro terá totais condições de, por si, só verificar a regularidade do fabricante do produto oferecido pela licitante no site do IBAMA. Essa situação enfraquece a alegação de se tratar de uma exigência de conduta de terceiros no certame.

Ademais, ainda com relação a essa crítica (exigência de conduta de terceiros), é preciso entender que se esta a falar do que se denomina a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem que será adquirido pela Administração Pública". A Administração Pública contratante exige do licitante/fornecedor, o licitante exige do fabricante do produto e toda a sociedade ganha com isso.

É uma situação semelhante à da compra de madeira para fabricação de móveis ou qualquer outro produto de origem florestal. Essa matéria prima terá sempre que vir acompanhada da comprovação de sua origem legal. A Administração somente deve comprar produto de origem florestal quando o fornecedor comprovar a origem legal desse produto.

Nessa esteira, o fornecedor que participa de licitações deverá exigir a comprovação da regularidade no CTF sempre que comprar produtos de seu fabricante, quando a legislação exigir que esse fabricante seja cadastrado no CTF em relação a esse produto. Se o fabricante do produto porventura se negar a se regularizar ou manter-se regularizado, deve o fornecedor/licitante descartar esse fabricante e buscar outro que comprove sua condição de regularidade, pelo menos se esse fornecedor tiver a intenção de contratar com a Administração Pública.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

051

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Somente assim, com a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem que será adquirido pela Administração Pública", será possível cumprir o desiderato de promover o desenvolvimento nacional sustentável, erigido a princípio da licitação, por força da alteração do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 pela Lei nº 12.349, de 2010."

Desta forma, e por tudo já exposto, o edital deve ser alterado com a inclusão da previsão de que, para os itens enquadrados no Anexo I da INº 06/2013 do IBAMA, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

De acordo com a lei 8.666/93

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento)

Solicitar o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, não infringe a ISONOMIA E O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME, pois muitas fábricas de quadros escolares e móveis já cumprem as Normas Ambientais vigentes, e possuem o Certificado do Ibama, e várias empresas revendem em muitas licitações públicas, produtos dos fabricantes licenciados pelo Ibama.

A presente licitação foi instaurada, na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme Termo de Referência do Edital.

FUNDAMENTAÇÃO

Como é cediço, a Administração Pública a Administração Pública deve, obrigatoriamente, atuar com respaldo na Constituição da República e no ordenamento jurídico vigente, por corolário ao Estado de Direito. Todos os artigos constitucionais, em última análise, velam pelo princípio da legalidade, especialmente o art. 5º, incisos II e LXIX, art. 49, V, e art. 37, que ora se colaciona:



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

052

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

Dessa forma, exige-se da Administração que toda sua atuação seja pautada na Lei, pois, “hoje, o princípio da legalidade exige a conformidade dos atos administrativos com a lei e com todos os valores que estão presentes na Constituição, de forma implícita ou explícita”¹.

Cinge-se o debate, portanto, a existência de norma que exija da Administração Pública conduta correspondente à observância do CTF – Cadastro Técnico Federal e sua regularidade.

Pois bem. Indiscutível que, a Constituição da República é a primeira a inaugurar obrigação da Administração em observar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público defendê-lo e preservá-lo (CR, art. 225). O art. 3º da Lei 8.666/93 exige, expressamente, “a promoção do desenvolvimento nacional sustentável” seja garantida pela licitação, exigindo o Decreto 7.746, que regulamenta referido artigo, que a administração pública exijam no instrumento convocatório para aquisição de bens que estes seja constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Não bastasse isso, a Advocacia-Geral da União, responsável pela assessoria e consultoria jurídica da Administração, por meio da Câmara Permanente de Licitações e Contratos (CPLC), instituída pela Portaria 359, de 27 de abril de 2012, com objetivo de uniformizar o entendimento jurídico da Administração Pública e, por conseguinte, traçar os caminhos da legalidade, emitiu o Parecer nº. 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, no qual não apenas conclui que “atualmente, a inclusão de critérios de sustentabilidade socioambiental nas contratações públicas é obrigação da Administração”, tendo a Administração “dever legal e moral de somente adquirir produtos de procedência legal”.

Não podendo a Administração adquirir produtos de procedência duvidosa, surge a Lei 6.938/81 e a Instrução Normativa IBAMA nº. 31 como salvaguardas da procedência, ao estabelecer “o registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF” para assegurar que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

Trata-se de verdadeiro **critério de aceitabilidade da proposta** e, assim sendo, deve **expressamente constar do Instrumento Convocatório**, dando publicidade à exigência – observância ao princípio da publicidade, bem como **vinculando os competidores e a própria Administração** – princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia. Licitação para contratos de publicidade – Economicidade. BLC nº. 6, jun. 1993, p. 209.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

053

Importante ressaltar que, o Parecer nº. 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU foi aprovado pelo Procurador-Geral Federal Marcelo de Siqueira Freitas, em 17 de novembro de 2014, tornando-se opinião legal da instituição, com a orientação de que “será exigido como critério de aceitabilidade da proposta quando for exigido registro no Cadastro Técnico Federal – CTF do fabricante do produto a ser adquirido ou utilizado na prestação de serviços contratado pela Administração”, sendo “exigido como requisito de habilitação quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA”.

Ao dispor sobre qualificação técnica para fins de habilitação, a Lei nº 8.666/93 estabelece as seguintes exigências em seu art. 30:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.” (destaque em negrito nosso)”

Que, fundamentado na condição estabelecida pelo inciso IV, art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, é **imperioso que o instrumento convocatório em exame exija a apresentação de outros documentos para fins de certificação da qualificação técnica dos interessados em participar do certame.**

Considerando as disposições do Art. 17, incisos I e II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora;

Em conformidade com o previsto pelo art. 225 da Constituição Federal/88, é imperativo que os editais de licitação expedidos pela Administração Pública se adequem ao seguinte comando constitucional:



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

051

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

"Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Que, além da previsão contida no art. 225 acima transcrito, aplicam-se ao tema os princípios estabelecidos pelo art. 37 e as disposições do art. 170, todos da Carta Magna.

"Que o art. 170 da CF/88 corrobora na compreensão da questão quando fixa que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego."

Há valores constitucionais a serem garantidos e é dever-poder da Administração Pública guardá-los e os fazer cumprir.

Com este escopo, o Estado edita normas, delimita a autonomia dos particulares e prestigia valores a serem buscados pela atuação privada.

A intervenção do Estado ocorre ainda quando este demanda bens e serviços necessários ao cumprimento de todas as suas funções e atividades, momento em que busca no mercado o suporte para atender às suas necessidades, ocasionando impacto de dimensão macroeconômica em face do porte das contratações realizadas.

Observando o mandamento constitucional, a Lei nº 12.349/10, de 15 de dezembro de 2010, constituiu um marco nesta ação estatal ao introduzir disciplina na dimensão desta função macroeconômica da contratação pública.

Este diploma recém-editado determinou que o Estado quando da formalização de uma contratação, considerar não somente o bem ou serviço necessário, mas também a realização de um valor constitucionalmente – o desenvolvimento nacional sustentado.

A Lei nº 12.349/10 impõe que a contratação administrativa ocorra como incentivo ao desenvolvimento nacional sustentado, com atenção a dois aspectos:

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

055

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO Á VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

- A dimensão econômico-social (fomento às atividades no Brasil).
- A dimensão ecológica (adoção de práticas ambientalmente corretas).

Além de assegurar um tratamento preferencial às empresas estabelecidas no Brasil, a Lei nº 12.394/10 impôs a adoção de soluções ambientalmente corretas, impondo ao Estado uma contratação administrativa que assegure práticas amigáveis ao meio ambiente, reduzindo ao mínimo possível os danos ou o uso inadequado dos recursos naturais.

Esta nova orientação normativa busca em sua essência o desenvolvimento sustentado, em conformidade com o conceito presente no Relatório Brundtland de 1987, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no sentido de que este modelo *"satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades"*.

A relação ao tema específico das licitações, as alterações introduzidas pela Lei nº 12.349/10 na redação do art. 3º da Lei nº 8.666/93 promoveram relevantes modificações na concepção da contratação administrativa vigente no Brasil.

Na prática, a aplicação deste novo conceito – desenvolvimento nacional sustentável – exige revisão dos requisitos de habilitação a serem observados pelos fornecedores que desejam participar de procedimento licitatório, independentemente da modalidade escolhida, inclusive o Pregão, conforme previsto pelo art. 2º da Lei 12.394/10.

Entre as condições a serem cumpridas pelos fornecedores, encontram-se as exigências de qualificação técnica estabelecidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93, que, em seu inc. IV, determina que o fornecedor deve provar *"o atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso"*.

Com o advento da legislação ambiental (Lei nº 6.938/81 com a redação dada pelas Leis números 7.804/89, 8.028/90 e 11.284/06) e a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, é indubitável a existência de legislação especial aplicável ao tema do desenvolvimento nacional sustentável, sem contar com toda a normatização produzida pelo IBAMA (Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) (Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010), sendo indiscutível que estas regras devem ser observadas no momento da definição das exigências de qualificação técnica dispostas no edital licitatório a ser expedido pela Administração Pública contratante.

Nos termos do art. 131 da Constituição, "a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

056

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

A atuação consultiva da Advocacia-Geral da União (AGU) se dá por meio do assessoramento e orientação dos dirigentes do Poder Executivo Federal, de suas autarquias e fundações públicas, para dar segurança jurídica aos atos administrativos que serão por elas praticados, notadamente quanto à materialização das políticas públicas, à viabilização jurídica das licitações e dos contratos e, ainda, na proposição e análise de medidas legislativas (Leis, Medidas Provisórias, Decretos e Resoluções, entre outros) necessárias ao desenvolvimento e aprimoramento do Estado Brasileiro.

Além disso, desenvolvem-se atividades de conciliação e arbitramento, cujo objetivo é o de resolver administrativamente os litígios entre a União, autarquias e fundações, evitando, assim, a provocação do Poder Judiciário.

São responsáveis pelo exercício das atividades consultivas os Advogados da União, os advogados integrantes do Quadro Suplementar, os Procuradores da Fazenda Nacional e os Procuradores Federais, cada qual na sua respectiva área de atuação.

No exercício dessas importantes funções, sobressai a atuação que tem o dever dar formação jurídica-constitucional às políticas públicas, de forma a preservar os direitos e garantias fundamentais do cidadão e, em última análise, prevenir o surgimento de litígios ou disputas jurídicas.

Vamos ver o PARECER DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) Nº 13/2014/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, QUE INTEGRA OS DOCUMENTOS DESTA IMPUGNAÇÃO:

PROCESSO Nº: 02001.004396/2013-11

INTERESSADO: DIVISÃO JURÍDICA-MG/PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

ASSUNTO: Temas relativos a licitações e contratos administrativos tratados no âmbito da Câmara Permanente de licitações e contratos administrativos instituída pela Portaria/PGF n.º 98, de 26 de fevereiro de 2013.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA (CTF).

Desse modo, ante tudo o que foi exposto acima, conclui-se:



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

057

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

- a) Os critérios e práticas de sustentabilidade serão exigidos por vezes como especificação técnica do objeto; por vezes como obrigação da contratada; e por vezes como requisitos de habilitação técnica ou jurídica, seja na execução dos serviços/obras contratados ou no fornecimento de bens, devendo ter como princípio a preservação do caráter competitivo do certame;
- b) Não se pode confundir critérios de aceitabilidade da proposta (critérios e práticas de sustentabilidade exigidos como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada) com requisitos de habilitação;
- c) Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas neste parecer, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de exigir nas contratações públicas critérios de sustentabilidade socioambiental, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, quando a Lei nº 6.938, de 1981 e a regulamentação pelo IBAMA assim o exigem (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013), sob pena de não aceitação da proposta ou inabilitação da licitante, conforme o caso;
- d) Portanto, a exigência é legal e não viola os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993);

Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas neste parecer, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de exigir nas contratações públicas critérios de sustentabilidade socioambiental, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, quando a Lei nº 6.938, de 1981 e a regulamentação pelo IBAMA assim o exigem (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013), sob pena de não aceitação da proposta ou inabilitação da licitante, conforme o caso.

A partir da leitura dos diplomas acima citados, não há dúvidas de que a questão ambiental deve ser observada em procedimentos licitatórios realizados pela Administração Pública, na busca pela eficiência dos mecanismos para obter melhor controle da preservação do meio ambiente.

Ademais, no que tange à normatização infraconstitucional, não é necessária qualquer inovação legislativa para efetivar o mandamento constitucional, uma vez que a Lei nº 8.666/93 possui comandos que permitem a contratação com requisitos ambientais de forma adequada e vantajosa para a Administração."

Com foco nesta questão ambiental, o art. 12 da Lei das Licitações estabelece:

"Art. 12 Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

..... (omissis)

VII - impacto ambiental". (Grifo nosso)



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 - Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

053

VAMOS VER A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 3 DE DEZEMBRO 2009, QUE INTEGRA OS DOCUMENTOS DESTA IMPUGNAÇÃO:

"Art. 2º São obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, bem como de produtos e subprodutos da fauna e flora, e demais atividades passíveis de controle pelo IBAMA e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011)"

§1º Para o enquadramento das atividades junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, deve ser utilizado o Anexo II desta Instrução Normativa. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011)

ANEXO II - TABELA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS

7-4 - Fabricação de estruturas de madeira e móveis.

ANEXO III - CORRELAÇÃO INDICATIVA ENTRE O CADASTRO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONOMICAS E AS CATEGORIAS DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E/OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

7. Indústria de Madeira - serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis. (Grifo nosso).

Códigos CNAE (CARTÃO CNPJ) correspondentes à descrição do Anexo VIII da Lei 10.165

1629-3/01 Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis

1629-3/02 Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis

3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira

Se por força do inciso III, art. 29 da Lei nº 8.666/93 os licitantes que estão em débito com a Fazenda Pública ficam impedidos de participar do processo licitatório, porque não poderia haver previsão para que os

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL.: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

050

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

poluidores, em débito com a sociedade, com o meio ambiente e também com o Fisco, pois oneram os cofres públicos com os danos causados, também sejam impedidos de participar da licitação ?

Neste sentido, vale o registro do mestre Marçal Justen Filho sobre a condição estabelecida pelo § 1º, inc. I, do art. 3º da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

Ou seja, o próprio § 1º, inc. I do art. 3º admite, de modo implícito, a adoção de qualquer forma discriminatória desde que tenha pertinência e relevância para a seleção da proposta mais vantajosa. A parte final do dispositivo examinado deve ser interpretada como consagrando o princípio da proporcionalidade.” (In Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2010. p. 83).

Em data mais recente, em 19 de janeiro de 2010, foi editada a Instrução Normativa nº 1, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Por meio da Revista Licitações e contratos – Orientações e jurisprudência, a Egrégia Corte de Contas da União reafirmou o entendimento quanto às exigências de regularidade ambiental:

Na contratação para compra de bens, execução de obras ou prestação de serviços e na elaboração de projetos básicos ou executivos devem ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN nº 01, de 29 de janeiro de 2010, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Licitações e contratos – Orientações e jurisprudência do TCU, p. 10)

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

060

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

(...)

"Para definir o objeto da licitação, o administrador deve estar atento as peculiaridades do mercado, as diferentes exigências da Lei de Licitações e aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN/MPOG nº 01/2010. (Ibid., p. 148)

(...)

Nas compras deverão ser observadas ainda:

- especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação de marca;*
- definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas;*
- condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;*
- critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN/MPOG nº 01/2010" (Ibid., p. 210)". (Grifo nosso)*

Consagrando este entendimento, por meio do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, o Governo Federal reafirmou seu posicionamento pela estrita observância do mandamento constante do art. 225 da Constituição Federal/88, bem como do comando presente no art. 3º da Lei nº 8.666/93 – promoção do desenvolvimento nacional sustentável – regulamentando o citado art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e instituindo a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Em decorrência deste recentíssimo diploma, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório.

Observando a legislação vigente e a orientação jurisprudencial e doutrina existentes, o Professor Cristiano Mansur de Freitas, Advogado Pós-Graduado, Assessor Jurídico da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul 2004/2006 e Encarregado da Assessoria Jurídica da Base de Abastecimento da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro/RJ, oferece exemplos práticos da aplicação destas novas exigências a título de qualificação técnica em licitação:

"Por tal razão, primando pela eficiência, pela razoabilidade e sem deixar de observar a legalidade, propomos a disposição de requisitos ambientais de forma genérica no edital, aplicados a todos os fornecedores independentemente do seu ramo de atuação. A sugestão aqui referida seria com a seguinte redação:



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).

CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Apresentação de atestado(s)/certidão(ões) pertinente(s) dos órgãos competentes, conforme estabelece o art. 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Ademais, além da disposição expressa no edital, conforme mencionado, como requisito de habilitação técnica, sugerimos ainda a criação de novo anexo ao edital licitatório: Declaração de Sustentabilidade Ambiental, devendo ser preenchida e apresentada pelo licitante juntamente a toda a documentação habilitatória”.

Nesse contexto, teríamos um edital que contempla, na totalidade, as exigências de quesitos ambientais, comprometendo o fornecedor a apresentar, em momento próprio, sua habilitação técnica ambiental (atestados, certidões, licenciamentos, etc.), sob pena não só de ter sua habilitação negada, mas também, por ter prestado declaração falsa, de sofrer com as penalizações previstas tanto na Lei nº 8.666/93 como, em especial, na Lei número 0.520/02 e no Decreto nº 5.450/05.

As exigências de comprovação de regularidade ambiental para fins de qualificação técnica e, por conseguinte, habilitação, são de observância obrigatória para os interessados em participar de procedimentos licitatórios, em face do previsto pelo inciso IV, art. 30, da Lei nº 8.666/93.

DO PEDIDO

Inicialmente, a Lei nº 8.666/93 trazia apenas a previsão no art. 6º, inciso IX, de que o projeto básico deveria, entre outros elementos, ser “elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento”

Posteriormente, com o advento da Lei nº 12.349, de 2010, que incluiu no art 3º da Lei nº 8.666/93, como princípio e objetivo da licitação, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, o tema ganhou força e importância. Concluiu-se que o Estado, com seu poder de compra, poderia influir positivamente na questão, criando demanda para que os produtos comercializados se adequassem cada vez mais aos critérios de sustentabilidade.

No mesmo sentido, o TCU passou a cobrar diversas condutas da Administração na área de sustentabilidade sócio ambiental e passou a exigir dos gestores as justificativas para a não realização dessas condutas.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

062

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Por fim, foi publicado o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666/93, especificamente para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Nesse sentido se encontra consolidada a legalidade e a obrigatoriedade de se observar critérios de sustentabilidade nas licitações, desde que preservado o princípio da isonomia.

Neste ponto, importante trazer o que dispõe o já citado Decreto nº 7.746/2012 acerca de como deve agir a Administração para dar efetividade ao tema:

"Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens."

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório."

Cabe ressaltar que a expressão "poderá" contida na norma deve ser sempre entendida como um poder-dever para a Administração em decorrência do princípio da legalidade.

No caso concreto, o ponto de insurgência é a ausência de exigência no edital de que a fabricante do produto esteja com o registro válido no CTF - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído conforme inciso II do art. 17 da Lei 6.938/81.

O registro do fabricante do produto no CTF assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental, está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

As atividades que demandam o referido cadastro se encontram presente no Anexo I da INº 06/2013 do IBAMA, incluindo-se, entre outras:

- 2-2. Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção e material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares;
- 7-4. Fabricação de estruturas de madeira e móveis

Considerando-se o *status* de princípio da licitação a que foi erigida a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, cabe no momento analisar se a exigência do Registro válido no CTF da fabricante do produto se apresenta como algo necessário e obrigatório, de acordo com as normas vigentes.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

063

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Nesse sentido, o assunto já foi objeto de análise da Advocacia Geral da União, exposto através do Parecer nº 13º/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, assinado pelo Procurador-Geral Federal em 17 de novembro de 2014, o qual teve como conclusão a possibilidade, e inclusive dever, de se incluir a exigência em questão (documento integral em anexo).

Ressalta-se que o Parecer em questão não tem qualquer força normativa na atividade administrativa do Poder Judiciário. Por outro lado, atribui-se à Advocacia Geral da União, entre outras funções, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, possuindo corpo específico para analisar e instruir sobre questões atinentes a licitações e contrato administrativos.

Sobre o assunto, assim concluiu referido parecer:

"EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA (CTF)

I - Os critérios e práticas de sustentabilidade serão exigidos por vezes como especificação técnica do objeto; por vezes como obrigação da contratada; e por vezes como requisitos de habilitação técnica ou jurídica, seja na execução dos serviços/obras contratados ou no fornecimento de bens, devendo ter como princípio a preservação do caráter competitivo do certame.

II - Não se pode confundir critérios de aceitabilidade da proposta (critérios e práticas de sustentabilidade exigidos como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada) com requisitos de habilitação.

III - O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP orienta quando se deve exigir a inscrição e regularidade no CTF do IBAMA como critério de aceitabilidade da proposta ou como requisito de habilitação.

IV - Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas neste parecer, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de exigir nas contratações públicas critérios de sustentabilidade socioambiental, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, quando a Lei nº 6.938, de 1981 e a regulamentação pelo IBAMA assim o exigem (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013), sob pena de não aceitação da proposta ou inabilitação da licitante, conforme o caso.

V - Portanto, a exigência é legal e não viola os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993).

(...)"

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

064

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas nesta Impugnação, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de somente adquirir produtos de procedência legal. Uma das formas de comprovação da legalidade da procedência do produto é a comprovação de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 e da regulamentação pelo IBAMA, sob pena de não aceitação da proposta (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, devendo o Guia ser atualizado nessa parte).

A Administração não é obrigada a adquirir produtos de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares com o CTF do IBAMA (quando exigido), diante da potencialidade lesiva desses produtos.

Por fim, com relação à crítica feita de a exigência de regularidade da inscrição do fabricante do produto no CTF se tratar de exigência de conduta de terceiros no certame, cabe uma reflexão a respeito de tal crítica.

Preliminarmente cabe esclarecer que o site do IBAMA permite a consulta da Autenticidade do Certificado de Cadastro Técnico Federal através da Chave de Autenticação que todos os certificados devem possuir, garantindo assim a sua validade. Ressaltamos que a Consulta Pública é meramente para consulta simples, não garantindo a autenticidade do certificado, que deve possuir obrigatoriamente a chave de autenticidade.

Ou seja, o pregoeiro terá totais condições de, por si, só verificar a regularidade do fabricante do produto oferecido pela licitante no site do IBAMA. Essa situação enfraquece a alegação de se tratar de uma exigência de conduta de terceiros no certame.

Ademais, ainda com relação a essa crítica (exigência de conduta de terceiros), é preciso entender que se esta a falar do que se denomina a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem que será adquirido pela Administração Pública". A Administração Pública contratante exige do licitante/fornecedor, o licitante exige do fabricante do produto e toda a sociedade ganha com isso.

É uma situação semelhante à da compra de madeira para fabricação de móveis ou qualquer outro produto de origem florestal. Essa matéria prima terá sempre que vir acompanhada da comprovação de sua origem legal. A Administração somente deve comprar produto de origem florestal quando o fornecedor comprovar a origem legal desse produto.

Nessa esteira, o fornecedor que participa de licitações deverá exigir a comprovação da regularidade no CTF sempre que comprar produtos de seu fabricante, quando a legislação exigir que esse fabricante seja
RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br
e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

065

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO Á VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

cadastrado no CTF em relação a esse produto. Se o fabricante do produto porventura se negar a se regularizar ou manter-se regularizado, deve o fornecedor/licitante descartar esse fabricante e buscar outro que comprove sua condição de regularidade, pelo menos se esse fornecedor tiver a intenção de contratar com a Administração Pública.

Somente assim, com a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem que será adquirido pela Administração Pública", será possível cumprir o desiderato de promover o desenvolvimento nacional sustentável, erigido a princípio da licitação, por força da alteração do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 pela Lei nº 12.349, de 2010."

Desta forma, e por tudo já exposto, o edital deve ser alterado com a inclusão da previsão de que, para os itens enquadrados no Anexo I da INº 06/2013 do IBAMA, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

De acordo com a lei 8.666/93

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento)

Solicitar o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, não infringe a ISONOMIA E O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME, pois muitas fábricas de quadros escolares e móveis já cumprem as Normas Ambientais vigentes, e possuem o Certificado do Ibama, e várias empresas revendem em muitas licitações públicas, produtos dos fabricantes licenciados pelo Ibama.

A presente licitação foi instaurada, na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme Termo de Referência do Edital.

Em razão dos fatos e fundamentos apresentados, que comprovam a necessidade de imediata modificação do Edital da Licitação, respeitosamente requer:

1. O conhecimento da presente IMPUGNAÇÃO em face de sua legitimidade e tempestividade;
2. A concessão de efeito suspensivo à presente IMPUGNAÇÃO;

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

066

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).

CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

3. No mérito, a concessão de integral PROVIMENTO à presente IMPUGNAÇÃO, face à total pertinência dos argumentos e fundamentos legais apresentados;

4. Que em razão do provimento da presente IMPUGNAÇÃO, seja realizada modificação no edital, para inclusão de subitem contendo as seguintes exigências:

- Solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, readequando o edital a Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, a qual trouxe modificações à Instrução Normativa nº 31, de 3 de dezembro de 2009, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata.

Que o Fabricante do Quadro deverá estar escrito nas corretas categorias do Cadastro Técnico Federal:

TABELA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS			
Legenda de cobrança de TCFA:			
SIM - conforme Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981;			
SIM* - conforme Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, com especificação descritiva;			
NÃO - descrições não vinculadas ao Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, mas sujeitas à inscrição no CTF/APP, por força de legislação ambiental.			
CATEGORIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TCFA
Indústria de Madeira	7-4	Fabricação de estruturas de madeira e móveis	SIM

Preliminarmente cabe esclarecer que o site do IBAMA permite a consulta da Autenticidade do Certificado de Cadastro Técnico Federal através da Chave de Autenticação que todos os certificados devem possuir, garantindo assim a sua validade. Ressaltamos que a Consulta Pública é meramente para consulta simples, não garantindo a autenticidade do certificado, que deve possuir obrigatoriamente a chave de autenticidade.

Como demonstrado na impugnação, pretende a Administração adquirir produtos de madeira, ou seja, que utiliza de recursos ambientais, pois, como demonstrado na impugnação e, ainda, conforme parecer da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU):



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

067

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).

CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Parecer nº. 13/2014/CPLC/DEPCONSUG/PGE/AGU foi aprovado pelo Procurador-Geral Federal Marcelo de Siqueira Freitas, em 17 de novembro de 2014, tornando-se opinião legal da instituição, com a orientação de que “será exigido como critério de aceitabilidade da proposta quando for exigido registro no Cadastro Técnico Federal – CTF do fabricante do produto a ser adquirido ou utilizado na prestação de serviços contratado pela Administração”, sendo “exigido como requisito de habilitação quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA”.

Vários Pregões Eletrônicos Impugnados por nossa empresa, deferiram a referida Impugnação, e vão readaptar os seus editais solicitando o Cadastro Técnico Federal do IBAMA do fabricante do quadro, atendendo assim as leis Ambientais vigentes, segue em anexo as decisões, e algumas estão nos avisos do sistema Comprasnet, ou edital readaptado, vamos ver:

Licitação	Órgão	Itens	Produtos
Pregão Eletrônico Nº 7/2019 UASG Nº 200340	Departamento de Polícia Federal Academia Nacional de Polícia	1 e 3	Quadro Branco Em Cerâmica; Quadro De Avisos Com Superfície Em Cortiça
Pregão Eletrônico Nº 37/2019 UASG Nº 153152	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	21	Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 2/2019 UASG Nº 160350	17ª Brigada de Infantaria de Selva 17ª Base Logística	122	Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 6/2019 UASG Nº 926659	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE	125	Quadro Aviso
Pregão Eletrônico Nº 2/2019 UASG Nº 160437	8º Regimento de Cavalaria Mecanizado	298, 299, 300 e 301	Quadro Branco; Quadro De Aviso
Pregão Eletrônico Nº 1/2019 UASG Nº 160064	Colégio Militar de Brasília	208	Quadro Branco No Cavalete Com Rodinhas
Pregão Eletrônico Nº 30/2019 UASG Nº 153061	Universidade Federal de Juiz de Fora	5	Quadro Confeccionado Em MDF
Pregão Eletrônico Nº 3/2019 UASG Nº 160443	63º Batalhão de Infantaria	36, 37	Quadro Branco Em Fôrmica Branca Brilhante
Pregão Eletrônico Nº 10288/2019 UASG Nº 925998	Agência de Modernização da Gestão de Processos	13 ao 16	Quadro Branco e Quadro Cortiça Madeira
Pregão Eletrônico Nº 2/2019 UASG Nº 160134	Centro de Instrução de Operações Especiais	36,37 e 49	Quadro Branco e Quadro de Avisos
Pregão Eletrônico Nº 675/2019 UASG Nº 943001	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	12	Quadro de Avisos

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

063

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Pregão Eletrônico Nº 1003/2019 UASG Nº 153049	Centro Universitário Norte do Espírito Santo	20 e 22	Quadro de Aviso e Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 1/2019 UASG Nº 152430	INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS ITABAINA	10 ao 16 e 20	Lousa Branca de Vidro Temperado, Quadro Branco, Quadro Aviso, Tela Projeção
Pregão Eletrônico Nº 3/2019 UASG Nº 160443	63º Batalhão de Infantaria	36 e 37	Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 10288/2019 UASG Nº 925998	Agência de Modernização da Gestão de Processos	13 ao 16	Quadro Branco e Quadro Cortiça Madeira
Código da UASG: 154618 Pregão Eletrônico Nº 8/2020	Instituto Federal Baiano - Campus Governador Mangabeira	9	Quadro Branco
Código da UASG: 926639 Pregão Eletrônico Nº 18/2020	FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FHAS/SP	29	Quadro de Avisos com Porta de Vidro
Código da UASG: 926655 Pregão Eletrônico Nº 3/2020	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA	115 ao 119	Quadro Branco, Quadro de Aviso e Quadro Magnético
Código da UASG: 155630 Pregão Eletrônico Nº 5/2020	Colégio Pedro II - Campus São Cristovão I	54	Mural
Código da UASG: 155023 Pregão Eletrônico Nº 5/2020	Hospital Universitário Lauro Wanderley	18	Quadro de Avisos
Código da UASG: 925538 Pregão Eletrônico Nº 3/2020	Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	24 ao 26	Expositor Tipo Vitrine
Código da UASG: 926659 Pregão Eletrônico Nº 20/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE	1	Quadro Branco
Código da UASG: 926659 Pregão Eletrônico Nº 41/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE	53	Quadro Branco
Código da UASG: 925091 Pregão Eletrônico Nº 4/2020	PMSP - Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	23, 24 e 25	Quadro Branco e Quadro de Avisos
Código da UASG: 925302 Pregão Eletrônico Nº 378/2019	Secretaria de Estado da Administração da Paraíba	13	Caveleto Flip Chart
Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 001/2020	Prefeitura Municipal de Macaíba	32 e 33	Quadro Branco
Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 013/2020	Prefeitura Municipal de Mossoró	182 e 183	Quadro Branco e Quadro de Avisos
Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 013/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU	156 e 157	Quadro Branco



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

069

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 34/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA PIMENTEL	19	Biombo
Pregão Eletrônico BEC OFERTA DE COMPRA Nº 090157000012020OC00266	Hospital Regional Sul	1	Quadro Escolar
Pregão Eletrônico BEC OFERTA DE COMPRA Nº 090173000012020OC00145	Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental "Philippe Pinel"	1 ao 3	Quadro Branco
Licitações-e Licitação [nº 827715] Pregão Eletrônico Nº 032/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA	Lote 3	Quadro Branco
Licitações-e Licitação [nº 827715] Pregão Eletrônico Nº 075/2020	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	1 ao 3	Quadro Branco
Licitações-e Licitação [nº 834790] Pregão Eletrônico Nº 003/2020	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	15	Lousa de Vidro
Licitações-e Licitação [nº 838083] Pregão Eletrônico Nº	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	2 e 4	Quadro Branco e Quadro de Avisos

Vários Pregões Eletrônicos abaixo, já contemplam no edital as normas ambientais previstas em lei, sem pedido de Impugnação nenhuma, solicitando o Cadastro Técnico Federal do IBAMA ao fabricante do quadro, segue em anexo os editais, vamos ver:

Licitação	Órgão	Itens	Produtos
Pregão Eletrônico Nº 4/2019 UASG Nº 154419	Fundação Universidade Federal do Tocantins	32 ao 35	Placa de inauguração
Pregão Eletrônico Nº 2/2019 UASG Nº 160342	BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL	96 e 97	Quadro branco
Pregão Eletrônico Nº 94/2018 UASG Nº 150244	Hospital Universitário Walter Cantídio	39	Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 45/2019 UASG Nº 926775	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	11 e 22	Quadro de Cortiça; Quadro Branco Magnético
Pregão Eletrônico Nº 50/2018 UASG Nº 153065	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal da Paraíba	36,40,41, 55	Lousa Vidro Temperado; Quadro Claviculário; Quadro De Avisos;

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO– BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

070

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Pregão Eletrônico Nº 45/2019 UASG Nº 926775	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	11 e 22	Quadro em Cortiça; Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 9/2019 UASG Nº 160348	5º Batalhão de Engenharia de Construção	1 ao 3	Placa de Acrílico
Pregão Eletrônico Nº 50/2018 UASG Nº 153065	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal da Paraíba	35,36,40,41,55	Lousa em Vidro, Quadro Clavicular, Quadro de Avisos
Pregão Eletrônico Nº 45/2019 UASG Nº 926775	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	11 e 22	Quadro em Cortiça e Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 11/2019 UASG Nº 158150	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	11,12,30,31,36 ao 42	Cavalete, Clavicular, Lousa Quadro Branco, Púlpito em Acrílico, Quadro alumínio com vidro, Quadro branco com proteção de vidro, Quadro branco magnético, Quadro cortiça, Quadro de aviso
Pregão Eletrônico Nº 37/2019 UASG Nº 153152	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	21	Quadro Branco
Pregão Eletrônico Nº 20/2019 UASG Nº 153028	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	54	Quadro de Avisos
Código da UASG: 160342 Pregão Eletrônico Nº 2/2020	BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL	175, 176, 192, 193 e 198	Quadro Branco, Quadro de Avisos e Flip Chart
Código da UASG: 926639 Pregão Eletrônico Nº 18/2020	FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FHAS/SP	27 e 28	Quadro Branco
Código da UASG: 80020 Pregão Eletrônico Nº 32/2020	Tribunal Superior do Trabalho - 18ª Região/GO	5	Quadro Magnético
Código da UASG: 160202 Pregão Eletrônico Nº 2/2020	3º Batalhão de Engenharia de Construção	62	Quadro de Avisos
Código da UASG: 153079 Pregão Eletrônico Nº 55/2020	Universidade Federal do Paraná - Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Serviços Gerais	38, 51 ao 58	Lousa de Vidro, Quadro Personalizado, Quadro Magnético, Quadro Branco e Quadro de Avisos
Código da UASG: 160192 Pregão Eletrônico Nº 14/2020	BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DA 5ª DE	3	Galeria em MDF
Código da UASG: 160403 Pregão Eletrônico Nº 10/2020	6º Grupo de Artilharia de Campanha	3, 38 e 66	Quadro Branco e Quadro de Avisos
Código da UASG: 158450 Pregão Eletrônico Nº 3/2020	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tec. do Mato Grosso do Sul - Campus Corumbá	17	Lousa de Vidro

RUA CALDAS DA RAINHA, 1799 – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BHTE/MG- TEL: 3497-6829

Site: www.multiquadros.com.br

e-mail: multiquadros@yahoo.com.br



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

071

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Código da UASG: 160360 Pregão Eletrônico Nº 6/2020	6º Batalhão de Comunicações Divisionário	114	Quadro Branco
Código da UASG: 120626 Pregão Eletrônico Nº 9/2020	GRUPAMENTO DE APOIO DE PIRASSUNUNGA	3 e 6	Lousa de Vidro Magnética
Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 9- 003/2020-SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA	100	Quadro de Avisos
Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 02/2020	Prefeitura Municipal de Esteio	40	Quadro Branco
Portal de Compras Públicas Pregão Eletrônico Nº 005/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI	152 ao 155	Quadro Branco e Quadro de Avisos
Pregão Eletrônico BEC OFERTA DE COMPRA Nº 820900801002020OC00396	Prefeitura Municipal de Bauru	Lote 3	Quadro Branco
Licitações-e Licitação [nº 828540] Pregão Eletrônico Nº 14.032/2020	PREFEITURA DE SANTOS	Lotes 3 e 4	Quadro Branco e Quadro de Avisos
Licitações-e Licitação [nº 831971] Pregão Eletrônico Nº 09041/2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA	1 e 2	Lousa de Vidro
Licitações-e Licitação [nº 839294] Pregão Eletrônico Nº 2020/02707 (7421)	Banco do Brasil S.A.	1 e 2	Quadro Branco, Flanelógrafo e Cavelete Flip Chart
Licitações-e Licitação [nº 839905] Pregão Eletrônico Nº 244/2020	Prefeitura Municipal de Resende	1	Quadro de Avisos com Porta de Vidro

E outro exemplo que reforça o nosso pedido é o Pregão Eletrônico nº 3/2019 - Código UASG 160474 do 4º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE que foi Revogado e segue decisão em anexo:

DECISÃO DO PREGOEIRO:

“Essa comissão decidiu por ACEITA-LO, conforme DIEx nº 12-Salc/4ºBIL de 7 de fevereiro de 2020, para o Sr Ordenador de Despesas do 4º BIL:

1. Versa o presente expediente sobre um pedido de impugnação ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64081.000455/2019-73 que tem como objeto o registro de



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO, QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

preço para eventual aquisição de Material de Consumo e Permanente de Manobra e Patrulhamento.

a. O pedido de impugnação foi realizado pela empresa MULTIQUADROS E VIDROS LTDA, via e-mail datado de 05 de fevereiro de 2020, às 14:54 horas no uso do direito previsto no art. 24, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, interessado em participar do pregão nº003/2019.

b. Sustenta a pugnaz que, em relação a especificação dos itens que possuem como principal matéria-prima/estruturada a madeira, e conforme lei ambientais vigentes, a atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada na Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, e os órgãos públicos têm que cumprir as leis ambientais vigentes, solicitando os fabricantes de quadros que estejam registrados no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação.

2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

a. Nos termos disposto do art. 24, do Decreto 10.020, de 20 de setembro de 2019, é cabível a impugnação, Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

b. Desse modo, observa-se que a Impugnante encaminhou sua petição, via e-mail licita4bil@gmail.com, no dia 05 de fevereiro de 2020, às 14:54 horas e, considerando que a abertura da sessão pública do pregão está agendada para o dia 11 de fevereiro de 2020 às 10h, a presente impugnação apresenta-se tempestiva.

3. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO ACOELHO A PRESENTE IMPUGNAÇÃO EM ATENDIMENTO AO PARECER DADO PELA EQUIPE TÉCNICA

"Diante do fato exposto, o pedido de impugnação é procedente. Portanto será realizada uma avaliação e readequação do Edital. Todas as modificações serão respaldadas sob a Instrução Normativa nº 6, de 15/03/2013, a fim de cumprir as leis ambientais vigentes".

4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, decide este pregoeiro dar provimento à impugnação apresentada pela MULTIQUADROS E VIDROS LTDA. Informamos ainda, que a data de realização do certame licitatório será alterada."

5. Requer, ainda, a republicação das previsões editalícias, escoimadas dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

073

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

6. E, por fim, requer que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer.

Sendo o Amparo Legal para solicitação do Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata. Nesse sentido, o assunto já foi objeto de análise da Advocacia Geral da União, exposto através do Parecer nº 13º/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, assinado pelo Procurador-Geral Federal Marcelo de Siqueira Freitas, em 17 de novembro de 2014.

O advento da Lei nº 12.349, de 2010, que incluiu no art 3º da Lei nº 8.666/93, como princípio e objetivo da licitação, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, que por fim, foi publicado o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666/93, especificamente para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Nesse sentido se encontra consolidada a legalidade e a obrigatoriedade de se observar critérios de sustentabilidade nas licitações, desde que preservado o princípio da isonomia.

Preliminarmente cabe esclarecer que o site do IBAMA permite a consulta da Autenticidade do Certificado de Cadastro Técnico Federal através da Chave de Autenticação que todos os certificados devem possuir, garantindo assim a sua validade. Ressaltamos que a Consulta Pública é meramente para consulta simples, não garantindo a autenticidade do certificado, que deve possuir obrigatoriamente a chave de autenticidade, além da comprovação de não existir nenhum débito com o Ibama, assim como é solicitado em várias certidões negativas.

Ou seja, o pregoeiro terá totais condições de, por si, só verificar a regularidade do fabricante do produto oferecido pela licitante no site do IBAMA. Essa situação enfraquece a alegação de se tratar de uma exigência de conduta de terceiros no certame.

O registro do fabricante do produto no Certificado Técnico Federal do Ibama assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental, está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

A Administração não é obrigada a adquirir produtos de procedência duvidosa, ou seja, de Fabricantes que não se encontrem regulares com o Cadastro Técnica Federal do IBAMA, diante da potencialidade lesiva desses produtos.



MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

074

FÁBRICA DE QUADROS ESCOLARES (QUADRO BRANCO, LOUSA DE VIDRO,
QUADRO AVISO, CORTIÇA, GIZ, GESTÃO À VISTA, DENTRE OUTROS).
CNPJ: 03.961.467/0001-96 Inscrição Estadual: 062.093.821-0024

Termos em que,
Pede e deferimento

Atenciosamente,

Dalimira Olinída Costa Santos

Multi Quadros e Vidros Ltda

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência,
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de

JUCEMG SEDE - BELO HORIZONTE
Ata: 002 - 02/09/2014 15:33
14/614.774-0

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF): 31206019250
Código da Natureza Jurídica: 2062
Nº de Matrícula Auxiliar do Com: 14/614.774-0

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP
J143415300180

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERAÇÃO
		021	1	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

BELO HORIZONTE
Local

20 Agosto 2014
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio

Nome: _____
Assinatura: *[Assinatura]*
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ☐ NÃO

Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa).

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

03/09/14 Data

Gláucia Aparecida Otton
ANALISTA DE GESTÃO DE REGISTRO EMPRESARIAL

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa).

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data Vogal

PROTÓCOLO: 14/614.774-0
R1133857

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES

Lucas

Certifico que este documento da empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA -ME, Nire: 3120601925-0, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5365847 em 03/09/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/614.774-0 e o código de segurança E98h. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

6ª Alteração do Contrato Social de Multi Quadros e Vidros Ltda. - ME

Dalmira Olinda Costa Santos, brasileira, viúva, comerciante, nascida em 01/12/1958, em São João Batista do Glória, MG, portadora da Carteira de Identidade M-3.547.879 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 260.343.286-91, residente e domiciliada na Rua Maria Joana Tavares, nº 08, Bairro Goiânia, em Belo Horizonte, MG, CEP 31.950-090;

Roberta Costa Santos Andrade, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, comerciante, nascida em 08/01/1981, em Belo Horizonte, MG, portadora da Carteira de Identidade nº MG-6.398.594 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 040.863.046-94, residente e domiciliada na Rua Maria Joana Tavares, nº 08, Bairro Goiânia, em Belo Horizonte, MG, CEP 31.950-090.

Resolvem de comum acordo promover a Sexta Alteração do Contrato Social de **Multi Quadros e Vidros Ltda. - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.961.467/0001-96, Inscrição Estadual nº 0620938210024, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em 27/07/2000, sob o nº 3120601925-0, com sede na Rua Caldas da Rainha, nº 1799, Bairro São Francisco, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.255-180, e o fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira

Visando adequar a redação do contrato social às exigências da legislação, promovem os sócios a consolidação do contrato social de **Multi Quadros e Vidros Ltda. - ME**, nos seguintes termos:

Consolidação do Contrato Social de Multi Quadros e Vidros Ltda. - ME

Cláusula Primeira - Da Natureza Jurídica, Denominação, Sede e Foro.

A sociedade é empresária limitada e gira sob o nome empresarial de **Multi Quadros e Vidros Ltda. - ME**, com sede à Rua Caldas da Rainha, nº 1799, Bairro São Francisco, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.255-180, ficando eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais para qualquer ação fundada neste contrato.

Cláusula Segunda - Do Objetivo Social.

O objetivo social é a fabricação de quadros escolares em alumínio e madeira e de molduras, assim como a prestação de serviços de vidraçaria em geral e o comércio de vidros, divisórias, forros de PVC, persianas, artigos de serralheria, placas de sinalização, vinil auto-adesivo, banners, material de papelaria, mobiliário escolar, artigos de informática e de escritório, peças de acrílico, cavaletes, mapas e artigos de inox.

Cláusula Terceira - Do Capital Social

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000,00 (cinquenta mil) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, já totalmente subscritas e integralizadas.

A distribuição do capital é a seguinte entre os sócios:

<u>Sócios</u>	<u>Cotas</u>	<u>Valor Integralizado</u>	<u>%</u>
---------------	--------------	----------------------------	----------

Dalmira Olinda Costa Santos	500	R\$ 500,00	1
Roberta Costa Santos Andrade	49.500	R\$ 49.500,00	99
Total.....	50.000	R\$ 50.000,00	100

Parágrafo Único: a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Quarta – Administração da Sociedade

A administração da sociedade será exercida pela sócia **Dalmira Olinda Costa Santos**, com poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passivamente e que assinará isoladamente e fará uso do nome empresarial, única e exclusivamente em assuntos de interesse da sociedade, sendo vedado o seu uso em avais, sejam em benefícios próprios ou de terceiros.

Parágrafo Único: A sociedade poderá constituir procuradores com fins específicos, sendo tais atos de constituição assinados, isoladamente, pela sócia **Dalmira Olinda Costa Santos**.

Cláusula Quinta – Exercício Social

A sociedade iniciou suas atividades em 27/07/2000, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado. O encerramento do exercício social será em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Segundo: Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Cláusula Sexta – Transferência de Cotas Sociais

As cotas do capital são indivisíveis e intransferíveis a terceiros, sem o prévio e expresso consentimento dos demais cotistas, o qual se dará no próprio instrumento de alteração contratual, independente da maioria de cotas. Os sócios terão prioridade de aquisição, em igualdade de condições e preços.

Cláusula Sétima – Retirada Pró-Labore

Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal, a título de "Pró-Labore".

Cláusula Oitava – Falecimento, Interdição e Outras

O falecimento, a interdição, a inabilitação e qualquer outra situação que implique em dissolução da Sociedade, permitirá aos sócios remanescentes admitirem novos sócios para a continuidade da empresa. Os herdeiros do sócio falecido ou interditado optarão por continuarem ou não na sociedade. Se optarem pela saída, serão reembolsados de seus haveres, apurados em balanço, que será levantado na data do evento.

Cláusula Nona – Resultado do Exercício Apurado em Balanço

Os lucros e prejuízos, apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social, que se dará em 31 de dezembro de cada ano, serão distribuídos entre os sócios na forma definida em reunião de cotistas, ou, não havendo acordo, na proporção do capital social, podendo tais sócios optar pelo aumento de capital utilizando a totalidade ou parte




dos lucros. Havendo prejuízos, poderão ser compensados contra resultados de exercícios futuros.

Cláusula Décima – Abertura de Filiais

A Sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no País ou fora dele, por deliberação dos sócios.

Cláusula Décima Primeira – Impedimentos

Os sócios declaram que não estão incursos em quaisquer situações previstas em lei que possam impedi-los de participar de sociedades.

Parágrafo Único: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Décima Segunda – Deliberação dos Sócios

Os sócios se reunirão pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; designar administradores quando for o caso; tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro: Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos no caput da presente cláusula devem ser postos, por escrito, e com prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

Parágrafo Segundo: Em caso de aumento ou redução de capital, decorrido o prazo da preferência, e assumida pelos sócios, ou por terceiros, haverá reunião dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato.

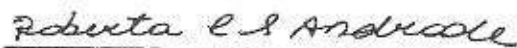
Cláusula Décima Terceira – Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios Minoritários

Se a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, irão excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração contratual, aprovada em reunião específica para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam este instrumento em três vias de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2014.


Dalmira Olinda Costa Santos


Roberta Costa Santos Andrade

1º OFÍCIO

1º OFÍCIO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O Nº: 5365847
 EM 03/09/2014
 MULTI QUADROS E VIDROS LTDA -ME
 PROTOCOLO: 14/614.774-0
 AN1338858

Marinely de Paula Bomfim
 SECRETARIA GERAL

RECEBIMOS

1ª TABELAÇÃO DE NOTAS VESPASIANO (MG) - TABELA: MARIA HELENA DE VIVEIROS CORRÊA
 Av. Prof. Sebastião Fernandes, 570 - Loja 01 - Centro - CEP 33200-000 - Telefone: (31) 3621-1613

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:

DAKIRA OLINDA COSTA SANTOS

Em Testemunho de ver: *[Assinatura]*

GABRIELA KAROLINA SANTOS MARTINS

Vespasiano, 22/08/2014 11:55:43 004A

Total: R\$5,11

Selo de Fiscalização
 RECONHECIMENTO DE FIRMA
 BPJ 45962

1ª TABELAÇÃO DE NOTAS VESPASIANO (MG) - TABELA: MARIA HELENA DE VIVEIROS CORRÊA
 Av. Prof. Sebastião Fernandes, 570 - Loja 01 - Centro - CEP 33200-000 - Telefone: (31) 3621-1613

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:

ROBERTA COSTA SANTOS ALMEIDA

Em Testemunho de ver: *[Assinatura]*

GABRIELA KAROLINA SANTOS MARTINS

Vespasiano, 22/08/2014 11:56:11 15747

Total: R\$5,11

Selo de Fiscalização
 RECONHECIMENTO DE FIRMA
 BPJ 45963

Certifico que este documento da empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA -ME, Nire: 3120601925-0, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5365847 em 03/09/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/614.774-0 e o código de segurança E98h. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

080

Memorando interno 067/2022

Coronel Domingos Soares, 12 de julho de 2022

De: Pregocira Municipal

Para: Departamento de Educação

- a. Considerando que esta Pregoeira foi requerida pela empresa Multi Quadros e Vidros LTDA, CNPJ 03.961.467/0001-96, em petição de pedido de impugnação ao edital Pregão 46/2022, construído para **Aquisição de Quadros Escolares**, cuja demanda solicita que seja acrescida ao processo algumas exigências para Habilitação condizente ao objeto a ser licitado;
- b. Considerando que a data de abertura e seleção das propostas está agendada para 18/07/2022 tendo esta Pregoeira o prazo de 24 horas para manifestar-se sobre o pedido que poderá desencadear, dentre outros atos, a suspensão do certame ou até mesmo a sua reprogramação o que afetaria o fluxo de contratação para a **Aquisição de Quadros Escolares**;

Nos cumpre:

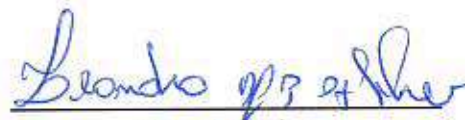
1. Requerer, em **caráter de urgência/urgentíssima(entendido como 24 horas)**, seja construída manifestação expressa, após a análise, com todas as justificadoras legais, cujos argumentos e documentos servirão de base para manifestação desta Pregoeira em resposta ao pedido de impugnação supracitado.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.


Rafaela Schereiner
Pregoeira
Portaria nº 059/2021

Entregue p/ Leonardo
Recebi uma via deste, em
13 de julho de 2022
As 11:07 horas


Ass. Recebedor

Recebi



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA: AFONSO DE ALMEIDA ROCHA S/N CENTRO
CEP – 85.557-000 / CNPJ – 30.471.844/0001-81
FONE – (46) 3254-9004 / E.mail – educacaocds2021@gmail.com



Coronel Domingos Soares/PR, 14 de julho de 2022.

MEMORANDO INTERNO Nº 77/2022

De: Departamento Municipal de Educação

Para: Pregoeira Municipal

Assunto: Apresentação por parte do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar do Comprovante de registro do fabricante do produto no cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação para Aquisição de quadros brancos

Vimos através deste orientar para que a pregoeira Sra Rafaela Schereiner solicite esta documentação citada acima e solicitada pela empresa participante **Fábrica de Quadros Escolares com CNPJ:03.961.467/0001-96**, aos demais participantes, manifestando aqui interesse de que o **Edital Pregão 46/2022** não seja impugnado, caso não haja tal documentação por parte das outras empresas participantes, pois não é da nossa competência ter conhecimento se tal documentação deva existir ou não, sendo da competência da empresa ganhadora ter ciência de documentos necessários para sua participação em tal licitação.

Salienta-se ainda, de que quaisquer responsabilidades na apresentação de documentos obrigatórios ficam a cargo da empresa ganhadora, e que não é viável a impugnação do Edital, pois acarretaria um tempo ainda maior nos prazos de entrega dos materiais solicitados os quais são urgentes para atender as necessidades da Educação Municipal.

Sem mais para o momento, agradecemos.

Daiana N. Oliveira

Daiana Neves de Oliveira

Diretora do Departamento de Educação

DAIANA NEVES DE OLIVEIRA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2021

14/07/2022
11h 06 min



Interessado(a): Multi Quadros e Vidros Ltda

Assunto: Resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital referente ao Processo 093/2022 do Pregão 046/2022 - Eletrônico

Trata-se de resposta à manifestação encaminhada via e-mail e protocolada sob o nº 573/2022, provindo da empresa **Multi Quadros e Vidros Ltda, CNPJ nº 03.961.467/0001-96**, com endereço na Rua Caldas da Rainha, nº 1799, São Francisco, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em que questiona condição do Edital do presente certame.

1. DO PEDIDO E SUA FORMA

A razão de Pedido de Impugnação foi protocolada na administração sob nº 573/2022 no dia 13/07/2022, provindo da empresa **Multi Quadros e Vidros Ltda, CNPJ nº 03.961.467/0001-96**, tempestiva, e de acordo com o que prevê o Edital supracitado, merecedora de apreciação, consoante disposto em edital e na própria Lei 8666/93 em seu art. 41:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS

De todo o argumentado pela requerente aliado ao que dispõe no item de suas razões “PEDIDOS”, nos foi possível deduzir que o foco da impugnação se restringe a rogar que, a municipalidade passe a limitar a participação apenas àqueles licitantes que sejam detentores de “Comprovante de Registro do Fabricante” do produto no “Cadastro Técnico Federal do IBAMA”, acompanhado do respectivo “Certificado de Regularidade” válido com “chave de autenticação”.

3. DA APRECIÇÃO DO PEDIDO

Primeiramente é importante ressaltar, que o Edital ao qual se refere, fora elaborado conforme o Termo de Referência, proveniente do Departamento de Educação, o qual é responsável por gerar a demanda, e solicitar as exigências as quais são cabíveis de acordo com a própria necessidade.

Para as devidas análises, e consequente decisão, juntou-se ao pedido de Impugnação a manifestação do setor demandante (Departamento de Educação), sendo que o mesmo solicitou que fosse exigido o respectivo documento, porém ressaltou que não é da competência da administração pública atuar como preposto fiscalizador de outros órgãos da administração pública, sendo inerente a atividade comercial de cada pessoa jurídica, ademais os requisitos editalícios não se afastam do previsto no art. 30 da Lei 8.666/93.

Neste sentido, para alicerçar esta manifestação, ressaltamos alguns pontos, visto que, quando se trata de exigências, a lei 8666/93 detalha em seu art. 30 todo o rol de qualificação técnica que o agente licitador está limitado a exigir em seus instrumentos de convocação, senão observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:



**PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

088

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:
- I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;
- II - (Vetado).
- a) (Vetado).
- b) (Vetado).
- § 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.
- § 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- § 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.
- § 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.
- § 7º (Vetado).
- I - (Vetado).
- II - (Vetado).
- § 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.
- § 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.
- § 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Consoante ao supracitado, é possível observar que no dispositivo não há o vocábulo "mínimo" e sim "limitar-se-á", ou seja, a administração pública não está condicionada a exigir no "mínimo" o que dispõem o art. 30, mas sim até este limite, podendo, conforme o caso, optar



por elementos de maior ou menor rigor, com vistas, sempre, a assegurar a necessária proteção ao erário aliado a singularidade do objeto que se demanda.

O principal intuito do legislador foi de não estabelecer “pisos mínimos” de exigência, mas sim limites para que não fosse imposto aos licitantes exigências restritivas à participação, afastando-se, assim, do intento maior dos processos licitatórios que é a busca da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Referente a alegação da impugnante de que o edital fora elaborado sem cumprimento ao que diz a Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, cabe salientar que a preocupação na elaboração do certame ocupou-se em alcançar o maior número de licitantes sem direcionamentos a este ou aquele prestador de serviços/produtos, sendo obrigação de cada pessoa jurídica que atua no mercado a adequação as legislações várias inerentes a atividade que se propõem a executar. Cada órgão da administração pública é responsável por aferir a regularidade que impõem aos seus “administrados”.

Em resposta ao pedido da impugnante, para que seja acrescido a exigência do Comprovante de Registro do Fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de autenticação, ressalta-se que o acompanhamento das empresas que fornecem/fabricam esses produtos, é de inteira responsabilidade do próprio órgão fiscalizador da categoria/classe, e não compete a este ente federado atuar como preposto de conselhos e/ou agentes de fiscalização.

Isto posto, condicionar a participação dos licitantes, na fase de disputa, à exigências desmedidas, apontaria para uma ação ilegal de restringir a participação e/ou direcionar o certame para este ou aquele licitante, condição firmemente reprovada pelos tribunais pátrios.

Por fim, cabe ressaltar que as características e/ou peculiaridades do objeto são afeitas ao setor que o aproveitará, cuja competência deste detalhamento não se estende à Pregoeira. Assim, aliado a manifestação expressa do setor licitante, a adequação apontada pode ser saudavelmente acomodada junto as características do objeto, condicionando a apontada comprovação ao momento da efetiva entrega do bem.

4. DECISÃO

Após estas breves considerações, **recebo o pleito da requerente nos moldes em que se encontra para, no mérito, DEFERÍ-LO**, com vistas a inserir nas características do objeto a ser entregue a necessidade das comprovações já relatadas neste termo, alterando, assim, as disposições do Anexo I do edital em adendo a ser oportunamente editado, sendo dado ciência ao interessado pelas vias de praxe bem como a consequente publicação deste Termo no DIOEMS, inserção da impugnação, bem como os documentos gerados para análise desta decisão no portal eletrônico do Município.

Centro Administrativo em 14 de julho de 2022


Rafaela Schereiner
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Interessado(a): Multi Quadros e Vidros Ltda

Assunto: Resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital referente ao Processo 093/2022 do Pregão 046/2022-Eletrônico

Trata-se de resposta à manifestação encaminhada via e-mail e protocolada sob o nº 573/2022, provindo da empresa Multi Quadros e Vidros Ltda, CNPJ nº 03.961.467/0001-96, com endereço na Rua Caldas da Rainha, nº 1799, São Francisco, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em que questiona condição do Edital do presente certame.

1. DO PEDIDO E SUA FORMA

A razão de Pedido de Impugnação foi protocolada na administração sob nº 573/2022 no dia 13/07/2022, provindo da empresa Multi Quadros e Vidros Ltda, CNPJ nº 03.961.467/0001-96, tempestiva, e de acordo com o que prevê o Edital supracitado, merecedora de apreciação, consoante disposto em edital e na própria Lei 8666/93 em seu art. 41:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS

De todo o argumentado pela requerente aliado ao que dispõe o item de suas razões – “PEDIDOS”, nos foi possível deduzir que o foco da impugnação se restringe a rogar que, a municipalidade passe a limitar a participação apenas àqueles licitantes que apresente o Comprovante de Registro do Fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de autenticação.

3. DA APRECIÇÃO DO PEDIDO

Primeiramente é importante ressaltar, que o Edital ao qual se refere, fora elaborado conforme o Termo de Referência, proveniente do Departamento de Educação, o qual é responsável por gerar a demanda, e solicitar as exigências as quais são cabíveis de acordo com a própria necessidade.

Para as devidas análises, e consequente decisão, juntou-se ao pedido de Impugnação, a manifestação do setor demandante (Departamento de Educação), sendo que o mesmo solicitou que fosse exigido o respectivo documento, porém ressaltou que não é da competência da administração ter conhecimento se a documentação deve ser exigida ou não, pois quaisquer documentos que sejam obrigatórios para o produto a ser ofertado, ficam a responsabilidade dos licitantes ganhadores, ademais os requisitos editalícios não se afastam do previsto no art. 30 da Lei 8.666/93.

Neste sentido, para alicerçar esta manifestação, ressaltamos alguns pontos, visto que quando se trata de exigências, a lei 8666/93 detalha em seu art. 30 todo o rol de qualificação técnica que o agente licitador está limitado a exigir em seus instrumentos de convocação, senão observe-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

§ 1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II – (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2º. As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º. Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º. É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º. As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos

e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I-(Vetado).

II-(Vetado).

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Consoante ao supracitado, é possível observar que no dispositivo não há o vocábulo "mínimo" e sim "limitar-se-á", ou seja, a administração pública não está condicionada a exigir no "mínimo" o que dispõem o art. 30, mas sim até este limite, podendo, conforme o caso, optar por elementos de maior ou menor rigor.

O principal intuito do legislador foi de não estabelecer "pisos mínimos" de exigência, mas sim limites para que não fosse imposto aos licitantes exigências restritivas à participação, afastando-se, assim, do intento maior dos processos licitatórios que é a busca da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Referente a alegação da impugnante de que o edital fora elaborado sem cumprimento ao que diz a Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, cabe salientar que a preocupação na elaboração do certame ocupou-se em alcançar o maior número de licitantes sem direcionamentos a este ou aquele prestador de serviços/produtos.

Em resposta ao pedido da impugnante, para que seja acrescido a exigência do Comprovante de Registro do Fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de autenticação, ressalta-se que o acompanhamento das empresas que fornecem/fabricam esses produtos, é de inteira responsabilidade do próprio órgão fiscalizador da categoria/classe, e não compete a este ente federado atuar como preposto de conselhos e/ou agente de fiscalização.

Diante da manifestação do Departamento de Educação, para que seja realizada a exigência suscitada pela impugnante, a mesma deverá ser acompanhada no ato da entrega do produto pela proponente que venha a vencer o objeto deste certame.

Por fim, cabe ressaltar que as características e/ou peculiaridades do objeto são afeitas ao setor que o aproveitará, cuja competência deste detalhamento não se estende à Pregoeira.

4. DECISÃO

Após estas breves considerações, recebo o pleito da requerente para, no mérito, DEFERIR na íntegra, alterando as condições do objeto do edital dos seus moldes iniciais, sendo dado ciência ao interessado pelas vias de praxe bem como a consequente publicação deste Termo no DIOEMS, inserção da impugnação, bem como os documentos gerados para análise desta decisão no site do Município, decorrendo daí o reagendamento da data de abertura deste certame. Centro Administrativo em 14 de julho de 2022

Rafaela Schereiner - Pregoeira

(Assinatura)



ADENDO 01

Processo 93/2022 – Pregão 046/2022

1. Considerando o Memorando Interno nº 77/2022, encaminhado pelo Departamento de Educação e demais memoriais anexos ao processo, fica acrescido o item “1.2” ao Anexo I do Edital, conforme redação a seguir disposta:

“1.2 O(s) objeto(s) constante(s) do item 01, quando da sua efetiva entrega ao Município, deverá(ão) se fazer acompanhar de “Comprovante de Registro do Fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA”, acompanhado do respectivo “Certificado de Regularidade” válido com chave de autenticação, sob pena de não recebimento do(s) mesmo(s).”

2. A “Agenda de eventos” constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:

“- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 13h (horário local) do dia 27 de julho de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link – licitações.”

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 13h30min (horário local) do dia 27 de julho de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link - licitações.”

3. Ciência aos interessados através da republicação do aviso do edital junto ao DIOEMS nos prazos legais e inclusão do presente Adendo 1 ao edital e “portal de transparência” do Município, como de praxe.

Centro Administrativo Adão Reis, em 14 de julho de 2022.



Rafaela Schereiner
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADENDO 01

Processo 93/2022 – Pregão 046/2022

1. Considerando o Memorando Interno nº 77/2022, encaminhado pelo Departamento de Educação e demais memoriais anexos ao processo, fica acrescido o item "1.2" ao Anexo I do Edital, conforme redação a seguir disposta:

"1.2 O(s) objeto(s) constante(s) do item 01, quando da sua efetiva entrega ao Município, deverá(ão) se fazer acompanhar de "Comprovante de Registro do Fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA", acompanhado do respectivo "Certificado de Regularidade" válido com chave de autenticação, sob pena de não recebimento do(s) mesmo(s)."

2. A "Agenda de eventos" constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:

- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 13h (horário local) do dia 27 de julho de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link – licitações."

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 13h30min (horário local) do dia 27 de julho de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link–licitações."

3. Ciência aos interessados através da republicação do aviso do edital junto ao DIOEMS nos prazos legais e inclusão do presente Adendo 1 ao edital e "portal de transparência" do Município, como de praxe.

Centro Administrativo Adão Reis, em 14 de julho de 2022.

Rafaela Schereiner - Pregoeira

CV 4902260



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-6258

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

Ref.: PREGÃO Nº. 46/2022 - ELETRÔNICO
PROCESSO Nº. 093/2022



A empresa **ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.607.948/0001-42, com sede RUA MATIAS KABUCHI, 234, GALPAO 03, BARREIROS, SAO JOSE, SC, CEP 88.117-450, por intermédio de seu representante legal infra assinado, com fundamento no §2º, do Art. 41, da Lei nº 8.666/93, vem tempestivamente, IMPUGNAR, o edital em epigrafe, em razão de incompatibilidade do prazo de entrega, com os prazos praticados no mercado, violando-se assim os princípios da isonomia e competitividade.

DOS FATOS

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES abriu processo licitatório para a Contratação de empresa especializada no fornecimento de Aquisição de Quadros Escolares, com prazo máximo para protocolo da proposta e habilitação marcados para as 13h00min do dia 27/07/2022.

A IMPUGNANTE, com interesse em participar da licitação, obteve o edital em questão, no momento de preparação da proposta deparou-se com flagrante ilegalidade do procedimento licitatório, que intenta adquirir o objeto com prazo máximo de entrega de 10 Dias, o que possui a potencial de frustrar a competitividade justa e leal no certame.

O edital estabelece no item 15 do termo de referência as regras relativas à entrega do objeto, conforme segue:



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-6258

"15.1. A entrega do objeto licitado deverá ocorrer até 10 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

Consultamos diversos fornecedores dos equipamentos, e não conseguimos encontrar nenhum que atendesse ao prazo solicitado pelo edital. Considerando que ainda se faz necessário o prazo razoável para transporte do objeto até o **MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES**, é evidente que o prazo solicitado não é razoável e não reflete a realidade de mercado.

O objeto deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público, com todas as características indispensáveis, afastando-se, evidentemente, as características irrelevantes e desnecessárias, que têm o condão de restringir ou frustrar a competitividade.

A flexibilização do prazo de entrega face a realidade atual do mercado viabilizará a participação de inúmeras empresas que possuem condições de fornecer o objeto do certame com preço justo e com a qualidade necessária e, por conseguinte, a competitividade, bem como não trará qualquer prejuízo à esta Administração.

Desta forma, fica evidente o desrespeito as normas que regem o procedimento licitatório estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente, e também ao princípio máximo do atendimento ao interesse público, uma vez que a especificações e prazo de entrega deve ser considerado a traduzir a realidade de mercado. **Logo, o prazo mínimo a ser considerado deve por esta municipalidade deve ser de no mínimo 30 dias.**

A Administração exige que o objeto seja entregue no prazo de 10 (dez) dias, entretanto o período indicado é insuficiente para realizar a entrega do equipamento. **Não se trata de item de série, pois será fabricado conforme medidas solicitadas pelo termo de referência, e também não podemos deixar de mencionar o período de transporte que podem variar de acordo com o local de sede da empresa licitante.**



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-6258

Listamos os seguintes itens que devem ser considerados:

- Recebimento do material para fabricação, em torno de 5 à 10 dias;
- Fabricação dos itens, em torno de 5 dias, considerando uma quantidade razoável de unidades a serem entregues;
- Pintura, secagem e embalagem 5 dias;
- Transporte, de acordo com a localização da impugnante 5 à 10 dias;

Pois bem, verificados os pontos acima, prazo adequado, que compreenderia a participação de diversas empresas e atenderia ao princípio da ampla concorrência é de 30 (trinta) dias, abarcando diversas regiões, não apenas empresas próximas do local de entrega, o que caracteriza tratamento dispare entre as empresas e limita a competição, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado.

Ressalto que ao estabelecer um prazo ínfimo caracteriza-se o direcionando a fornecedores/fabricantes direto do equipamento, em razão de conter materiais a pronta entrega, contudo nem sempre esta é uma realidade, pois alguns equipamentos são fabricados no momento do pedido, o que mais uma vez demonstra cabalmente a necessidade de um prazo adequado para entrega, atendendo aos requisitos de qualidade, eficiência, para atender o Órgão em suas necessidades.

De fato é evidente que existe equivoco na elaboração do termo de referência. Entretanto, para que administração possa adquirir um produto objetivando a contratação da proposta mais vantajosa, se faz necessário a instauração de ampla concorrência, considerando, e possibilitando a participação diversas no processo licitatório.



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-6258

Inobstante reconhecido esmero de todos servidores desse órgão licitante, porém, é evidente que a exigência contida no edital representa óbice à participação de muitos concorrentes com proposta vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, positivado no Art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, descrita abaixo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifos de nossa autoria)

O prazo de cumprimento é demasiado exíguo e resulta em diminuição da concorrência. Traz à baila manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em que assim se posiciona:

“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-6258

apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

No mesmo sentido, colaciona-se julgado do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso que corrobora tal entendimento e aplicável ao caso análogo, in verbis:

Acórdão nº 13/2015-TP Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. A previsão em edital licitatório de prazo exíguo para entrega de produtos ou prestação de serviços, para atendimento da frota municipal, prejudica o caráter competitivo do certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante. (Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2015-TP. Julgado em 24/02/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 13/03/2015. Processo nº 17.880- 2/2014)

O inciso I do art. 40 da Lei 8.666/93, discorre sobre a definição do objeto da licitação, ressaltando a importância de o termo de referência ser confeccionado de clara e sucinta, baseando-se em padrões de mercado.

"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-
6258

recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

II - Prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;"

As licitações têm por essência buscar sempre o melhor negócio a Administração Pública, como aos licitantes interessados, sendo assim, deve ser admitida a presença de impedimentos para que possa ocorrer a competição e seleção da melhor proposta entre os licitantes.

A definição do prazo da entrega é uma ação discricionária do órgão, e será estabelecida em conformidade com as necessidades que deverão ser atendidas.

Por outro lado, essa definição não poderá estar em desconformidade com as práticas de mercado em relação ao produto, pois o art. 15 da Lei de Licitações, em seu inciso III, estabelece que as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

Sendo assim, caso o órgão disponha em edital prazo de entrega do material impossível de ser cumprido pelas práticas de mercado, tal edital deverá ser objeto de impugnação.

Esclarecido nas necessidades da reformulação do termo de referência do objeto da licitação e para que o procedimento licitatório atinja o seu fim útil, é imprescindível que a administração atue com observação dos dispostos legais supracitados e altere o prazo de entrega para no mínimo 30 dias.



ECS Máquinas e Equipamentos
CNPJ: 22.607.948/0001-42
Rua Matias Kabuchi, 234
São José/SC
adm@ecsmaquinas.com.br – (48) 4115-6258

DO PEDIDO

Em face do exposto, requer que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com efeito para:

- Reformular o termo de referência, alterando-se o prazo de 10 (dez) dias, para no mínimo 30 dias; visando a obtenção da proposta mais vantajosa;
- Determinar-se a republicação do Edital, escoimado o vício apontado reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme inciso V, do Art. 4º, da Lei 10.520/02

Nestes Termos,

Pede-se Deferimento.

São José, 21 de Julho de 2022.
Atenciosamente,

Adolfo Leonel Alves Tomaz
CPF: 060.406.209-51
RG: 4631012
PROPRIETÁRIO

22.607.948/0001-42
ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA
R. MATIAS KABUCHI, 234
BARREIROS - 88.117-450
SÃO JOSÉ - SC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIA
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO
CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME: ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ

CPF: 4891013-9

DATA DE NASCIMENTO: 18/04/2006

LOCAL DE NASCIMENTO: SANTA CATARINA

ENDEREÇO: RUA... Nº...

CEP: 13.000-000

DATA DE EMISSÃO: 26/03/2019

ASSINATURA: [Assinatura]

PROFISSIONAL: [Assinatura]

1833002225

ESCRIVANIA DE PAZ DO DISTRITO DE BANANEIROS
Eliete da Luz Schmitt e Souza - Tabelião

AUTENTICAÇÃO 48675

Autêntico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do original que me foi apresentada. Dou fé. Bananeiros, 16 de Janeiro de 2021.

Em testemunho da verdade:

JOÃO PAULO FERNANDES DIARTE - Escrivão Notarial

Emolumentos: R\$ 4,02 + selo R\$ 2,82 -- Total: R\$ 6,84

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal FZVBBaga 100%

Confira os dados do ato em: tpe.jus.br/selo



Av. Leoberto Leal, 20 - São José/SC - CEP: 88117-000 - Tel.: (48) 3222-1991





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.607.948/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/06/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ECS MAQUINAS	PORTE EPP
--	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.11-2-00 - Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos 33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente 33.14-7-99 - Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 45.11-1-05 - Comércio por atacado de rebocos e semi-rebocos novos e usados 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.41-2-06 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.49-4-03 - Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R MATIAS KABUCHI	NÚMERO 234	COMPLEMENTO GALPAO03
--------------------------------	---------------	-------------------------

CEP 88.117-450	BAIRRO/DISTRITO BARREIROS	MUNICÍPIO SAO JOSE	UF SC
-------------------	------------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM@ECSMAQUINAS.COM.BR	TELEFONE (48) 4115-6258
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/06/2015
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/06/2022 às 13:36:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.607.948/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/06/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
 46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças
 46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
 46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
 46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico
 46.79-6-02 - Comércio atacadista de mármore e granitos
 46.79-6-03 - Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras
 46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
 46.89-3-02 - Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados
 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
 47.44-0-06 - Comércio varejista de pedras para revestimento
 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R MATIAS KABUCHI

NÚMERO
234

COMPLEMENTO
GALPA003

CEP
88.117-450

BAIRRO/DISTRITO
BARREIROS

MUNICÍPIO
SAO JOSE

UF
SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO
ADM@ECSMAQUINAS.COM.BR

TELEFONE
(48) 4115-6258

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
08/06/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/06/2022 às 13:36:12 (data e hora de Brasília).

Página: 2/4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.607.948/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/06/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

- 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
- 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
- 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
- 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
- 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
- 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
- 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
- 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
- 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
- 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
- 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
- 47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
- 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
- 47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
- 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem
- 47.83-1-02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria
- 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
- 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
- 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
- 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R MATIAS KABUCHI	NÚMERO 234	COMPLEMENTO GALPAO03
CEP 88.117-450	BAIRRO/DISTRITO BARREIROS	MUNICÍPIO SAO JOSE
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM@ECSMAQUINAS.COM.BR	TELEFONE (48) 4115-6258	UF SC

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/06/2015
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/06/2022 às 13:36:12 (data e hora de Brasília).

Página: 3/4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
22.607.948/0001-42
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
08/06/2015

NOME EMPRESARIAL

ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

66.19-3-99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

R MATIAS KABUCHI

NÚMERO
234

COMPLEMENTO
GALPAO03

CEP

88.117-450

BAIRRO/DISTRITO

BARREIROS

MUNICÍPIO

SAO JOSE

UF
SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO

ADM@ECSMAQUINAS.COM.BR

TELEFONE

(48) 4115-6258

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

08/06/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/06/2022 às 13:36:12 (data e hora de Brasília).

Página: 4/4

101

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE LIPSY COMERCIO DE COSMETICO
LTDA**

CNPJ nº 22.607.948/0001-42

CAROLINE NIEDERAUER RODRIGUES, nacionalidade brasileira, nascida em 01/08/1979, casada em comunhão parcial de bens, advogada, CPF nº. 004.586.309-18, carteira de identidade nº. 2.907.439-8, órgão expedidor SSP/SC, residente e domiciliada na rua Arnaldo Candido Raulino, 144, apto 303, Estreito, Florianópolis, SC, CEP 88070-710, BRASIL.

Sócia da sociedade limitada unipessoal de nome empresarial **LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº. **42205331950**, com sede rua Governador Pedro Ivo Campos, 170, Área Industrial, São José, SC, CEP 88104-780, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº. 22.607.948/0001-42, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

NOME EMPRESARIAL

Clausula Primeira. A sociedade que gira sob o nome empresarial LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, girará, a partir desta data, sob o nome empresarial **ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA**.

ENDEREÇO

Clausula Segunda. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à **RUA MATIAS KABUCHI, 234, GALPAO 03, BARREIROS, SAO JOSE, SC, CEP 88.117-450.**

OBJETO SOCIAL

Clausula Terceira. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E O COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, PARTES E PEÇAS, PEÇAS, LINHAS, BOTOES, ZÍPERES E AVIAMENTOS PARA COSTURA, ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E PAPELARIA, APARELHOS ELETRÔNICOS, BICICLETAS E VEÍCULOS RECREATIVOS, MOVEIS FILMES, CDS, DVDS, FITAS E DISCOS, ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO TAIS COMO ARTIGOS DE VIDRO, CRISTAL, PORCELANA, BORRACHA, PLASTICO, METAL, VIME, BAMBU, PANEAS, LOUÇAS, GARRAFAS TÉRMICAS, ESCADAS DOMESTICAS, ESCOVAS, VASSOURA, CABIDES, BRINQUEDOS DE QUALQUER MATERIAL, INCLUSIVE ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS, ÓCULOS DE NATAÇÃO, PRANCHAS, SUPRIMENTOS PARA CAMPING, CAÇA E PESCA PROFISSIONAL OU AMADORA, ASSIM COMO SUAS PEÇAS E UTENSÍLIOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AVICULTURA, APICULTURA, SUINOCULTURA E FLORICULTURA ASSIM COMO PEÇAS E UTENSÍLIOS LONGAS E COBERTAS, BARRACÕES PARA EVENTOS E ESTRUTURAS METÁLICAS PARA PALCOS, ESTUFAS, CULTIVO E CRIAÇÃO DE PLANTAS, PAPEL DE PAREDE, ARTIGOS DESCARTÁVEIS (COPO, TALHERES, GUARDANAPOS, EMBALAGENS PARA ALIMENTOS PREPARADOS), COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS, COMPONENTES ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, MAQUINAS,

Req: 81000001877285

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/12/2020

Arquivamento 20202336379 Protocolo 202336379 de 21/12/2020 NIRE 42205331950

Nome da empresa ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 302293474780089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2020 por Renata da Silva Wieszorkoski - Secretária-geral em exercício

22/12/2020

ARQUIVADO DIGITALMENTE POR: 06040620951-ADOLFO LONDEL ALVES TOMAZI 00456630918-CAROLINE NIEDERAUER RODRIGUES

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS
LTDA**

CNPJ nº 22.607.948/0001-42

APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO, PARTES E PEÇAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO, PARTES E PEÇAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMERCIAL, PARTES E PEÇAS, BOMBAS E COMPRESSORES, PARTES E PEÇAS, MOTORES E TRANSFORMADORES ELÉTRICOS, SISTEMA DE CONTROLE DE INCÊNDIO, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIDA ROBOTS, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO TÉCNICO E PROFISSIONAL, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, MAQUINAS DE COSTURA PARA QUALQUER USO, EQUIPAMENTOS DE GINASTICA E CONDICIONAMENTO FÍSICO, PRODUTOS DERIVADOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MATERIAL ELÉTRICO, MÁRMORES, GRANITOS, VIDROS, ESPELHOS, VITRAIS E MOLDURAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TAIS COMO CAL, AREIA BRITA, PEDRA, TIJOLO, TELHA, GESSO E ARGILA, TUBOS DE CANO DE ÁGUA, PIAS, LAVATÓRIOS, BANHEIRA, INCLUSIVE SUAS FERRAGENS, PORTAS E CARTÕES ELETRÔNICOS, ASFALTO, PRODUTOS SIDERÚRGICOS PARA CONSTRUÇÃO, ESQUADRIAS METALÚRGICAS, DIVISÓRIAS E CHAPAS DE ALUMÍNIO, AUNAS, PISCINAS E EQUIPAMENTOS CORRELATOS, SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIA, SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA, TREINAMENTO E INSTALAÇÕES, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INSTALAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MONTAGENS DE ESTRUTURAS METÁLICAS, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO GERAL, INSTALAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS E REUNIÕES E CONFERENCIAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS INDUSTRIAIS, ATIVIDADES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS, COMERCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COMERCIO POR ATACADO DE REBOQUES E SEMIRREBOQUES NOVOS E USADOS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, CORRESPONDENTE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SERVIÇOS DE COBRANÇA EXTRAJUDICIAL.

QUADRO SOCIETÁRIO

Clausula Quarta. Retira-se da sociedade a sócia **CAROLINE NIEDERAUER RODRIGUES**, detentora de **15.000** (quinze mil) quotas, no valor nominal e unitário de R\$ **1,00** (um real) cada uma, correspondendo a R\$ **15.000,00** (quinze mil reais), vende ao socio admitido neste ato **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ**, nacionalidade brasileira, nascido em 19/01/1988, solteiro, empresário, CPF nº. 060.406.209-51, carteira nacional de habilitação nº. 03825801197, órgão expedidor DETRAN/SC, residente e domiciliado na rua Engelberto Koerich, 1435, Colônia Santana, São José, SC, CEP 88123-300, BRASIL, pelo valor certo e ajustado de R\$ **15.000,00** (quinze mil reais), declarando haver recebido neste ato, todos os seus direitos e haveres

Req: 81000001877285

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/12/2020

Arquivamento 20202336379 Protocolo 202336379 de 21/12/2020 NIRE 42205331950

Nome da empresa ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 302293474780089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2020 por Renata da Silva Wiczorkoski - Secretária-geral em exercício

22/12/2020

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS
LTDA**

CNPJ nº 22.607.948/0001-42

perante a empresa, nada mais tendo a reclamar, seja a qualquer título, nem do empresário e nem da empresa, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

DO CAPITAL SOCIAL

Clausula Quinta. O capital anterior totalmente integralizado no valor de R\$ **15.000,00** (quinze mil reais), passa a ser de R\$ **110.000,00** (cento e dez mil reais), um aumento de R\$ **95.000,00** (noventa e cinco mil reais) integralizados neste ato em moeda corrente nacional, pelo socio admitido **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ**, em decorrência do aumento do capital social, este fica assim distribuído:

EMPRESÁRIO	Quotas	Part.	Valor R\$
ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ	110.000	100 %	110.000,00
TOTAL	110.000	100 %	110.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO

Clausula Sexta. A administração da sociedade passa a ser exercida pelo sócio **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ**, privativa e individualmente, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Clausula Sétima. O administrador **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

Clausula Oitava. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em **SAO JOSE/SC**.

Clausula Nona. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o ato constitutivo da empresa ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

Req: 81000001877285

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/12/2020

Arquivamento 20202336379 Protocolo 202336379 de 21/12/2020 NIRE 42205331950

Nome da empresa ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 302293474780089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2020 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

22/12/2020

101

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS
LTDA**

CNPJ nº 22.607.948/0001-42

Clausula Primeira – A empresa gira sob o nome empresarial **ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**.

Clausula Segunda – A empresa tem sua sede e foro a rua **Mathias Kabuchi, 234, galpão 03, Barreiros, São José, SC, CEP 88117-450**.

Clausula Terceira - O capital da empresa é de R\$ **110.000,00** (cento e dez mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, e está distribuído da seguinte forma:

EMPRESARIO	COTAS	VALOR EM R\$
ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ	110.000	110.000,00

Clausula Quarta – A empresa tem por objetivo a exploração por conta própria do ramo de: **SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E O COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, PARTES E PEÇAS, PEÇAS, LINHAS, BOTOES, ZÍPERES E AVIAMENTOS PARA COSTURA, ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E PAPELARIA, APARELHOS ELETRÔNICOS, BICICLETAS E VEÍCULOS RECREATIVOS, MOVEIS FILMES, CDS, DVDS, FITAS E DISCOS, ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO TAIS COMO ARTIGOS DE VIDRO, CRISTAL, PORCELANA, BORRACHA, PLASTICO, METAL, VIME, BAMBU, PANEAS, LOUÇAS, GARRAFAS TÉRMICAS, ESCADAS DOMESTICAS, ESCOVAS, VASSOURA, CABIDES, BRINQUEDOS DE QUALQUER MATERIAL, INCLUSIVE ELETRÔNICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS, ÓCULOS DE NATAÇÃO, PRANCHAS, SUPRIMENTOS PARA CAMPING, CAÇA E PESCA PROFISSIONAL OU AMADORA, ASSIM COMO SUAS PEÇAS E UTENSÍLIOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AVICULTURA, APICULTURA, SUINOCULTURA E FLORICULTURA ASSIM COMO PEÇAS E UTENSÍLIOS LONGAS E COBERTAS, BARRACÕES PARA EVENTOS E ESTRUTURAS METÁLICAS PARA PALCOS, ESTUFAS, CULTIVO E CRIAÇÃO DE PLANTAS, PAPEL DE PAREDE, ARTIGOS DESCARTÁVEIS (COPO, TALHERES, GUARDANAPOS, EMBALAGENS PARA ALIMENTOS PREPARADOS), COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS, COMPONENTES ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO, PARTES E PEÇAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO, PARTES E PEÇAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMERCIAL, PARTES E PEÇAS, BOMBAS E COMPRESSORES, PARTES E PEÇAS, MOTORES E TRANSFORMADORES ELÉTRICOS, SISTEMA DE CONTROLE DE INCÊNDIO, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIDA ROBOTS, MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO TÉCNICO E PROFISSIONAL, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, MAQUINAS DE COSTURA PARA QUALQUER USO, EQUIPAMENTOS DE GINASTICA E CONDICIONAMENTO FÍSICO, PRODUTOS DERIVADOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MATERIAL ELÉTRICO, MÁRMORES, GRANITOS, VIDROS, ESPELHOS, VITRAIS E MOLDURAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TAIS COMO CAL, AREIA BRITA, PEDRA, TIJOLO, TELHA, GESSO E ARGILA, TUBOS DE CANO DE ÁGUA, PIAS, LAVATÓRIOS, BANHEIRA, INCLUSIVE SUAS FERRAGENS, PORTAS E CARTÕES**

Req: 81000001877285

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/12/2020

Arquivamento 20202336379 Protocolo 202336379 de 21/12/2020 NIRE 42205331950

Nome da empresa ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 302293474780089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2020 por Renata da Silva Wiczorkoski - Secretária-geral em exercício

22/12/2020

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS
LTDA**

CNPJ nº 22.607.948/0001-42

ELETRÔNICOS, ASFALTO, PRODUTOS SIDERÚRGICOS PARA CONSTRUÇÃO, ESQUADRIAS METALÚRGICAS, DIVISÓRIAS E CHAPAS DE ALUMÍNIO, AUNAS, PISCINAS E EQUIPAMENTOS CORRELATOS, SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIA, SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA, TREINAMENTO E INSTALAÇÕES, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INSTALAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MONTAGENS DE ESTRUTURAS METÁLICAS, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO GERAL, INSTALAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS E REUNIÕES E CONFERENCIAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS INDUSTRIAIS, ATIVIDADES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS, COMERCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COMERCIO POR ATACADO DE REBOQUES E SEMIRREBOQUES NOVOS E USADOS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, CORRESPONDENTE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SERVIÇOS DE COBRANÇA EXTRAJUDICIAL.

Clausula Quinta – A empresa iniciou suas atividades em **01 de junho de 2015** e sua duração é por prazo indeterminado.

Clausula Sexta – A administração da empresa é exercida pelo empresário (a) **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ**, privativa e individualmente, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome da empresa, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse da empresa ou assumir obrigações seja em favor do empresário ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa.

Clausula Sétima – O empresário (a) **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ**, declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Clausula Oitava – O empresário (a) **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ** no exercício da administração terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, em valor a ser fixado pela própria empresa, observadas as disposições regulamentares.

Clausula Nona – A assembleia deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, com o objetivo de I tomar as contas do empresário e

Req: 81000001877285

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/12/2020

Arquivamento 20202336379 Protocolo 202336379 de 21/12/2020 NIRE 42205331950

Nome da empresa ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 302293474780089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2020 por Renata da Silva Wierzchoski - Secretária-geral em exercício

22/12/2020

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 DA SOCIEDADE LIPSY COMERCIO DE COSMETICOS
LTDA

CNPJ nº 22.607.948/0001-42

deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico; II – designar administradores, quando for o caso; III – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Clausula Decima – Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o empresário prestara contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

Clausula Décima Primeira – Falecendo ou interditado o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz, não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Clausula Decima Segunda – O empresário (a) **ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ**, declara que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Clausula Décima Terceira – Fica eleito o Foro da Comarca de São José/SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Ato.

São José, 18 de dezembro de 2020.

ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ

CAROLINE NIEDERAUER RODRIGUES

Req: 81000001877285

Página 6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/12/2020

Arquivamento 20202336379 Protocolo 202336379 de 21/12/2020 NIRE 42205331950

Nome da empresa ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 302293474780089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/12/2020 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

22/12/2020



TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA
PROTOCOLO	202336379 - 21/12/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL

MATRIZ

NIRE 42205331950
CNPJ 22.607.948/0001-42
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/12/2020
SOB N: 20202336379

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20202336379

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06040620951 - ADOLFO LEONEL ALVES TOMAZ

Cpf: 00458630918 - CAROLINE NIEDERAUER RODRIGUES





MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

103

Memorando interno 075/2022

Coronel Domingos Soares, 21 de julho de 2022

De: Pregoeira Municipal

Para: Departamento de Educação

- a. Considerando que esta Pregoeira foi requerida pela empresa ESC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, CNPJ 22.607.948/0001-42, em petição de pedido de impugnação ao edital Pregão 46/2022, construído para Aquisição de Quadros Escolares, cuja demanda solicita que seja acrescida ao processo alteração do prazo de entrega para o objeto a ser licitado;
- b. Considerando que a data de abertura e seleção das propostas está agendada para 27/07/2022 tendo esta Pregoeira o prazo de 24 horas para manifestar-se sobre o pedido que poderá desencadear, dentre outros atos, a suspensão do certame ou até mesmo a sua reprogramação o que afetaria o fluxo de contratação para a Aquisição de Quadros Escolares;

Nos cumpre:

1. Requerer, em caráter de urgência/urgentíssima(entendido como 24 horas), seja construída manifestação expressa, após a análise, com todas as justificadoras legais, cujos argumentos e documentos servirão de base para manifestação desta Pregoeira em resposta ao pedido de impugnação supracitado.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente.


Rafaela Schereiner
Pregoeira
Portaria nº 059/2021

Recebi uma via deste, em

21 de julho de 2022

As 16:36 horas



Ass. Recebedor



Memorando N° 81/2022

Coronel Domingos Soares, 22 de julho de 2022

De: Departamento de Educação

Para: Departamento de Licitação

Em resposta ao memorando nº075/2022, solicitamos que seja realizado a **retificação** do Item 15 do termo de referência de Aquisição de Quadros Escolares, onde se refere a entrega do objeto licitado deverá ocorrer em 10 dias após a emissão da requisição de compras. Diante do exposto, pedimos a alteração em edital **para prazo de entrega de 30 dias** após a emissão da requisição de compras.

Esperamos contar com a sua colaboração e empenho.

Atenciosamente,

Daiana Neves de Oliveira
Diretora do Departamento
Municipal de Educação
Portaria 009/2021

DAIANA NEVES DE OLIVEIRA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2021



Interessado(a): ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 22.607.948/0001-42.
Assunto: Resposta à impugnação ao Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 46/2022.

Trata-se de resposta à manifestação, encaminhada via e-mail e protocolada sob nº 602/2022, por ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 22.607.948/0001-42, com endereço indicado a Rua Matias Kabuchi, Nº 234, Galpão 03, Barreiros, São José, Santa Catarina, CEP nº 88.117-450, em que questiona o prazo de entrega para o objeto deste certame.

1. DO PEDIDO E SUA FORMA

A razão de impugnação foi protocolada sob nº 602/2022 no dia 21/07/2022, pela empresa ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 22.607.948/0001-42, tempestivamente, e de acordo com o que prevê o Edital supracitado, merecedora de apreciação, consoante disposto em edital e na própria Lei 8666/93 em seu art. 41:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS

2.1. De todo o argumentado pela requerente aliado ao que dispõem no item de suas razões – “PEDIDOS” o foco da impugnação se restringe a rogar que a municipalidade amplie o prazo de entrega para o objeto em questão, visto que o mesmo solicita para que seja de no mínimo 30 dias.

3. DA APRECIÇÃO DO PEDIDO


3.1 Considerando que a referida impugnação foi encaminhada ao Departamento de Educação para análise;

3.2 Considerando que em resposta (Memorando 081/2022), foi solicitado que o prazo de entrega para o objeto passe a ser de 30 dias após a emissão de requisição de compras, conforme a solicitação da impugnante.

4. DECISÃO

Após estas breves considerações, DEFIRO o pleito da requerente e altero as condições editalícias, dando ciência ao interessado pelas vias de praxe com a devida publicação da impugnação, desta decisão e do Memorando 081/2022, no DIOEMS e site do Município.

Coronel Domingos Soares/PR, 25/07/2022



Rafaela Schereiner
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

Interessado(a): ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 22.607.948/0001-42. Assunto: Resposta à Impugnação ao Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 46/2022.

Trata-se de resposta à manifestação, encaminhada via e-mail e protocolada sob nº 602/2022, por ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 22.607.948/0001-42, com endereço indicado a Rua Mátiás Kabuchi, Nº 234, Galpão 03, Barreiros, São José, Santa Catarina, CEP nº 88.117-450, em que questiona o prazo de entrega para o objeto deste certame.

1. DO PEDIDO E SUA FORMA

A razão de impugnação foi protocolada sob nº 602/2022 no dia 21/07/2022, pela empresa ECS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 22.607.948/0001-42, tempestivamente, e de acordo com o que prevê o Edital supracitado, merecedora de apreciação, consoante disposto em edital e na própria Lei 8666/93 em seu art. 41:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

2. ALÍGERAS CONSIDERAÇÕES FÁTICAS

2.1. De todo o argumentado pela requerente aliado ao que dispõem no item de suas razões – “PEDIDOS” o foco da impugnação se restringe a rogar que a municipalidade amplie o prazo de entrega para o objeto em questão, visto que o mesmo solicita para que seja de no mínimo 30 dias.

3. DA APRECIÇÃO DO PEDIDO

3.1 Considerando que a referida impugnação foi encaminhada ao Departamento de Educação para análise.

3.2 Considerando que em resposta (Memorando 081/2022), foi solicitado que o prazo de entrega para o objeto passe a ser de 30 dias após a emissão da requisição de compras, conforme a solicitação da impugnante.

4. DECISÃO

Após estas breves considerações, DEFIRO o pleito da requerente e altero as condições editalícias, dando ciência ao interessado pelas vias de praxe com a devida publicação da impugnação, desta decisão e do Memorando 081/2022, no DIOEMS e site do Município. Coronel Domingos Soares/PR, 25/07/2022.

Rafaela Schereiner - Pregoeira

52/1904026



ADENDO 02

Processo 93/2022 – Pregão 046/2022

1. Considerando o Memorando Interno nº 81/2022, encaminhado pelo Departamento de Educação e demais memoriais anexos ao processo, se fazem necessárias alterações editalícias em relação ao contido no item “15.1” do Edital, no item “2.2” do Anexo I do Edital e o caput da Clausula Quinta do Anexo VIII do Edital, realinhando o quesito “prazo”, conforme redação a seguir disposta:

“15.1 A entrega do objeto licitado deverá ocorrer até 30 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.”

“2.2. O(s) objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser entregue(s), conforme a solicitação do departamento requisitante, no quadro urbano do município de Coronel Domingos Soares – PR, no prazo de até 30 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.”

“CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO
A entrega do objeto licitado ocorrerá no prazo de até 30 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.”

2. A “Agenda de eventos” constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:

- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 15h (horário local) do dia 09 de agosto de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link – licitações.

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 15h30min (horário local) do dia 09 de agosto de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, “Acesso Identificado no link - licitações.”

3. Inalterados os demais dispositivos. Ciência aos interessados através da republicação do aviso do edital junto ao DIOEMS nos prazos legais e inclusão do presente Adendo 2 ao edital e “portal de transparência” do Município, como de praxe.

Centro Administrativo Adão Reis, em 25 de julho de 2022.


Rafaela Schereiner
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADENDO 02

Processo 93/2022 – Pregão 046/2022

1. Considerando o Memorando Interno nº 81/2022, encaminhado pelo Departamento de Educação e demais memoriais anexos ao processo, se fazem necessárias alterações editalícias em relação ao conteúdo no item “15.1” do Edital, no item “2.2” do Anexo I do Edital e o caput da Clausula Quinta do Anexo VIII do Edital, realinhando o quesito “prazo”, conforme redação a seguir disposta:

“15.1 A entrega do objeto licitado deverá ocorrer até 30 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.”

“2.2. O(s) objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser entregue(s), conforme a solicitação do departamento requisitante, no quadro urbano do município de Coronel Domingos Soares – PR, no prazo de até 30 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.”

“CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega do objeto licitado ocorrerá no prazo de até 30 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.”

2. A “Agenda de eventos” constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:

“- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 15h (horário local) do dia 09 de agosto de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil. “Acesso Identificado no link – licitações.”

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 15h30min (horário local) do dia 09 de agosto de 2022. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil. “Acesso Identificado no link – licitações.”

3. Inalterados os demais dispositivos. Ciência aos interessados através da republicação do aviso do edital junto ao DIOEMS nos prazos legais e inclusão do presente Adendo 2 ao edital e “portal de transparência” do Município, como de praxe. Centro Administrativo Adão Reis, em 25 de julho de 2022. Rafaela Schereinier - Pregoeira

03/25/2022

L&S COMERCIAL EIRELI

BLUMENAU(SC) , 09 DE AGOSTO DE 2022.

AO
MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR
PREGÃO ELETRÔNICO 46/2022



Empresa: L&S COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 32.763.201/0001-37 Insc. Estadual: 260.090.280
Cidade: Blumenau (SC) - Fone/Fax: (47)3232-0960
Email: lausanicomercial@gmail.com

"PROPOSTA DE PREÇOS"

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QTD	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m	MARCA PRÓRIA	UND	100	R\$ 525,00	R\$ 52.500,00
VALOR TOTAL						52.500,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do prego.

PRazo DE ENTREGA: até 30 Dias após a emissão da requisição de compras.

LOCAL DE ENTREGA: conforme solicitação dos departamentos requisitantes, no quadro urbano de Coronel Domingos Soares/PR.

PRazo DE PAGAMENTO: até o décimo quinto dia do mês subsequente aquele em que se deu a entrega e o recebimento definitivo do objeto.

PRazo DE GARANTIA: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL | AGENCIA 0095-7 | C/C 29.199-4

O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).

ELENIR
Assinado de forma
digital por ELENIR
SANI:71902414934 SANI:71902414934

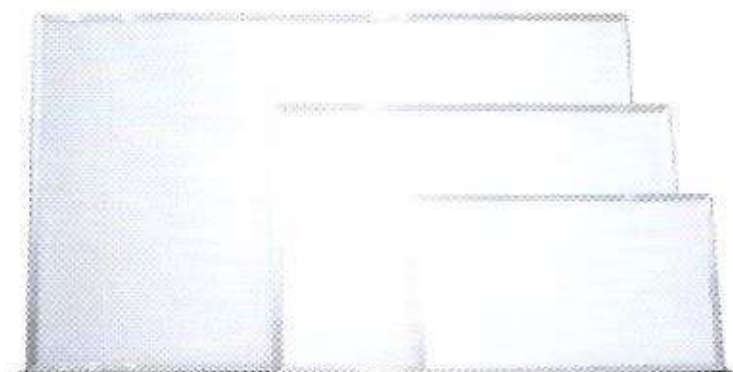
Elenir Sani
Sócia Proprietária
CPF 719.024.149-34

Rua Albert Einstein, n.º 807 – Sala 01 – Fortaleza - Blumenau-SC - CEP 88.066-130
Fone (0xx47) 3232-0960/ Fax: (0xx47) 3232-0960
CNPJ 32.763.201/0001-37 IE 260.090.280
E-mail: lausanicomercial@gmail.com

L&S L&S COMERCIAL EIRELI

Blumenau, 09 de agosto de 2022.

QUADRO BRANCO 2,50M X 1,20M



ESTRUTURA: confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal.

ACESSÓRIOS: acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação.

DIMENSÕES: 2,50m x 1,20m.

**L&S COMERCIAL
EIRELI:32763201
000137**

Assinado de forma
digital por L&S
COMERCIAL
EIRELI:32763201000137

Rua Albert Einstein, nº 807 - Sala 01 - Fortaleza - Blumenau (SC) - CEP 89.056-130

Fone: (47) 3232-0960 - Fax: (47) 3232-0960

CNPJ 32.763.201/0001-37 - Inscrição Estadual 260.090.280

E-mail: lausanicomercial@gmail.com

**ATO CONSTITUTIVO
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO**

“L&S COMERCIAL EIRELI”

CNPJ nº 32.763.201/0001-37

ELENIR SANI, brasileira, nascida em 01/11/1969, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 2.252.686-2, expedida pela SESP/SC e inscrita no CPF nº 719.024.149-34, residência e domicílio na Rua Albert Einstein, nº 807, Bairro Fortaleza, em Blumenau – SC, CEP 89056-130, Empresária, com sede na Rua Albert Einstein, nº 807, Sala 01, Bairro Fortaleza, em Blumenau – SC, CEP 89056-130, inscrita na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42805098491 e no CNPJ sob nº 32.763.201/0001-37 ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO** em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **ATO CONSTITUTIVO**:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL E SEDE

A empresa utilizará nome empresarial **“L&S COMERCIAL EIRELI”**, e tem a sua sede e domicílio na Rua Albert Einstein, nº 807, Sala 01, Bairro Fortaleza, em Blumenau – SC, CEP 89056-130, inscrita no CNPJ sob nº 32.763.201/0001-37.

CLÁUSULA II - DO PRAZO DE DURAÇÃO E TERMINO DO EXERCÍCIO

A empresa iniciou suas atividades em 13/02/2019, e tem o seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Parágrafo único: O exercício encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando o titular determinará o levantamento do balanço patrimonial de acordo com as normas contábeis vigentes e de acordo com princípios e práticas contábeis geralmente aceitas, bem como o encerramento da conta de resultado para o período então findo, e a elaboração das demonstrações financeiras, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLAUSULA III – DO OBJETO

Constituem objeto da empresa as seguintes atividades: **“Comércio varejista e atacadista de artigos para: escritório, escolar e de treinamento, papel para reprografia e off-set, formulário contínuo, eletrodoméstico, documentos e publicações, equipamentos de informática, programas e suprimentos de informática, cartuchos, toner, fitas, mobiliários em geral, cozinhas e refeitórios, artigos de uso domésticos, cama mesa e banho, materiais em geral de higiene pessoal, limpeza e conservação doméstica, industrial, hospitalar, pisos e lavanderias, vestuário, calçados e complementos, recreação e desporto, artigos artísticos, instrumentos musicais, mecanografia, tipografia, máquinas de calcular, reprodução de cópias e materiais para gráficas, fotografia, cinematografia e fonografia, filmes, fitas, CDS, discos, equipamentos para reprodução de filmes, condicionadores de sacos, bolsas e envelopes, máquinas de embalagem, carpintaria e marcenaria, oficina mecânica, tratamento térmico, acabamento de metais, manutenção de veículos, iluminação elétrica de uso geral, ferramentas em geral, pneus, câmeras, veículos, ceras, motores, bombas e compressores diversos, condicionamento e refrigeração, fornos e equipamentos para secagem,**



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 05/07/2019

Arquivamento 42600576404 Protocolo 196217695 de 27/06/2019 NIRE 42600576404

Nome da empresa L&S COMERCIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444895336778761

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

05/07/2019



telecomunicação, adesivos, materiais para vedação, cabos de aço e fibras, barbantes, cordão e cordonetes, construção civil, material e equipamentos hidráulico e sanitário, tubos, mangueiras e conexões, materiais não metálicos para transformação, geração de energia, pilhas e baterias, materiais e componentes elétricos e eletrônicos, sinalização, controle e alarme, balanças e acessórios, material de uso em enfermaria, brinquedos, parques de diversões, materiais descartáveis, copos personalizados, selos e lacres para envase de embalagens, EPI's, protetor solar, artigos ergonômicos, artesanatos, artigos de armarinho e aviamentos, utensílios de cozinha, artigos esportivos, material didático e pedagógico, materiais em inox, equipamentos industriais, artigos de decoração, equipamentos agrícolas, e reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos."

CLAUSULA IV – DO CAPITAL

O capital da empresa é de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), o qual está totalmente integralizado em moeda corrente do país.

CLAUSULA V – DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade do titular da empresa é limitada ao capital integralizado (art. 1052 do CC/02), não respondendo ele subsidiariamente pelas perdas da empresa.

CLAUSULA VI – DA ADMINISTRAÇÃO E USO DO NOME EMPRESARIAL

A empresa será administrada pela titular **ELENIR SANI**, já qualificada anteriormente, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta **EIRELI**, sendo a responsabilidade do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLAUSULA VII – NÃO – PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI

A titular **ELENIR SANI** declara que não participa de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLAUSULA VIII – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS

A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

CLAUSULA X – DESIMPEDIMENTO

O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública ou propriedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 05/07/2019

Arquivamento 42600576404 Protocolo 196217695 de 27/06/2019 NIRE 42600576404

Nome da empresa L&S COMERCIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucec.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444895336778761

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

05/07/2019

CLAUSULA XI – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Blumenau/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato.

Firma o presente instrumento.

Blumenau (SC), 27 de junho de 2019.

ELENIR SANI



<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=/cfilexdvXln9qjwhdLkK1gg&chave2=Ug8cwwsph--ckGj5Cvu1RA>
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 71902414934-ELENIR SANI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 05/07/2019

Arquivamento 42600576404 Protocolo 196217695 de 27/06/2019 NIRE 42600576404

Nome da empresa L&S COMERCIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444895336778761

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

05/07/2019



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



196217695

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	L&S COMERCIAL EIRELI
PROTOCOLO	196217695 - 27/06/2019
ATO	091 - ATO CONSTITUTIVO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE: 42600576404
CNPJ: 32.763.201/0001-37
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/07/2019
SOB N: 42600576404

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 71902414934 - ELENIR SANI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 05/07/2019

Arquivamento 42600576404 Protocolo 196217695 de 27/06/2019 NIRE 42600576404

Nome da empresa L&S COMERCIAL EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 444895336778761

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral:

05/07/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.763.201/0001-37 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/02/2019
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL L&S COMERCIAL EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) L&S COMERCIAL	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

<p>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</p> <p>45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores</p> <p>45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar</p> <p>46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho</p> <p>46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados</p> <p>46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente</p> <p>46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças</p> <p>46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças</p> <p>46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças</p> <p>46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças</p> <p>46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens</p> <p>47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico</p> <p>47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas</p> <p>47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral</p> <p>47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática</p> <p>47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação</p> <p>47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</p> <p>47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis</p> <p>47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria</p> <p>47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho</p> <p>47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho</p>
--

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO R ALBERT EINSTEIN	NÚMERO 807	COMPLEMENTO SALA 1
--	----------------------	------------------------------

CEP 89.056-130	BAIRRO/DISTRITO FORTALEZA	MUNICÍPIO BLUMENAU	UF SC
--------------------------	-------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO LAUSANICOMERCIAL@GMAIL.COM	TELEFONE (47) 3232-0960
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/02/2019
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/07/2022 às 09:07:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.763.201/0001-37 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/02/2019
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL L&S COMERCIAL EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 82.19-9-01 - Fotocópias 93.21-2-00 - Parques de diversão e parques temáticos 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
--

LOGRADOURO R ALBERT EINSTEIN	NÚMERO 807	COMPLEMENTO SALA 1
--	----------------------	------------------------------

CEP 89.056-130	BAIRRO/DISTRITO FORTELEZA	MUNICÍPIO BLUMENAU	UF SC
--------------------------	-------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO LAUSANICOMERCIAL@GMAIL.COM	TELEFONE (47) 3232-0960
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/02/2019
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/07/2022 às 09:07:07 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: L&S COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 32.763.201/0001-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:19:00 do dia 25/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/08/2022.

Código de controle da certidão: **50C7.225F.97A4.9714**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **L&S COMERCIAL EIRELI**
CNPJ/CPF: **32.763.201/0001-37**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140106862075
Data de emissão:	01/07/2022 09:20:47
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11):	30/08/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Secretaria da Fazenda
Diretoria de Receita

www.blumenau.sc.gov.br

124

Gerência de Cobrança

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nome: L&S COMERCIAL EIRELI ME

CPF/CNPJ: 32.763.201/0001-37

CMC: 132217

Endereço: ALBERT EINSTEIN 807, SALA 01, FORTALEZA, BLUMENAU - SC, CEP 89056-130

Para fins de LICITAÇÃO.

Certificamos, nos termos do Artigo 2º do Decreto N° 9.101 de 29/01/2010, que inexistente débito impeditivo para a expedição desta Certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao Município de Blumenau o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser apurada.

A presente Certidão Negativa de Débito, tem validade pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição. Esta certidão refere-se a débitos municipais.

Número de Certidão: 104351404227

Assinatura Digital: 6DB0C868E5332C6329B799C4F6FB5FE5

Data/Hora Emissão: 28/04/2022 08:52:25

Data Validade: 25/10/2022

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço <http://www.blumenau.sc.gov.br/cidadao>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L&S COMERCIAL EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.763.201/0001-37

Certidão nº: 9055869/2022

Expedição: 21/03/2022, às 10:14:15

Validade: 17/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que L&S COMERCIAL EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 32.763.201/0001-37, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.763.201/0001-37

Razão Social: L E S COMERCIAL EIRELI

Endereço: R ALBERT EINSTEIN 807 SALA 1 / FORTALEZA / BLUMENAU / SC / 89056-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/07/2022 a 20/08/2022

Certificação Número: 2022072202262326110459

Informação obtida em 09/08/2022 18:52:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1565022

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: L&S COMERCIAL

Raiz do CNPJ: 32.763.201

Certidão emitida às 09:46 de 08/07/2022.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
- 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 4) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



08/07/2022 0012393285 128

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Blumenau

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 9694114

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Blumenau, com distribuição anterior à data de 07/07/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

L&S COMERCIAL EIRELI - EPP, portador do CNPJ: 32.763.201/0001-37, *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Blumenau, sexta-feira, 8 de julho de 2022.

PEDIDO Nº:

0012393285



TERMO DE ABERTURA

DIARIO

Nº de Ordem 3

Contém este livro 36 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 36 e servirá de DIARIO nº 3, referente ao período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: L&S COMERCIAL EIRELI
Endereço: R ALBERT EINSTEIN, 807 - SALA 1
Bairro: FORTALEZA
C.E.P.: 89056130
Cidade.: BLUMENAU / SC

Registrada na JUCESC sob nº 42600576404 e arquivado em 13/02/2019 nº constituição null.
Inscrição Estadual nº 260090280 e C.N.P.J. nº 32763201000137

BLUMENAU/SC, 29 de Março de 2022

EDIO DA SILVA
CONTADOR
C.P.F.:57584281915
R.G.:1894216 SESP SC
C.R.C.:017566/O-2

ELENIR SANI
TITULAR PESSOA FISICA
C.P.F.:71902414934
R.G.:2.252.686-2 SESP



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 29/03/2022
Arquivamento 229919359 Protocolo 225945134 de 29/03/2022
Nome da empresa L&S COMERCIAL EIRELI
NIRE 42600576404
Este documento pode ser verificado em
<http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/Autenticacao.aspx>
Chancela 218335462109
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2022
por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=5T1M1yZKMu8UCz0j523eR0Pj_OMzrtEn9rcBYUuQh96vuoGq30w
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 71902414934-ELENIR SANI | 57584281915-EDIO DA SILVA

L&S COMERCIAL EIRELI
Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 2

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
05/01/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 12/2020	51	<u>16853</u>	2.102,13	2.102,13
Total dia : 05/01/2021					2.102,13	2.102,13
13/01/2021						
04.1.1.01.001	2801	559142 - Fagundes Distribuicao Ltda	51	<u>15281</u>	3.500,00	3.500,00
Total dia : 13/01/2021					3.500,00	3.500,00
14/01/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 153 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>10760</u>	8.640,00	8.640,00
04.1.1.01.001	2801	1712403 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15290</u>	126,76	126,76
04.1.1.01.001	2801	485279 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15302</u>	322,21	322,21
Total dia : 14/01/2021					9.088,97	9.088,97
17/01/2021						
04.1.1.01.001	2801	93 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15310</u>	6.880,00	6.880,00
Total dia : 17/01/2021					6.880,00	6.880,00
19/01/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 154 - CAMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA	2143	<u>10778</u>	1.632,00	1.632,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 155 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	2143	<u>10794</u>	3.900,00	3.900,00
Total dia : 19/01/2021					5.532,00	5.532,00
20/01/2021						
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 12/2020	51	<u>16861</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 12/2020	51	<u>16870</u>	16,07	16,07
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 12/2020	51	<u>16888</u>	6.161,61	6.161,61
Total dia : 20/01/2021					6.439,48	6.439,48
26/01/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 156 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>10786</u>	1.649,00	1.649,00
Total dia : 26/01/2021					1.649,00	1.649,00
31/01/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 01/2021 - Simples Nacional	1643	<u>2901</u>	1.074,44	1.074,44
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 01/2021		<u>17019</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 01/2021		<u>17027</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 01/2021		<u>17035</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 01/2021		<u>17043</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17825</u>	10.067,00	10.067,00
02.3.4.04.001	2062	TRANSFERENCIA	3832	<u>17949</u>	62.601,36	62.601,36
Total dia : 31/01/2021					76.123,67	76.123,67
Total mês : 01/2021					111.315,25	111.315,25
02/02/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 157 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIO	2143	<u>10807</u>	274,80	274,80
Total dia : 02/02/2021					274,80	274,80
04/02/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 158 - MUNICIPIO DE PRINCESA	2143	<u>10815</u>	2.815,59	2.815,59
01.1.1.01.001	51	Vendas Cle. 159 - MUNICIPIO DE PRINCESA	2143	<u>10831</u>	29.311,44	29.311,44
04.1.1.01.001	2801	2174 - HGA INOX LTDA ME	51	<u>15320</u>	12.500,04	12.500,04
04.1.1.01.001	2801	184224 - PAUTA DISTRIBUICAO E LOGISTICA SA	51	<u>15338</u>	3.383,60	3.383,60
04.1.1.01.001	2801	7167 - TSM TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	51	<u>15354</u>	2.559,63	2.559,63
04.1.1.01.001	2801	40496 - PAUTA DISTRIBUICAO E LOGISTICA SA	51	<u>15362</u>	3.871,42	3.871,42
Total dia : 04/02/2021					54.441,72	54.441,72
05/02/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 01/2021	51	<u>17493</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/02/2021					2.103,00	2.103,00
09/02/2021						
04.1.1.01.001	2801	105 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15370</u>	7.380,00	7.380,00

L&S COMERCIAL EIRELI
Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 3

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
Total dia : 09/02/2021					7.380,00	7.380,00
10/02/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 160 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	2143	<u>10840</u>	47,80	47,80
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 162 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>10859</u>	11.232,00	11.232,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 161 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>10867</u>	10.368,00	10.368,00
Total dia : 10/02/2021					21.647,80	21.647,80
19/02/2021						
04.1.1.01.001	2801	3321 - INDUSTRIA GRAFICA TIMPEL LTDA	51	<u>15380</u>	900,00	900,00
Total dia : 19/02/2021					900,00	900,00
20/02/2021						
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 01/2021	51	<u>16896</u>	1.074,44	1.074,44
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 01/2021	51	<u>17604</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 01/2021	51	<u>17710</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/02/2021					1.352,31	1.352,31
22/02/2021						
04.1.1.01.001	2801	1725772 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15398</u>	2.340,46	2.340,46
Total dia : 22/02/2021					2.340,46	2.340,46
23/02/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 164 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>10875</u>	1.145,00	1.145,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 163 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>10883</u>	1.145,00	1.145,00
04.1.1.01.001	2801	3495884 - Whirlpool S.A.	51	<u>15400</u>	2.156,53	2.156,53
Total dia : 23/02/2021					4.446,53	4.446,53
25/02/2021						
04.1.1.01.001	2801	116 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15346</u>	8.650,00	8.650,00
04.1.1.01.001	2801	5347855 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15419</u>	463,60	463,60
Total dia : 25/02/2021					9.113,60	9.113,60
26/02/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 167 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>10823</u>	245,94	245,94
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 165 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>10891</u>	260,00	260,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 166 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>10904</u>	2.377,53	2.377,53
Total dia : 26/02/2021					2.883,47	2.883,47
28/02/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 02/2021 - Simples Nacional	1643	<u>3125</u>	3.922,10	3.922,10
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 02/2021		<u>17051</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 02/2021		<u>17060</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 02/2021		<u>17078</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 02/2021		<u>17086</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17833</u>	9.445,00	9.445,00
Total dia : 28/02/2021					15.747,97	15.747,97
Total mês : 02/2021					122.631,66	122.631,66
01/03/2021						
04.1.1.01.001	2801	269150 - DRC SOLAR E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - EIRELI	51	<u>15427</u>	2.700,00	2.700,00
Total dia : 01/03/2021					2.700,00	2.700,00
02/03/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 169 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>10912</u>	3.360,00	3.360,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 168 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>10920</u>	4.000,00	4.000,00
Total dia : 02/03/2021					7.360,00	7.360,00
03/03/2021						
04.1.1.01.001	2801	507772 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15435</u>	90,00	90,00
Total dia : 03/03/2021					90,00	90,00

L&S COMERCIAL EIRELI
Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 5

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 184 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>11055</u>	864,00	864,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 182 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>11063</u>	2.592,00	2.592,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 183 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>11071</u>	1.728,00	1.728,00
04.1.1.01.001	2801	126 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15516</u>	7.280,00	7.280,00
04.1.1.01.001	2801	5396136 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15524</u>	253,50	253,50
04.1.1.01.001	2801	237458 - AGIS EQUIP. E SERV INFORMATICA LTDA	51	<u>15532</u>	1.994,31	1.994,31
Total dia : 30/03/2021					14.711,81	14.711,81
31/03/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 03/2021 - Simp es Naciona	1643	<u>3428</u>	4.141,80	4.141,80
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 03/2021		<u>17094</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 03/2021		<u>17108</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 03/2021		<u>17116</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 03/2021		<u>17124</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17841</u>	11.125,00	11.125,00
Total dia : 31/03/2021					17.647,67	17.647,67
Total mês : 03/2021					147.077,15	147.077,15
05/04/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 03/2021	51	<u>17515</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/04/2021					2.103,00	2.103,00
08/04/2021						
04.1.1.01.001	2801	5408610 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15540</u>	546,00	546,00
Total dia : 08/04/2021					546,00	546,00
13/04/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 185 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JARAGUA DO SUL	2143	<u>11080</u>	290,40	290,40
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 186 - MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	2143	<u>11099</u>	792,00	792,00
Total dia : 13/04/2021					1.082,40	1.082,40
15/04/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 187 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALANTA	2143	<u>11100</u>	819,84	819,84
Total dia : 15/04/2021					819,84	819,84
16/04/2021						
04.1.1.01.001	2801	142066 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	51	<u>15550</u>	950,00	950,00
Total dia : 16/04/2021					950,00	950,00
19/04/2021						
04.1.1.01.001	2801	576908 - Fagundes Distribuicao Ltda	51	<u>15568</u>	1.709,80	1.709,80
04.1.1.01.001	2801	1178 - MÁRCIO MARTINS CRUZ MT TELAS E PAINES PARA PINTURA - ME	51	<u>15584</u>	1.320,00	1.320,00
Total dia : 19/04/2021					3.029,80	3.029,80
20/04/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 191 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ATALANTA	2143	<u>11110</u>	983,79	983,79
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 189 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	<u>11128</u>	19,70	19,70
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 188 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	<u>11136</u>	2.088,00	2.088,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 190 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>11144</u>	3.361,29	3.361,29
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 03/2021	51	<u>16926</u>	4.141,80	4.141,80
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 03/2021	51	<u>17620</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRHF 03/2021	51	<u>17736</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/04/2021					10.872,45	10.872,45
29/04/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 192 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11160</u>	3.780,00	3.780,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 193 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11170</u>	922,00	922,00
04.1.1.01.001	2801	5443338 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15592</u>	799,50	799,50
04.1.1.01.001	2801	58541 - TUTTI BABY INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA	51	<u>15605</u>	1.019,95	1.019,95
Total dia : 29/04/2021					6.521,45	6.521,45

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
30/04/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 04/2021 - Simples Nacional	1643	<u>5589</u>	934,35	934,35
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 194 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>11152</u>	1.285,00	1.285,00
04.1.1.01.001	2801	1810846 - PALACIO DAS FERRAMENTAS E PARAFUSOS LTDA	51	<u>15576</u>	6.658,50	6.658,50
04.1.1.01.001	2801	3563238 - Whirlpool S.A.	51	<u>15613</u>	9.445,81	9.445,81
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 04/2021		<u>17132</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIO PRO LABORE 04/2021		<u>17140</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 04/2021		<u>17159</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 04/2021		<u>17167</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17850</u>	8.102,00	8.102,00
Total dia : 30/04/2021					28.806,53	28.806,53
Total mês : 04/2021					54.731,47	54.731,47
03/05/2021						
04.1.1.01.001	2801	141 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15621</u>	6.950,00	6.950,00
Total dia : 03/05/2021					6.950,00	6.950,00
04/05/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 195 - SERV AUTON MUNIC DE AGUA E ESGOTO SAMAE	2143	<u>11188</u>	558,00	558,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 199 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	2143	<u>11217</u>	45.480,00	45.480,00
03.1.2.01.001	2216	Devolução de Vendas cfe. 197 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	51	<u>16760</u>	14.510,00	14.510,00
03.1.2.01.001	2216	Devolução de Vendas cfe. 196 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	51	<u>16778</u>	11.220,00	11.220,00
03.1.2.01.001	2216	Devolução de Vendas cfe. 198 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	51	<u>16786</u>	8.900,00	8.900,00
Total dia : 04/05/2021					80.668,00	80.668,00
05/05/2021						
04.1.1.01.001	2801	3566426 - Whirlpool S.A.	51	<u>15630</u>	4.845,42	4.845,42
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 04/2021	51	<u>17523</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/05/2021					6.948,42	6.948,42
06/05/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 201 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11196</u>	6.820,00	6.820,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 200 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11225</u>	8.085,00	8.085,00
04.1.1.01.001	2801	7598 - COMERCIO DE ELASTICOS FONSECA LTDA - EPP	51	<u>15665</u>	6.220,00	6.220,00
Total dia : 06/05/2021					21.125,00	21.125,00
07/05/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 203 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO	2143	<u>11209</u>	5.760,00	5.760,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 202 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO	2143	<u>11233</u>	890,00	890,00
Total dia : 07/05/2021					6.650,00	6.650,00
13/05/2021						
04.1.1.01.001	2801	146 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15657</u>	7.688,00	7.688,00
Total dia : 13/05/2021					7.688,00	7.688,00
20/05/2021						
04.1.1.01.001	2801	5481478 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15649</u>	271,50	271,50
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 04/2021	51	<u>16934</u>	934,35	934,35
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 04/2021	51	<u>17639</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 04/2021	51	<u>17744</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/05/2021					1.483,72	1.483,72
27/05/2021						
04.1.1.01.001	2801	547202 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15720</u>	14.004,76	14.004,76
Total dia : 27/05/2021					14.004,76	14.004,76
28/05/2021						
04.1.1.01.001	2801	5849 - AS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	51	<u>15702</u>	6.800,00	6.800,00
04.1.1.01.001	2801	3590092 - Whirlpool S.A.	51	<u>15710</u>	1.168,34	1.168,34
Total dia : 28/05/2021					7.968,34	7.968,34
31/05/2021						

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 05/2021 - Simples Nacional	1643	5767	2.123,02	2.123,02
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 05/2021		17175	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 05/2021		17183		2.103,00
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 05/2021		17191		16,07
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 05/2021		17205		261,80
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	17868	9.450,00	9.450,00
Total dia : 31/05/2021					13.953,89	13.953,89
Total mês : 05/2021					167.440,13	167.440,13
01/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 204 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	11241	277,00	277,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 206 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHOÇA	2143	11250	1.272,60	1.272,60
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 205 - ROSANE DE FREITAS	2143	11277	2.299,00	2.299,00
04.1.1.01.001	2801	101940 - CCM MAQUINAS E MOTORES LTDA	51	15738	2.586,48	2.586,48
Total dia : 01/06/2021					6.435,08	6.435,08
02/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 210 - SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO (SAATE)	2143	11285	1.516,80	1.516,80
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 207 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	11293	3.033,60	3.033,60
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 209 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE GETULIO	2143	11306	6.067,20	6.067,20
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 208 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	11314	6.067,20	6.067,20
04.1.1.01.001	2801	1186 - MARCIO MARTINS CRUZ MT TELAS E PAINÉIS PARA PINTURA - ME	51	15746	1.320,00	1.320,00
Total dia : 02/06/2021					18.004,80	18.004,80
05/06/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 05/2021	51	17531	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/06/2021					2.103,00	2.103,00
07/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 212 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	11322	9.630,00	9.630,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 211 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	11330	4.050,00	4.050,00
Total dia : 07/06/2021					13.680,00	13.680,00
10/06/2021						
04.1.1.01.001	2801	5514625 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	15762	363,90	363,90
Total dia : 10/06/2021					363,90	363,90
11/06/2021						
04.1.1.01.001	2801	462152 - GALZERANO INDUSTRIA DE CARRINHOS E BERCOS LTDA	51	15770	1.942,50	1.942,50
Total dia : 11/06/2021					1.942,50	1.942,50
14/06/2021						
04.1.1.01.001	2801	161 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	15780	9.024,00	9.024,00
Total dia : 14/06/2021					9.024,00	9.024,00
16/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 213 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	11340	23,64	23,64
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 214 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	11358	4.610,00	4.610,00
Total dia : 16/06/2021					4.633,64	4.633,64
17/06/2021						
04.1.1.01.001	2801	5525964 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	15754	845,00	845,00
Total dia : 17/06/2021					845,00	845,00
20/06/2021						
02.1.4.03.006	1843	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 05/2021	51	16942	2.123,02	2.123,02
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 05/2021	51	17647	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 05/2021	51	17752	16,07	16,07
Total dia : 20/06/2021					2.400,89	2.400,89

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
22/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 215 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>11366</u>	864,00	864,00
Total dia : 22/06/2021					864,00	864,00
28/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 217 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIO	2143	<u>11269</u>	137,40	137,40
01.1.1.01.001	61	Vendas Cfe. 216 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>11374</u>	1.285,00	1.285,00
Total dia : 28/06/2021					1.422,40	1.422,40
29/06/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 218 - MUNICIPIO DE TIJUCAS	2143	<u>11382</u>	3.599,00	3.599,00
Total dia : 29/06/2021					3.599,00	3.599,00
30/06/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de impostos: 06/2021 - Simples Nacional	1643	<u>5989</u>	2.934,64	2.934,64
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 06/2021		<u>17213</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 06/2021		<u>17221</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 06/2021		<u>17230</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 06/2021		<u>17248</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17876</u>	12.355,00	12.355,00
Total dia : 30/06/2021					17.670,51	17.670,51
Total mês : 06/2021					82.988,72	82.988,72
05/07/2021						
04.1.1.01.001	2801	32750 - DELGO Metalurgica Ltda	51	<u>15798</u>	3.349,50	3.349,50
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 06/2021	51	<u>17540</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/07/2021					5.452,50	5.452,50
10/07/2021						
04.1.1.01.001	2801	1774366 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15800</u>	5.624,85	5.624,85
Total dia : 10/07/2021					5.624,85	5.624,85
12/07/2021						
04.1.1.01.001	2801	372495 - GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA	51	<u>15819</u>	1.498,18	1.498,18
Total dia : 12/07/2021					1.498,18	1.498,18
15/07/2021						
04.1.1.01.001	2801	5571651 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15843</u>	398,99	398,99
04.1.1.01.001	2801	69600 - CHIES PRODUTOS LTDA	51	<u>15851</u>	1.377,48	1.377,48
Total dia : 15/07/2021					1.776,47	1.776,47
16/07/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 219 - CAMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA	2143	<u>11390</u>	2.990,00	2.990,00
04.1.1.01.001	2801	61705 - ANDERSON SCHOENAU CARDOSO E CIA LTDA ME	51	<u>15860</u>	687,00	687,00
Total dia : 16/07/2021					3.677,00	3.677,00
19/07/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 220 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11403</u>	3.525,16	3.525,16
04.1.1.01.001	2801	54999 - COLLEY EMBALAGENS LTDA	51	<u>15835</u>	12.951,88	12.951,88
Total dia : 19/07/2021					16.477,04	16.477,04
20/07/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 221 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11420</u>	24.920,00	24.920,00
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 06/2021	51	<u>16950</u>	2.934,64	2.934,64
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 06/2021	51	<u>17655</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 06/2021	51	<u>17760</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/07/2021					28.132,51	28.132,51
21/07/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 222 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA	2143	<u>11411</u>	850,00	850,00
04.1.1.01.001	2801	180 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15827</u>	9.450,00	9.450,00

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
			Total dia : 21/07/2021		10.300,00	10.300,00
31/07/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 07/2021 - Simples Nacional	1643	<u>6117</u>	2.154,27	2.154,27
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 07/2021		<u>17256</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 07/2021		<u>17264</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 07/2021		<u>17272</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 07/2021		<u>17280</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17884</u>	9.125,00	9.125,00
			Total dia : 31/07/2021		13.660,14	13.660,14
			Total mês : 07/2021		86.598,69	86.598,69
05/08/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 07/2021	51	<u>17558</u>	2.103,00	2.103,00
			Total dia : 05/08/2021		2.103,00	2.103,00
06/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	185 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15879</u>	8.364,00	8.364,00
04.1.1.01.001	2801	186 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>15887</u>	3.000,00	3.000,00
			Total dia : 06/08/2021		11.364,00	11.364,00
17/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	62408 - ANDERSON SCHOENAU CARDOSO E CIA LTDA ME	51	<u>15976</u>	1.232,55	1.232,55
			Total dia : 17/08/2021		1.232,55	1.232,55
18/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	1789561 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15895</u>	203,53	203,53
			Total dia : 18/08/2021		203,53	203,53
19/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	585819 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>15908</u>	1.878,32	1.878,32
04.1.1.01.001	2801	2773382 - DISTRIBUIDORA MULLER COM.E REPRESENTAÇÃO	51	<u>15924</u>	89,30	89,30
			Total dia : 19/08/2021		1.967,62	1.967,62
20/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	246 - APES BRASIL COMERCIO DE EMBALAGENS E DERIVADOS LTDA	51	<u>15916</u>	840,00	840,00
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 07/2021	51	<u>16969</u>	2.154,27	2.154,27
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 07/2021	51	<u>17663</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 07/2021	51	<u>17779</u>	16,07	16,07
			Total dia : 20/08/2021		3.272,14	3.272,14
24/08/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cte. 223 - FUNDACAO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	<u>11439</u>	4.049,50	4.049,50
01.1.1.01.001	51	Vendas Cte. 224 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TAIO	2143	<u>11447</u>	412,20	412,20
			Total dia : 24/08/2021		4.461,70	4.461,70
26/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	599177 - Fagundes Distribuicao Ltda	51	<u>15932</u>	1.401,70	1.401,70
			Total dia : 26/08/2021		1.401,70	1.401,70
27/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	70062 - CHIES PRODUTOS LTDA	51	<u>15940</u>	1.410,40	1.410,40
			Total dia : 27/08/2021		1.410,40	1.410,40
30/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	11615 - LAZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	51	<u>15950</u>	489,90	489,90
			Total dia : 30/08/2021		489,90	489,90
31/08/2021						
04.1.1.01.001	2801	64412 - TUTTI BABY INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA	51	<u>15968</u>	7.491,65	7.491,65
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 08/2021 - Simples Nacional	1643	<u>16802</u>	303,07	303,07
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 08/2021		<u>17299</u>	2.380,87	

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 10

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 08/2021		<u>17302</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 08/2021		<u>17310</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 08/2021		<u>17329</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17892</u>	8.550,00	8.550,00
Total dia : 31/08/2021					18.725,59	18.725,59
Total mês : 08/2021					46.632,13	46.632,13
01/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 226 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALANTA	2143	<u>11455</u>	1.475,70	1.475,70
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 225 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>11463</u>	2.049,60	2.049,60
Total dia : 01/09/2021					3.525,30	3.525,30
02/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	5659802 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>15984</u>	1.020,95	1.020,95
Total dia : 02/09/2021					1.020,95	1.020,95
05/09/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 08/2021	51	<u>17566</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/09/2021					2.103,00	2.103,00
08/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 228 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11500</u>	1.477,20	1.477,20
Total dia : 08/09/2021					1.477,20	1.477,20
09/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 229 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	<u>11510</u>	15.102,00	15.102,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 230 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	<u>11528</u>	880,00	880,00
Total dia : 09/09/2021					15.982,00	15.982,00
10/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	59018 - LAR PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PR	51	<u>15992</u>	5.742,10	5.742,10
Total dia : 10/09/2021					5.742,10	5.742,10
13/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 233 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11471</u>	149,67	149,67
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 235 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11480</u>	94,15	94,15
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 231 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11536</u>	255,81	255,81
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 232 - EMPRESA MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11544</u>	511,62	511,62
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 234 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11552</u>	282,45	282,45
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 236 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	2143	<u>11560</u>	149,67	149,67
04.1.1.01.001	2801	203 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>16031</u>	2.985,00	2.985,00
04.1.1.01.001	2801	378359 - MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	51	<u>16040</u>	1.516,20	1.516,20
Total dia : 13/09/2021					5.944,57	5.944,57
15/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	1798848 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>16007</u>	568,00	568,00
04.1.1.01.001	2801	3398 - EUGENIO RAULINO KOERICH S/A COM. INDUSTRIA	51	<u>16059</u>	178,00	178,00
Total dia : 15/09/2021					746,00	746,00
16/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 237 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	<u>11570</u>	228,54	228,54
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 238 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	<u>11588</u>	9.099,30	9.099,30
04.1.1.01.001	2801	25488 - ELITEC USINAGEM DE ALUMINIO LTDA	51	<u>16067</u>	48,00	48,00
04.1.1.01.001	2801	5684039 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>16075</u>	253,50	253,50
Total dia : 16/09/2021					9.629,34	9.629,34
17/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	5686444 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>16083</u>	1.119,75	1.119,75
04.1.1.01.001	2801	602331 - Fagundes Distribuicao Ltda	51	<u>16148</u>	227,40	227,40
Total dia : 17/09/2021					1.347,15	1.347,15
18/09/2021						

L&S COMERCIAL EIRELI
Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
04.1.1.01.001	2801	1240601 - GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA	51	<u>16091</u>	2.209,60	2.209,60
Total dia : 18/09/2021					2.209,60	2.209,60
20/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	9603 - DRC SOLAR E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - EIRELI	51	<u>16015</u>	10.400,00	10.400,00
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 08/2021	51	<u>16977</u>	303,07	303,07
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 08/2021	51	<u>17671</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 08/2021	51	<u>17787</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/09/2021					10.980,94	10.980,94
21/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 239 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA	2143	<u>11596</u>	660,00	660,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 240 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA	2143	<u>11609</u>	220,00	220,00
Total dia : 21/09/2021					880,00	880,00
22/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	2436541 - Whirlpool S.A.	51	<u>16104</u>	8.713,45	8.713,45
Total dia : 22/09/2021					8.713,45	8.713,45
23/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 243 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11499</u>	149,67	149,67
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 241 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11617</u>	13.440,00	13.440,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 242 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11625</u>	919,76	919,76
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 244 - EMPRESA MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11633</u>	767,43	767,43
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 245 - EMPRESA MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11641</u>	511,62	511,62
04.1.1.01.001	2801	5697603 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>16112</u>	1.743,75	1.743,75
04.1.1.01.001	2801	603756 - FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A.	51	<u>16120</u>	568,80	568,80
04.1.1.01.001	2801	2377 - COADOR COLONIAL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME	51	<u>16130</u>	1.200,00	1.200,00
Total dia : 23/09/2021					19.301,03	19.301,03
24/09/2021						
04.1.1.01.001	2801	7870 - TSM TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	51	<u>16023</u>	21.600,00	21.600,00
Total dia : 24/09/2021					21.600,00	21.600,00
27/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 246 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHOCA	2143	<u>11650</u>	11.094,00	11.094,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 248 - MUNICIPIO DE PALHOCA	2143	<u>11685</u>	2.377,50	2.377,50
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 247 - CAMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS	2143	<u>11693</u>	3.227,69	3.227,69
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 249 - MUNICIPIO DE PALHOCA	2143	<u>11706</u>	4.898,75	4.898,75
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 250 - MUNICIPIO DE PALHOCA	2143	<u>11714</u>	4.898,75	4.898,75
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 251 - FUNDACAO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	<u>11722</u>	276,48	276,48
Total dia : 27/09/2021					26.773,17	26.773,17
29/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 252 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA	2143	<u>11669</u>	491,94	491,94
04.1.1.01.001	2801	145373 - CASA E DIVERSAO COMERCIO ELETRONICO LTDA	51	<u>13201</u>	89,76	89,76
04.1.1.01.001	2801	32035 - PRONYL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	51	<u>16172</u>	2.895,62	2.895,62
04.1.1.01.001	2801	604042 - Fagundes Distribuicao Ltda	51	<u>16180</u>	688,00	688,00
Total dia : 29/09/2021					4.165,32	4.165,32
30/09/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 255 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FMDE DE TIMBO	2143	<u>11677</u>	1.198,00	1.198,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 253 - SERVICO AUTONOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11730</u>	36.000,00	36.000,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 254 - DANIELA NOERING PASSOLD	2143	<u>11740</u>	4.500,00	4.500,00
04.1.1.01.001	2801	123853 - EMBALAVI REP E DIST DE EMBALAGENS LTDA	51	<u>16156</u>	3.427,20	3.427,20
04.1.1.01.001	2801	133645 - DISTRIBUIDORA ANDRADE LTDA	51	<u>16164</u>	496,80	496,80
04.1.1.01.001	2801	1422672 - METALURGICA MOR S.A - MATRIZ	51	<u>16190</u>	1.714,23	1.714,23

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 12

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 09/2021 - Simples Nacional	1643	<u>16810</u>	7.718,51	7.718,51
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 09/2021		<u>17337</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIO PRO LABORE 09/2021		<u>17345</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 09/2021		<u>17353</u>		261,50
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 09/2021		<u>17361</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17906</u>	11.450,00	11.450,00
Total dia : 30/09/2021					68.885,61	68.885,61
Total mês : 09/2021					211.026,73	211.026,73
01/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	63428 - ANDERSON SCHOENAU CARDOSO E CIA LTDA ME	51	<u>16210</u>	241,52	241,52
Total dia : 01/10/2021					241,52	241,52
05/10/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 09/2021	51	<u>17574</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/10/2021					2.103,00	2.103,00
06/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 256 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	<u>11758</u>	48,75	48,75
Total dia : 06/10/2021					48,75	48,75
07/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 257 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>11766</u>	5.422,20	5.422,20
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 259 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA	2143	<u>11782</u>	220,00	220,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 258 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>11790</u>	6.517,20	6.517,20
Total dia : 07/10/2021					12.159,40	12.159,40
11/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	2774518 - CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	51	<u>16229</u>	1.614,05	1.614,05
Total dia : 11/10/2021					1.614,05	1.614,05
13/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 260 - CAMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS	2143	<u>11803</u>	2.098,81	2.098,81
04.1.1.01.001	2801	126293 - MAZER DISTRIBUIDORA LTDA	51	<u>16261</u>	1.486,80	1.486,80
Total dia : 13/10/2021					3.585,61	3.585,61
14/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 261 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR	2143	<u>11811</u>	4.320,00	4.320,00
04.1.1.01.001	2801	213 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>16270</u>	9.414,00	9.414,00
Total dia : 14/10/2021					13.734,00	13.734,00
15/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 262 - MUNICIPIO DE SCHROEDER	2143	<u>11820</u>	6.700,00	6.700,00
04.1.1.01.001	2801	2316 - HGA INOX LTDA ME	51	<u>16237</u>	2.241,92	2.241,92
04.1.1.01.001	2801	2317 - HGA INOX LTDA ME	51	<u>16289</u>	1.017,50	1.017,50
04.1.1.01.001	2801	808567 - BRINOX METALURGICA S.A	51	<u>16297</u>	714,63	714,63
03.1.2.01.001	2216	Devolução de Vendas cfe. 263 - EMPRESA MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO DE BALNEARIO CAMBORIU	51	<u>16794</u>	511,62	511,62
Total dia : 15/10/2021					11.185,67	11.185,67
16/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	1003814 - DISTRIBUIDORA MODENUTI SP	51	<u>16300</u>	3.048,70	3.048,70
Total dia : 16/10/2021					3.048,70	3.048,70
18/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	2447880 - Whirlpool S.A.	51	<u>16318</u>	1.452,22	1.452,22
04.1.1.01.001	2801	2447881 - Whirlpool S.A.	51	<u>16326</u>	2.904,44	2.904,44
04.1.1.01.001	2801	25647 - ELITEC USINAGEM DE ALUMINIO LTDA	51	<u>16334</u>	1.056,00	1.056,00
04.1.1.01.001	2801	167094 - RISCHIOTO INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	51	<u>16342</u>	5.261,94	5.261,94
Total dia : 18/10/2021					10.674,60	10.674,60
19/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	72534 - BALMAK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	51	<u>16350</u>	10.766,00	10.766,00

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
Total dia : 19/10/2021					10.766,00	10.766,00
20/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 264 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNIC DE AGUA E ESGOTO	2143	<u>11839</u>	262,74	262,74
04.1.1.01.001	2801	2816559 - DISTRIBUIDORA MULLER COM.E REPRESENTA	51	<u>16245</u>	125,02	125,02
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 09/2021	51	<u>16985</u>	7.718,51	7.718,51
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 09/2021	51	<u>17680</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 09/2021	51	<u>17795</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/10/2021					8.384,14	8.384,14
21/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 265 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>11847</u>	3.839,00	3.839,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 266 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>11855</u>	4.724,00	4.724,00
04.1.1.01.001	2801	14695 - MARCO AURELIO IMHOFF - ME	51	<u>16360</u>	22.924,48	22.924,48
Total dia : 21/10/2021					31.487,48	31.487,48
22/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	17266 - Comercial Nova Papel e Afins Ltda.	51	<u>16253</u>	769,20	769,20
Total dia : 22/10/2021					769,20	769,20
25/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 268 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	2143	<u>11774</u>	4.622,00	4.622,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 269 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHOÇA	2143	<u>11863</u>	3.698,00	3.698,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 270 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHOÇA	2143	<u>11871</u>	1.849,00	1.849,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 267 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	2143	<u>11880</u>	11.637,00	11.637,00
Total dia : 25/10/2021					21.806,00	21.806,00
26/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 271 - MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO	2143	<u>11899</u>	520,00	520,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 273 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>11900</u>	33.121,00	33.121,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 272 - MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO	2143	<u>11928</u>	2.510,00	2.510,00
Total dia : 26/10/2021					36.151,00	36.151,00
27/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	7565 - BENPLAS PLASTICOS EIRELI	51	<u>16386</u>	1.117,20	1.117,20
Total dia : 27/10/2021					1.117,20	1.117,20
28/10/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 274 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	2143	<u>11910</u>	2.150,50	2.150,50
Total dia : 28/10/2021					2.150,50	2.150,50
31/10/2021						
04.1.1.01.001	2801	199180 - JAGUAR IND E COM DE PLAST SA	51	<u>16378</u>	6.266,46	6.266,46
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 10/2021 - Simples Nacional	1643	<u>16829</u>	6.566,62	6.566,62
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 10/2021		<u>17370</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 10/2021		<u>17388</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 10/2021		<u>17396</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 10/2021		<u>17400</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17914</u>	10.315,00	10.315,00
Total dia : 31/10/2021					27.551,17	27.551,17
Total mês : 10/2021					198.577,99	198.577,99
02/11/2021						
04.1.1.01.001	2801	5770122 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>16394</u>	1.050,90	1.050,90
Total dia : 02/11/2021					1.050,90	1.050,90
05/11/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 275 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	2143	<u>11936</u>	864,00	864,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 277 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11944</u>	1.274,62	1.274,62
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 276 - MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>11960</u>	255,81	255,81
04.1.1.01.001	2801	5891 - Reichel Brinquedos Ltda	51	<u>16407</u>	502,40	502,40
04.1.1.01.001	2801	200660 - REIS OFFICE PRODUCTS COMERCIAL LTDA	51	<u>16440</u>	5.396,90	5.396,90

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 10/2021	51	<u>17582</u>	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/11/2021					10.396,73	10.396,73
08/11/2021						
04.1.1.01.001	2801	78424 - LP. CLEANING INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	51	<u>16415</u>	15.766,55	15.766,55
04.1.1.01.001	2801	795611 - MAGAZINE LUIZA S/A	51	<u>16459</u>	2.351,20	2.351,20
Total dia : 08/11/2021					18.117,75	18.117,75
10/11/2021						
04.1.1.01.001	2801	42653 - INNAL INDUSTRIAL NAGEL LTDA	51	<u>16423</u>	1.387,44	1.387,44
04.1.1.01.001	2801	222 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	<u>16467</u>	4.450,00	4.450,00
Total dia : 10/11/2021					5.837,44	5.837,44
15/11/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 279 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO	2143	<u>11970</u>	8.200,00	8.200,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 280 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	<u>11988</u>	3.528,00	3.528,00
Total dia : 15/11/2021					11.728,00	11.728,00
16/11/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 281 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	<u>11996</u>	28.770,00	28.770,00
Total dia : 16/11/2021					28.770,00	28.770,00
18/11/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 285 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS	2143	<u>11952</u>	14.220,00	14.220,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 282 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHOCA	2143	<u>12000</u>	173,96	173,96
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 283 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHOCA	2143	<u>12019</u>	434,90	434,90
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 284 - MUNICIPIO DE PALHOCA	2143	<u>12027</u>	4.799,20	4.799,20
04.1.1.01.001	2801	1958 - VAMBEL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME	51	<u>16431</u>	5.700,00	5.700,00
04.1.1.01.001	2801	1959 - VAMBEL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME	51	<u>16475</u>	11.970,00	11.970,00
Total dia : 18/11/2021					37.298,06	37.298,06
20/11/2021						
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 10/2021	51	<u>16993</u>	6.586,82	6.586,82
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 10/2021	51	<u>17698</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 10/2021	51	<u>17809</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/11/2021					6.864,69	6.864,69
22/11/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 286 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	2143	<u>12035</u>	14.585,00	14.585,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 287 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	2143	<u>12043</u>	14.585,00	14.585,00
Total dia : 22/11/2021					29.170,00	29.170,00
24/11/2021						
04.1.1.01.001	2801	34274 - IBET - INDUSTRIA BRASILEIRA DE EQUIP.TERMICOS LTDA ME	51	<u>16483</u>	13.251,00	13.251,00
Total dia : 24/11/2021					13.251,00	13.251,00
25/11/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 291 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12051</u>	869,00	869,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 289 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12060</u>	702,00	702,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 288 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12079</u>	162,00	162,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 290 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12087</u>	869,00	869,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 292 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12095</u>	1.612,60	1.612,60
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 293 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12108</u>	2.319,40	2.319,40
04.1.1.01.001	2801	5811704 - REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA	51	<u>16491</u>	629,50	629,50
04.1.1.01.001	2801	612537 - Fagundes Distribuicao Ltda	51	<u>16512</u>	324,20	324,20
04.1.1.01.001	2801	221981 - ARTESANA DIVISORIAS E FORROS LTDA	51	<u>16520</u>	110.388,20	110.388,20
Total dia : 25/11/2021					117.875,90	117.875,90
26/11/2021						
04.1.1.01.001	2801	136114 - DISTRIBUIDORA ANDRADE LTDA	51	<u>16504</u>	538,20	538,20
Total dia : 26/11/2021					538,20	538,20

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

14
Folha: 15

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
29/11/2021						
04.1.1.01.001	2801	35322 - DELGO Metalurgica Ltda	51	16530	5.678,40	5.678,40
Total dia : 29/11/2021					5.678,40	5.678,40
30/11/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 11/2021 - Simples Nacional	1643	16837	7.207,52	7.207,52
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 11/2021		17418	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 11/2021		17426		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 11/2021		17434		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 11/2021		17442		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	17922	9.650,00	9.650,00
Total dia : 30/11/2021					19.238,39	19.238,39
Total mês : 11/2021					305.815,46	305.815,46
01/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 295 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	12116	439,40	439,40
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 294 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	12124	439,40	439,40
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 297 - MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	2143	12132	27.634,74	27.634,74
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 296 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	12168	13.495,00	13.495,00
Total dia : 01/12/2021					42.008,54	42.008,54
02/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 298 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	2143	12176	1.340,00	1.340,00
Total dia : 02/12/2021					1.340,00	1.340,00
03/12/2021						
04.1.1.01.001	2801	897902 - TRAMONTINA SUL S/A	51	16548	5.307,36	5.307,36
04.1.1.01.001	2801	898174 - TRAMONTINA SUL S/A	51	16556	752,82	752,82
04.1.1.01.001	2801	898174 - TRAMONTINA SUL S/A	51	16564	30,76	30,76
Total dia : 03/12/2021					6.090,94	6.090,94
05/12/2021						
02.1.3.03.001	1368	PAGAMENTOS DESTA DATA PRO LABORE 11/2021	51	17590	2.103,00	2.103,00
Total dia : 05/12/2021					2.103,00	2.103,00
06/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 299 - MUNICIPIO DE TIMBO	2143	12184	419,30	419,30
Total dia : 06/12/2021					419,30	419,30
07/12/2021						
04.1.1.01.001	2801	1012279 - GMAD Madville Suprimentos para Moveis LTDA	51	16580	17.187,50	17.187,50
Total dia : 07/12/2021					17.187,50	17.187,50
08/12/2021						
04.1.1.01.001	2801	233 - FABIO ESTOFADOS LTDA	51	16572	7.670,00	7.670,00
04.1.1.01.001	2801	29198 - ALUSUPRA ALUMINIO LTDA ME	51	16590	5.797,00	5.797,00
04.1.1.01.001	2801	34389 - IBET - INDUSTRIA BRASILEIRA DE EQUIP.TERMICOS LTDA ME	51	16601	5.751,00	5.751,00
04.1.1.01.001	2801	1329 - SANTOS SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI	51	16610	188,00	188,00
04.1.1.01.001	2801	142818 - ARTHI COMERCIAL LTDA	51	16629	1.016,40	1.016,40
04.1.1.01.001	2801	29200 - ALUSUPRA ALUMINIO LTDA ME	51	16637	1.674,00	1.674,00
Total dia : 08/12/2021					22.096,40	22.096,40
09/12/2021						
04.1.1.01.001	2801	4601 - D LASER LTDA ME	51	16645	8.721,00	8.721,00
Total dia : 09/12/2021					8.721,00	8.721,00
10/12/2021						
04.1.1.01.001	2801	19639 - AKI ELETRO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI	51	16653	18.407,00	18.407,00
04.1.1.01.001	2801	641113 - INDUSTRIA E COMERCIO JOLITEX LTDA	51	16742	1.902,80	1.902,80
Total dia : 10/12/2021					20.309,80	20.309,80
13/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 300 - MARIBEL DE BAIRÓS	2143	12140	2.500,00	2.500,00

L&S COMERCIAL EIRELI

Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 16

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO OESTE	2143	<u>12150</u>	447,00	447,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 302 - MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO	2143	<u>12192</u>	3.849,80	3.849,80
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 304 - MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO	2143	<u>12205</u>	729,80	729,80
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 305 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PALHOÇA	2143	<u>12213</u>	1.910,00	1.910,00
Total dia : 13/12/2021					9.436,60	9.436,60
14/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 306 - MUNICIPIO DE RIO DO CAMPO	2143	<u>12221</u>	1.932,80	1.932,80
04.1.1.01.001	2801	120687 - PLASZOM ZOMER INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA.	51	<u>16661</u>	15.790,00	16.790,00
Total dia : 14/12/2021					18.722,80	18.722,80
15/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 307 - EMPRESA MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO DE BALNEARIO CAMBORIU	2143	<u>12230</u>	28.997,40	28.997,40
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 308 - MUNICIPIO DE ITAPEMA	2143	<u>12249</u>	2.809,00	2.809,00
04.1.1.01.001	2801	2367 - HGA INOX LTDA ME	51	<u>16670</u>	1.075,01	1.075,01
04.1.1.01.001	2801	1376101 - MK ELETRODOMESTICOS MONDIAL SA	51	<u>16689</u>	6.177,60	6.177,60
04.1.1.01.001	2801	469114 - FORMILINE INDUSTRIA DE LAMINADOS LTDA	51	<u>16697</u>	24.765,83	24.765,83
04.1.1.01.001	2801	901652 - TRAMONTINA SUL S/A	51	<u>16700</u>	888,84	888,84
04.1.1.01.001	2801	469110 - FORMILINE INDUSTRIA DE LAMINADOS LTDA	51	<u>16718</u>	2.863,42	2.863,42
Total dia : 15/12/2021					67.577,10	67.577,10
16/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 311 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12257</u>	3.392,50	3.392,50
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 312 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12265</u>	3.392,50	3.392,50
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 313 - MUNICIPIO DE INDAIAL	2143	<u>12273</u>	8.097,00	8.097,00
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 314 - MUNICIPIO DE PALHOÇA	2143	<u>12281</u>	26.267,50	26.267,50
04.1.1.01.001	2801	44888 - MAGAZINE LUIZA S/A	51	<u>16726</u>	278,00	278,00
Total dia : 16/12/2021					41.427,50	41.427,50
17/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 316 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	2143	<u>12290</u>	138.600,00	138.600,00
04.1.1.01.001	2801	Serviços Tomados 2056 - VAMBEL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME	51	<u>16734</u>	1.800,00	1.800,00
Total dia : 17/12/2021					140.400,00	140.400,00
20/12/2021						
02.1.4.03.006	1643	PAGAMENTOS DESTA DATA SIMPLES 11/2021	51	<u>17000</u>	7.207,52	7.207,52
02.1.3.04.001	1384	PAGAMENTOS DESTA DATA INSS 11/2021	51	<u>17701</u>	261,80	261,80
02.1.4.01.001	1481	PAGAMENTOS DESTA DATA IRRF 11/2021	51	<u>17817</u>	16,07	16,07
Total dia : 20/12/2021					7.485,39	7.485,39
21/12/2021						
01.1.1.01.001	51	Vendas Cfe. 321 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	2143	<u>12302</u>	139.989,50	139.989,50
04.1.1.01.001	2801	Serviços Tomados 2071 - VAMBEL EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME	51	<u>16750</u>	5.250,00	5.250,00
Total dia : 21/12/2021					145.239,50	145.239,50
31/12/2021						
03.1.2.02.008	2313	Provisão de Impostos: 12/2021 - Simples Nacional	1643	<u>16845</u>	30.273,71	30.273,71
04.2.1.01.002	2968	PRO LABORE 12/2021		<u>17450</u>	2.380,87	
02.1.3.03.001	1368	LIQ PRO LABORE 12/2021		<u>17469</u>		2.103,00
02.1.3.04.001	1384	DESC PRO LABORE 12/2021		<u>17477</u>		261,80
02.1.4.01.001	1481	DESC PRO LABORE 12/2021		<u>17485</u>		16,07
04.1.1.01.001	2801	TRANSFERENCIA	434	<u>17930</u>	5.650,00	5.650,00
05.1.1.01.001	4359	RESULTADO DO EXERCICIO	2062	<u>17957</u>	48.761,35	48.761,35
Total dia : 31/12/2021					87.065,93	87.065,93
Total mês : 12/2021					637.631,30	637.631,30
Total ano : 2021					2.172.466,68	2.172.466,68

L&S COMERCIAL EIRELI
Diário nº 3 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Código	Histórico	Contra	Chave	Débito	Crédito
-------	--------	-----------	--------	-------	--------	---------

EDIO DA SILVA
CONTADOR
CPF: 575.842.819-15
CRC: 1SC-017566/O-2

ELENIR SANI
Titular Pessoa Física
CPF: 719.024.149-34

L&S COMERCIAL EIRELI

Balancete de 01/01/2021 a 31/12/2021

Códig	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
19	01	ATIVO	177.999,00	1.018.016,80	945.142,48	250.873,32
27	01.1	ATIVO CIRCULANTE	177.999,00	1.018.016,80	945.142,48	250.873,32
35	01.1.1	DISPONIBILIDADES	56.717,62	1.018.016,80	829.858,48	244.875,94
43	01.1.1.01	CAIXA	56.717,62	1.018.016,80	829.858,48	244.875,94
51	01.1.1.01.001	Caixa	56.717,62	1.018.016,80	829.858,48	244.875,94
132	01.1.2	DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	121.281,38	0,00	115.284,00	5.997,38
426	01.1.2.10	ESTOQUES	121.281,38	0,00	115.284,00	5.997,38
434	01.1.2.10.001	Estoque de Mercadorias Para Revenda	121.281,38	0,00	115.284,00	5.997,38
1163	02	PASSIVO	177.999,00	136.433,08	209.307,40	250.873,32
1171	02.1	PASSIVO CIRCULANTE	8.541,61	73.831,72	97.944,69	32.654,58
1260	02.1.3	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.363,93	28.376,73	28.377,60	2.364,80
1350	02.1.3.03	FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	2.102,13	25.235,13	25.236,00	2.103,00
1368	02.1.3.03.001	Pro-Labore a Pagar	2.102,13	25.235,13	25.236,00	2.103,00
1376	02.1.3.04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	261,80	3.141,60	3.141,60	261,80
1384	02.1.3.04.001	I.N.S.S. a Pagar	261,80	3.141,60	3.141,60	261,80
1465	02.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.177,68	45.454,99	69.567,09	30.289,78
1473	02.1.4.01	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	16,07	192,84	192,84	16,07
1481	02.1.4.01.001	IRRF a Recolher - Pessoa Física	16,07	192,84	192,84	16,07
1589	02.1.4.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	6.161,61	45.262,15	69.374,25	30.273,71
1643	02.1.4.03.006	SIMPLES a Pagar	6.161,61	45.262,15	69.374,25	30.273,71
1902	02.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.457,39	62.601,36	111.362,71	218.218,74
1910	02.3.1	CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1929	02.3.1.01	CAPITAL SOCIAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1937	02.3.1.01.001	Capital Social Subscrito	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1953	02.3.2	RESERVAS	6.856,03	0,00	62.601,36	69.457,39
2003	02.3.2.02	RESERVAS DE LUCROS	6.856,03	0,00	62.601,36	69.457,39
3832	02.3.2.02.001	Reserva de Lucros	6.856,03	0,00	62.601,36	69.457,39
2011	02.3.4	PREJUÍZOS ACUMULADOS	62.601,36	62.601,36	48.761,35	48.761,35
2054	02.3.4.04	RESULTADO DO EXERCÍCIO	62.601,36	62.601,36	48.761,35	48.761,35
2062	02.3.4.04.001	Resultado do Exercício	62.601,36	62.601,36	48.761,35	48.761,35
2089	03	RECEITAS	0,00	104.515,87	1.018.016,80	913.500,93
2097	03.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	104.515,87	1.018.016,80	913.500,93
2100	03.1.1	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	1.018.016,80	1.018.016,80
2119	03.1.1.01	RECEITA COM VENDAS NO PAÍS	0,00	0,00	1.018.016,80	1.018.016,80
2143	03.1.1.01.003	Revenda de Mercadorias à Vista	0,00	0,00	1.018.016,80	1.018.016,80
2194	03.1.2	DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS	0,00	104.515,87	0,00	(104.515,87)
2208	03.1.2.01	DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	0,00	35.141,62	0,00	(35.141,62)
2216	03.1.2.01.001	Devoluções de Vendas	0,00	35.141,62	0,00	(35.141,62)
2232	03.1.2.02	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	0,00	69.374,25	0,00	(69.374,25)
2313	03.1.2.02.008	Simplex Nacional S/Vendas e Serviços	0,00	69.374,25	0,00	(69.374,25)
2763	04	CUSTOS E DESPESAS	0,00	864.739,58	0,00	864.739,58
2771	04.1	CUSTOS	0,00	836.169,14	0,00	836.169,14
2780	04.1.1	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	836.169,14	0,00	836.169,14
2798	04.1.1.01	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	836.169,14	0,00	836.169,14
2801	04.1.1.01.001	Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	836.169,14	0,00	836.169,14
2925	04.2	DESPESAS	0,00	28.570,44	0,00	28.570,44
2933	04.2.1	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	28.570,44	0,00	28.570,44
2941	04.2.1.01	DESPESAS TRABALHISTAS	0,00	28.570,44	0,00	28.570,44
2968	04.2.1.01.002	Pró-Labore	0,00	28.570,44	0,00	28.570,44
3808	05	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	48.761,35	0,00	(48.761,35)
3816	05.1	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	48.761,35	0,00	(48.761,35)
3824	05.1.1	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	48.761,35	0,00	(48.761,35)
4340	05.1.1.01	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	48.761,35	0,00	(48.761,35)
4359	05.1.1.01.001	Resultado Líquido do Exercício	0,00	48.761,35	0,00	(48.761,35)

L&S COMERCIAL EIRELI
Balanco Patrimonial em 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 19

Códig	Classificação	Nome	2021	2020
19	01	ATIVO	250.873,32	177.999,00
27	01.1	ATIVO CIRCULANTE	250.873,32	177.999,00
35	01.1.1	DISPONIBILIDADES	244.875,94	56.717,62
43	01.1.1.01	CAIXA	244.875,94	56.717,62
51	01.1.1.01.001	Caixa	244.875,94	56.717,62
132	01.1.2	DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	5.997,38	121.281,38
426	01.1.2.10	ESTOQUES	5.997,38	121.281,38
434	01.1.2.10.001	Estoque de Mercadona Para Revenda	5.997,38	121.281,38
1163	02	PASSIVO	250.873,32	177.999,00
1171	02.1	PASSIVO CIRCULANTE	32.654,58	8.541,61
1260	02.1.3	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.364,80	2.363,93
1350	02.1.3.03	FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	2.103,00	2.102,13
1368	02.1.3.03.001	Pro-Labore a Pagar	2.103,00	2.102,13
1376	02.1.3.04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	261,80	261,80
1384	02.1.3.04.001	I.N.S.S. a Pagar	261,80	261,80
1465	02.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	30.289,78	6.177,68
1473	02.1.4.01	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	16,07	16,07
1481	02.1.4.01.001	IRRF a Recolher - Pessoa Física	16,07	16,07
1589	02.1.4.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	30.273,71	6.161,61
1643	02.1.4.03.006	SIMPLES a Pagar	30.273,71	6.161,61
1902	02.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	218.218,74	169.457,39
1910	02.3.1	CAPITAL	100.000,00	100.000,00
1929	02.3.1.01	CAPITAL SOCIAL	100.000,00	100.000,00
1937	02.3.1.01.001	Capital Social Subscrito	100.000,00	100.000,00
1953	02.3.2	RESERVAS	69.457,39	8.856,03
2003	02.3.2.02	RESERVAS DE LUCROS	69.457,39	8.856,03
3832	02.3.2.02.001	Reserva de Lucros	69.457,39	8.856,03
2011	02.3.4	PREJUÍZOS ACUMULADOS	48.761,35	62.601,36
2054	02.3.4.04	RESULTADO DO EXERCÍCIO	48.761,35	62.601,36
2062	02.3.4.04.001	Resultado do Exercício	48.761,35	62.601,36

EDIO DA SILVA
 CONTADOR
 CPF: 575.842.819-15
 CRC: 1SC-017566/O-2

ELENIR SANI
 Titular Pessoa Física
 CPF: 719.024.149-34

L&S COMERCIAL EIRELI
Demonstração do Resultado de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 20

Códig	Classificação	Nome	2021	2020
1937	03	RESULTADO DO EXERCÍCIO (LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO)	48.761,35	62.601,36
19	03.1	RECEITAS	913.500,93	300.538,04
27	03.1.1	RECEITAS OPERACIONAIS	1.018.016,80	326.242,56
35	03.1.1.1	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	1.018.016,80	326.242,56
43	03.1.1.1.01	RECEITA COM VENDAS NO PAÍS	1.018.016,80	326.242,56
78	03.1.1.1.01.003	Revenda de Mercadorias à Vista	1.018.016,80	326.242,56
124	03.1.2	DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS	(104.515,87)	(25.704,52)
132	03.1.2.1	DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	(35.141,62)	0,00
140	03.1.2.1.001	Devoluções de Vendas	(35.141,62)	0,00
167	03.1.2.2	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	(69.374,25)	(25.704,52)
248	03.1.2.2.008	Simples Nacional S/Vendas e Serviços	(69.374,25)	(25.704,52)
701	03.2	CUSTOS	836.169,14	221.856,68
710	03.2.1	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	836.169,14	221.856,68
728	03.2.1.01	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	836.169,14	221.856,68
736	03.2.1.01.001	Custo Das Mercadorias Vendidas	836.169,14	221.856,68
850	03.3	DESPESAS	28.570,44	16.080,00
868	03.3.1	DESPESAS OPERACIONAIS	28.570,44	16.080,00
876	03.3.1.01	DESPESAS TRABALHISTAS	28.570,44	16.080,00
892	03.3.1.01.002	Pró-Labore	28.570,44	16.080,00

EDIO DA SILVA
CONTADOR
CPF: 575.842.819-15
CRC: 1SC-017566/O-2

ELENIR SANI
Titular Pessoa Física
CPF: 719.024.149-34

L&S COMERCIAL EIRELI
DLPA - Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados
de 01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 21

Nome	2021	2020
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	(69.457,39)	(6.856,03)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.761,35	62.601,36
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	118.218,74	69.457,39

L&S COMERCIAL EIRELI
Demonstração dos Fluxos de Caixa de
01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 22

Nome	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Valores Recebidos de Clientes	(1.018.016,80)	(326.242,56)
(-) Pagamentos a Fornecedores	(115.284,00)	103.509,45
(-) Pagamentos de Impostos	45.454,99	20.331,37
(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores	28.376,73	13.635,72
Disponibilidades Líquidas Geradas Nas Atividades Operacionais	(1.059.469,08)	(188.766,02)
 Aumento (Redução) Nas Disponibilidades	 (1.059.469,08)	 (188.766,02)
 Disponibilidades no Início do Período	 (56.717,62)	 (89.647,28)
 Disponibilidades no Final do Período	 244.875,94	 56.717,62
 Variação das Disponibilidades	 (301.593,56)	 (146.364,90)

L&S COMERCIAL EIRELI
Demonstração do Valor Adicionado de
01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 23

Nome	2021	2020
RECEITAS	(1.018.016,80)	(326.242,56)
Vendas de Mercadorias, Produtos e Prestação de Serviços	(1.018.016,80)	(326.242,56)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (COM ICMS, IPI, PIS E COFINS)	(936.169,14)	(224.807,00)
Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	(936.169,14)	(224.807,00)
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	181.847,66	101.435,56
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	181.847,66	101.435,56
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	181.847,66	101.435,56
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(20.190,91)	(46.621,36)
Pessoal e Encargos	28.570,44	16.080,00
Remuneração Direta	28.570,44	16.080,00
Remuneração de Capitais Próprios	(48.761,35)	(62.601,36)
Lucros Retidos	(48.761,35)	(62.601,36)

L&S COMERCIAL EIRELI
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de
01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 24

Nome	2021	2020
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	169.457,39	106.856,03
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.751,35	62.601,36
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO P/ DESTINAÇÃO DO LUCRO		
TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS	62.601,36	6.856,03
Reserva de Lucros a Realizar	62.601,36	6.856,03
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	218.218,74	169.457,39

L&S COMERCIAL EIRELI
DRA - Demonstração do Resultado Abrangente
de 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	913.500,93	300.538,04
Receitas com Vendas e Serviços - Deduções	913.500,93	300.538,04
(-) CUSTOS		
(-) Custos das Mercadorias e Serviços	836.169,14	221.856,68
	836.169,14	221.856,68
(=) LUCRO BRUTO		
(=) Lucro Bruto	77.331,79	78.681,36
	77.331,79	78.681,36
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Operacionais	28.570,44	16.080,00
	28.570,44	16.080,00
(=) LUCRO ANTES DO IR/CSLL		
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	48.761,35	62.601,36
	48.761,35	62.601,36
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
(=) Resultado Líquido do Exercício	48.761,35	62.601,36
	48.761,35	62.601,36
(+/-) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
(=) Resultado Abrangente Total do Exercício	48.761,35	62.601,36

L&S COMERCIAL EIRELI
DRA - Demonstração do Resultado Abrangente
de 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	913.500,93	300.538,04
Receitas com Vendas e Serviços - Deduções	913.500,93	300.538,04
(-) CUSTOS	836.169,14	221.856,68
(-) Custos das Mercadorias e Serviços	836.169,14	221.856,68
(=) LUCRO BRUTO	77.331,79	78.681,36
(=) Lucro Bruto	77.331,79	78.681,36
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	28.570,44	16.080,00
(-) Despesas Operacionais	28.570,44	16.080,00
(=) LUCRO ANTES DO IR/CSLL	48.761,35	62.601,36
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	48.761,35	62.601,36
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.761,35	62.601,36
(=) Resultado Líquido do Exercício	48.761,35	62.601,36
(+/-) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
(=) Resultado Abrangente Total do Exercício	48.761,35	62.601,36

L&S COMERCIAL EIRELI
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de
01/01/2021 a 31/12/2021

Folha: 26

Nome	2021	2020
ORIGENS DOS RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Lucro (ou Prejuízo) do exercício		
Total das Operações	48.761,35	62.601,36
TOTAL DE ORIGENS	48.761,35	62.601,36
 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Aumento (Diminuição) do Capital Circulante Líquido	48.761,35	62.601,36
	48.761,35	62.601,36
 ATIVO CIRCULANTE		
No início do exercício		
No final do exercício	177.999,00	107.419,21
Variação do Ativo Circulante	250.873,32	177.999,00
	72.874,32	70.579,79
 PASSIVO CIRCULANTE		
No início do exercício		
No final do exercício	8.541,61	724,18
Variação do Passivo Circulante	32.654,58	8.541,61
	24.112,97	7.817,43
 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Aumento (Diminuição) do Capital Circulante Líquido	48.761,35	62.762,36
	48.761,35	62.762,36

L&S COMERCIAL EIRELI
Notas Explicativas as Demonstrações
Contábeis em 31/12/2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A L&S COMERCIAL EIRELI é uma sociedade por quotas de responsabilidade individual de capital acional que iniciou suas atividades em 13 de fevereiro de 2019, estabelecida à Rua Albert Einstein, nº 807, Sala 01, bairro Fortaleza, Blumenau, Estado de Santa Catarina, que atua nas atividades de:

- a) Comercio varejista de materiais de papelaria.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/76 e o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, Resoluções CFC nº. 750/1993, 1.255/2009 e 1.282/2010.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional empresa. Todas as informações financeiras apresentadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Assunções deste gênero foram aplicadas a itens constantes das notas 5.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

3.1 *Apresentação das contas*

Os ativos e passivos com prazo de realização e exigibilidade inferiores a 365 dias estão registrados como circulantes.

3.2 *Contas a receber*

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão dos títulos representativos do direito adquirido perante terceiros, atualizado quando determinações legais e ou contratuais assim exigirem.

3.3 *Estoques*

Os estoques são demonstrados ao custo de sua aquisição e não superam os preços de mercado, seu inventário baseia-se no método de custo médio de operação.

3.4 *Imobilizado*

Está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido dos respectivos encargos de depreciação, havendo ainda a redução ao valor recuperável quando aplicável. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.

3.5 *Outros Ativos*

Os demais ativos são apresentados ao custo de aquisição e ou emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização quando aplicável.

3.6 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.7 Apuração resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência para receitas e despesas.

3.8 Tributação

Com base na Lei Complementar nº. 123/2006, satisfazendo as condições nela previstas, o empresário optou pelo regime simplificado de apuração de impostos (SIMPLES NACIONAL).

4. OUTROS ADIANTAMENTOS

Referem-se ao pagamento de férias do funcionário que será descontado na folha do exercício seguinte.

5. IMOBILIZADO

A empresa não possui imobilizado na data do encerramento do exercício.

6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENC. E SOCIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pró-labore a Pagar	2.103	2.102
Salários a pagar	0	0
Totais Obrigações Com Pessoal	2.103	2.102

L&S COMERCIAL EIRELI
Notas Explicativas as Demonstrações
Contábeis em 31/12/2021

Folha: 31

RETIDAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contr. Conf./Sindical a Recolher	0	0
Totais obrigações previdenciárias e sociais	0	0

8. CONTAS A PAGAR

Refere-se a valores devidos a fornecedores de insumos, imobilizados e a prestadores de serviços na data base das demonstrações financeiras, cuja liquidação dar-se-á no exercício seguinte.

9. CAPITAL SOCIAL

	Capital	Capital a	2021 Capital	
	%	Subscrito	Integralizar	Realizado
ADEMIR LAURINDO	100	100.000	-	100.000
Totais	100	100.000	-	100.000

	Capital	Capital a	2020 Capital	
	%	Subscrito	Integralizar	Realizado
ADEMIR LAURINDO	100	100.000	-	100.000
Totais	100	100.000	-	100.000

BLUMENAU, SC - 31/12/2021

ELENIR SANI

Titular Pessoa Física

CPF: 719.024.149-34

EDIO DA SILVA

Contabilista

CRC: 1SC-017566/O-2

L&S COMERCIAL EIRELI
Carta de Responsabilidade da Administração
Contábil em 31/12/2021

Em atendimento aos Princípios Gerais de Contabilidade e à legislação vigente, as Demonstrações Contábeis e estas Notas Explicativas, estão expressas em Reais (R\$).

Nota 1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial; aos preceitos das Leis das Sociedades Anônimas; e aos Princípios de Contabilidade Geralmente aceitos.

Nota 2 - Principais Práticas Contábeis

a) Determinação do Resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios, que foi de R\$48.761,35.

b) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante

Clientes referem-se à direitos a receber decorrentes de operações de vendas efetuadas a prazo ou da contra prestação de serviços de qualquer natureza apresentados pelo seu valor de face e, quando couber, atualizados monetariamente e a valor de mercado.

A provisão para contas de realização duvidosa é calculada com base na experiência da administração com perdas em anos anteriores, condição de mercado e situação econômica.

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores, respectivamente, ao custo de reposição e ao valor de realização.

c) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Nota 3 - Cobertura de seguros

Face à natureza de suas atividades a empresa adota a política de contratar cobertura de seguros com base no conceito secundário de "perda máxima provável", o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento.

BLUMENAU, SC - 31/12/2021

ELENIR SANI

Titular Pessoa Física

CPF: 719.024.149-34

EDIO DA SILVA

Contabilista

L&S COMERCIAL EIRELI

Plano de Contas 9014 - Plano de contas modelo participante

Código	Classificação	Nome
19	01	ATIVO
27	01.1	ATIVO CIRCULANTE
35	01.1.1	DISPONIBILIDADES
43	01.1.1.01	CAIXA
51	01.1.1.01.001	Caixa
132	01.1.2	DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO
426	01.1.2.10	ESTOQUES
434	01.1.2.10.001	Estoque de Mercadorias Para Revenda
1163	02	PASSIVO
1171	02.1	PASSIVO CIRCULANTE
1260	02.1.3	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
1350	02.1.3.03	FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES
1368	02.1.3.03.001	Pro-Labore a Pagar
1376	02.1.3.04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR
1384	02.1.3.04.001	J.N.S.S. a Pagar
1465	02.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
1473	02.1.4.01	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER
1481	02.1.4.01.001	IRRF a Recolher - Pessoa Física
1589	02.1.4.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS
1643	02.1.4.03.006	SIMPLES a Pagar
1902	02.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1910	02.3.1	CAPITAL
1929	02.3.1.01	CAPITAL SOCIAL
1937	02.3.1.01.001	Capital Social Subscrito
1953	02.3.2	RESERVAS
2003	02.3.2.02	RESERVAS DE LUCROS
3832	02.3.2.02.001	Reserva de Lucros
2011	02.3.4	PREJUÍZOS ACUMULADOS
2054	02.3.4.04	RESULTADO DO EXERCÍCIO
2062	02.3.4.04.001	Resultado do Exercício
2089	03	RECEITAS
2097	03.1	RECEITAS OPERACIONAIS
2100	03.1.1	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS
2119	03.1.1.01	RECEITA COM VENDAS NO PAÍS
2143	03.1.1.01.003	Revenda de Mercadorias a Vista
2194	03.1.2	DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS
2208	03.1.2.01	DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS
2216	03.1.2.01.001	Devoluções de Vendas
2232	03.1.2.02	IMPOSTOS S/ VENDAS E SERVIÇOS
2313	03.1.2.02.008	Simples Nacional S/ Vendas e Serviços
2763	04	CUSTOS E DESPESAS
2771	04.1	CUSTOS
2780	04.1.1	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS
2798	04.1.1.01	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS
2801	04.1.1.01.001	Custo das Mercadorias Vendidas
2925	04.2	DESPESAS
2933	04.2.1	DESPESAS OPERACIONAIS
2941	04.2.1.01	DESPESAS TRABALHISTAS
2968	04.2.1.01.002	Pro-Labore
3508	05	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
3516	05.1	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
3824	05.1.1	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
4340	05.1.1.01	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
4359	05.1.1.01.001	Resultado Líquido do Exercício

L&S COMERCIAL EIRELI

Plano de Contas 9014 - Plano de contas modelo participante

161
Folha: 35

Códig Classificação Nome

EDIO DA SILVA
CONTADOR
CPF: 575.842.819-15
CRC: 1SC-017566/O-2

ELENIR SANI
Titular Pessoa Física
CPF: 719.024.149-34

TERMO DE ENCERRAMENTO

DIARIO

Nº de Ordem 3

Contém este livro 36 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 36 e serviu de DIARIO nº 3, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: L&S COMERCIAL EIRELI
Endereço: R ALBERT EINSTEIN, 807 - SALA 1
Bairro: FORTALEZA
C.E.P.: 89056130
Cidade.: BLUMENAU / SC

Registrada na JUCESC sob nº 42600576404 e arquivado em 13/02/2019.
Inscrição Estadual nº 260090280 e C.N.P.J. nº 32763201000137

BLUMENAU/SC, 31 de Dezembro de 2021

EDIO DA SILVA
CONTADOR
C.P.F.:57584281915
R.G.:1894216 SESP SC
C.R.C.:017566/O-2

ELENIR SANI
TITULAR PESSOA FISICA
C.P.F.:71902414934
R.G.:2.252.686-2 SESP



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: L&S COMERCIAL EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42600576404	32.763.201/0001-37	13/02/2019	13/02/2019
Endereço: R ALBERT EINSTEIN, 807 SALA 1, FORTALEZA, BLUMENAU, SC - CEP: 89056130			
OBJETO SOCIAL			
<p>COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE ARTIGOS PARA: ESCRITÓRIO, ESCOLAR E DE TREINAMENTO, PAPEL PARA REPROGRAFIA E OFF-SET, FORMULÁRIO CONTÍNUO, ELETRODOMÉSTICO, DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PROGRAMAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, CARTUCHOS, TONER, FITAS, MOBILIÁRIOS EM GERAL, COZINHAS E REFEITÓRIOS, ARTIGOS DE USO DOMÉSTICOS, CAMA MESA E BANHO, MATERIAIS EM GERAL DE HIGIENE PESSOAL, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMÉSTICA, INDUSTRIAL, HOSPITALAR, PISOS E LAVANDERIAS, VESTUÁRIO, CALÇADOS E COMPLEMENTOS, RECREAÇÃO E DESPORTO, ARTIGOS ARTÍSTICOS, INSTRUMENTOS MUSICAIS, MECANOGRÁFIA, TIPOGRAFIA, MÁQUINAS DE CALCULAR, REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E MATERIAIS PARA GRÁFICAS, FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA E FONOGRÁFIA, FILMES, FITAS, CDS, DISCOS, EQUIPAMENTOS PARA REPRODUÇÃO DE FILMES, CONDICIONADORES DE SACOS, BOLSAS E ENVELOPES, MÁQUINAS DE EMBALAGEM, CARPINTARIA E MARCENARIA, OFICINA MECÂNICA, TRATAMENTO TÉRMICO, ACABAMENTO DE METAIS, MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DE USO GERAL, FERRAMENTAS EM GERAL, PNEUS, CÂMERAS, VEÍCULOS, CERAS, MOTORES, BOMBAS E COMPRESSORES DIVERSOS, CONDICIONAMENTO E REFRIGERAÇÃO, FORNOS E EQUIPAMENTOS PARA SECAGEM, TELECOMUNICAÇÃO, ADESIVOS, MATERIAIS PARA VEDAÇÃO, CABOS DE AÇO E FIBRAS, BARBANTES, CORDÕES E CORDONETES, CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL E EQUIPAMENTOS HIDRÁULICO E SANITÁRIO, TUBOS, MANGUEIRAS E CONEXÕES, MATERIAIS NÃO METÁLICOS PARA TRANSFORMAÇÃO, GERAÇÃO DE ENERGIA, PILHAS E BATERIAS, MATERIAIS E COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, SINALIZAÇÃO, CONTROLE E ALARME, BALANÇAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL DE USO EM ENFERMARIA, BRINQUEDOS, PARQUES DE DIVERSÕES, MATERIAIS DESCARTÁVEIS, COPOS PERSONALIZADOS, SELOS E LACRES PARA ENVASE DE EMBALAGENS, EPI'S, PROTETOR SOLAR, ARTIGOS ERGONÔMICOS, ARTESANATOS, ARTIGOS DE ARMARINHO E AVIAMENTOS, UTENSÍLIOS DE COZINHA, ARTIGOS ESPORTIVOS, MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO, MATERIAIS EM INOX, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, ARTIGOS DE DECORAÇÃO, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, E REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS.</p>			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 100.000,00 CEM MIL REAIS		Microempresa	XXXXXX
R\$ Capital integralizado: 100.000,00 CEM MIL REAIS			
TITULAR/ADMINISTRADOR			
Nome/CPF	Cond./Administrador	Início de mandato	Término do mandato
ELENIR SANI 719.024.149-34	TITULAR / ADMINISTRADOR	XXXXXX	XX/XX/XXXX

225164485

página: 1/2



CONTROLE: 15998453375941 CPF SOLICITANTE: 719.024.149-34 NIRE: 42600576404 EMITIDA: 23/05/2022 PROTOCOLO: 225164485



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: L&S COMERCIAL EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42600576404	32.763.201/0001-37	13/02/2019	13/02/2019
Endereço: R ALBERT EINSTEIN, 807 SALA 1, FORTALEZA, BLUMENAU, SC - CEP: 89056130			
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número		Sem Status
15/07/2019	42600576404	REGISTRO ATIVO	
Ato: 091 - ATO CONSTITUTIVO			
Evento: 046 - TRANSFORMACAO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX		
Endereço: XXXXXX			
Observação			

FLORIANOPOLIS - SC, 23 de Maio de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS

225164485

página: 2/2



L&S COMERCIAL EIRELI

Blumenau, 09 de agosto de 2022.

DECLARAÇÃO

A **L&S COMERCIAL EIRELI**, com sede a Rua Albert Einstein, nº 807 – Sala 01 – Bairro Fortaleza – Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 32.763.201/0001-37, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022** do **MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES**, que:

- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854/1999, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- Estamos sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006 e não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º da referida lei.
- O CNAE que representa a atividade de maior receita é 47.54-7-01.
- Não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. Além disso, não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.
- Para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

ELENIR

**SANI:7190241
4934**

Assinado de forma
digital por ELENIR
SANI:71902414934

ELENIR SANI
Sócia proprietária
CPF 719.024.149-34

Rua Albert Einstein, nº 807 - Sala 01 - Fortaleza - Blumenau (SC) - CEP 89.056-130

Fone: (47) 3232-0960 - Fax: (47) 3232-0960

CNPJ 32.763.201/0001-37 - Inscrição Estadual 260.090.280

E-mail: lausanicomercial@gmail.com



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 82.952.328/0001-58, situada à Rua Antônio Luz, 111, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88010-410 atesta para os devidos fins que a empresa **L&S COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.763.201/0001-37, com sede na Rua Albert Einstein, nº 807, Fortaleza, CEP: 89.056-130 - Blumenau - SC, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Ademir Laurindo, portador do CPF nº 624.465.259-20, documento de identidade nº 1.723.455, forneceu os materiais abaixo especificados referentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 232/2021(SEA) – SED 48307/21 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 14/2022** emitida em 28/01/2022 e **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 232/2021** emitida em 06/12/2021, em plenas condições de uso, no prazo de entrega estabelecido.

Item	Descrição Objeto	Quantidade
04	Quadro didático Branco, moldura de alumínio ***QUADRO BRANCO - Quadro Didático Branco, moldura de Alumínio. Quadro didático branco para marcador fabricado em MDF no mínimo 5mm de espessura, revestido em laminado melamínico frente e verso sendo na cor branca brilhante a parte frontal, com moldura em alumínio bitola de 20mm x 15mm com suporte para apagador medindo 300mm x 60mm tipo calha, com orelhas para fixação na parede acompanhado de buchas 6mm e parafusos, quadro deverá ser embalado individualmente com plástico bolha, medindo 2000mm x 1200mm. Matérias primas: suportes e conjunto de fixação deverão ser acondicionados em um único saco plástico transparente, lacrado, que deverá receber um rótulo de fácil leitura, com identificação do fabricante, do fornecedor e discriminação do produto; Manual: fornecer manual do usuário, constando instruções de instalação (incluindo altura de instalação em conformidade ao estabelecido na ABNTNBR9050) e recomendações cabíveis, sugere-se incluir também recomendações para conservação e limpeza; Garantia de 12 (doze) meses. (ITEM EXCLUSIVO ME E EPP) – CÓDIGO 05050-4-005 – MARCA VAMBEI.	1250

Atestamos que tais fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Florianópolis, 02 de maio de 2022.

Altair Hoepers
Gerente de Gestão e
Supervisão Escolar/ GESUE



Assinaturas do documento



Código para verificação: **O5Q6D6O2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALTAIR HOEPERS (CPF: 907.XXX.559-XX) em 02/05/2022 às 16:56:54

Emitido por: "SGP-e"; emitido em 24/11/2021 - 14:49:16 e válido até 24/11/2121 - 14:49:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VEXzcwNTRfMDAwNzg0NjBfNzg0ODNmMjAyMI9PNVE2RDZPMg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SED 00078460/2022** e o código **O5Q6D6O2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - (PR)

Licitação: (Ano: 2022/ MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES / Nº Processo: 93)

às 15:30:44 horas do dia 09/08/2022 no endereço AV ARAUCARIA-3120, bairro CENTRO, da cidade de CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). RAFAELA SCHEREINER, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 93 - 2022/46 que tem por objeto Aquisição de Quadros Escolares.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
21/07/2022 12:05:41:654	GMG COMERCIO DE MOVEIS MAQUINAS EQUIPAMENTOS ESCRI	R\$ 54.600,00
08/08/2022 17:38:07:707	ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 54.600,00
14/07/2022 13:50:06:661	CENTRO OESTE - COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS L	R\$ 54.603,00
18/07/2022 07:49:59:752	COMPAKTO - DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - ME	R\$ 54.603,00
02/08/2022 10:30:25:878	MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 54.600,00
08/08/2022 19:26:29:742	L&S COMERCIAL EIRELI	R\$ 546,03
17/07/2022 18:40:25:792	JOSE BEZERRA DA COSTA 26787580100	R\$ 54.600,00
18/07/2022 14:08:36:006	CLEITON MIGUEL SCHIAVINI 04315579939	R\$ 545,00
15/07/2022 12:15:35:670	WHITE BOARD IMPORT COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 54.603,00
09/07/2022 19:57:59:596	CPM CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL E VENDAS LTD	R\$ 500.000,00
12/07/2022 14:46:05:052	LOUSAS BRASIL COMERCIO DE QUADROS E ARTIGOS ESCOLA	R\$ 54.600,00
09/08/2022 14:49:53:927	FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 500.000,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m

Data-Hora	Fornecedor	Lance
09/08/2022 15:40:43:572	L&S COMERCIAL EIRELI	R\$ 525,00
09/08/2022 15:40:28:054	CENTRO OESTE - COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS L	R\$ 534,00
09/08/2022 15:40:16:014	ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 535,00
09/08/2022 15:39:25:407	LOUSAS BRASIL COMERCIO DE QUADROS E ARTIGOS ESCOLA	R\$ 543,99
18/07/2022 14:08:36:006	CLEITON MIGUEL SCHIAVINI 04315579939	R\$ 545,00
17/07/2022 18:40:25:792	JOSE BEZERRA DA COSTA 26787580100	R\$ 54.600,00
21/07/2022 12:05:41:654	GMG COMERCIO DE MOVEIS MAQUINAS EQUIPAMENTOS ESCRI	R\$ 54.600,00
02/08/2022 10:30:25:878	MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 54.600,00
15/07/2022 12:15:35:670	WHITE BOARD IMPORT COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 54.603,00
18/07/2022 07:49:59:752	COMPAKTO - DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - ME	R\$ 54.603,00
09/07/2022 19:57:59:596	CPM CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL E VENDAS LTD	R\$ 500.000,00
09/08/2022 14:49:53:927	FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 500.000,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 09/08/2022, às 15:42:30 horas, no lote (1) - Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxi0aop00003_multisalas-03. No dia 09/08/2022, às 15:44:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 09/08/2022, às 15:44:10 horas, no lote (1) - Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira

resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: Declarado vencedor por apresentar a melhor Proposta. No dia 10/08/2022, às 15:42:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 10/08/2022, às 15:42:36 horas, no lote (1) - Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: Adjudicado por cumprir com os requisitos da habilitação.

No dia 10/08/2022, às 15:42:36 horas, no lote (1) - Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa **L&S COMERCIAL EIRELI** com o valor **R\$ 525,00**.

às 15:49:33 do dia 15/07/2022 as seguintes datas foram alteradas por JANDIR BANDIERA: abertura de propostas (de 18/07/2022-15:00:00 para 27/07/2022-13:00:00); início da disputa (de 18/07/2022-15:30:00 para 27/07/2022-13:30:00)

às 15:55:18 do dia 25/07/2022 as seguintes datas foram alteradas por JANDIR BANDIERA: abertura de propostas (de 27/07/2022-13:00:00 para 09/08/2022-15:00:00); início da disputa (de 27/07/2022-13:30:00 para 09/08/2022-15:30:00)

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.


RAFAELA SCHEREINER

Pregoeiro da disputa


JANDIR BANDIERA
Autoridade Competente


JAYME LAZZARETTI
Membro Equipe Apoio

Proponentes:

08.331.877/0001-77 ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
73.334.476/0001-32 CENTRO OESTE - COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS L
12.449.236/0001-99 CLEITON MIGUEL SCHIAVINI 04315579939
14.136.133/0001-02 COMPAKTO - DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - ME
14.437.343/0001-22 CPM CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL E VENDAS LTD
46.113.198/0001-10 FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
81.889.693/0001-17 GMG COMERCIO DE MOVEIS MAQUINAS EQUIPAMENTOS ESCRI
37.885.641/0001-80 JOSE BEZERRA DA COSTA 26787580100
32.763.201/0001-37 L&S COMERCIAL EIRELI
40.801.863/0001-82 LOUSAS BRASIL COMERCIO DE QUADROS E ARTIGOS ESCOLA
26.655.819/0001-80 MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA
43.838.684/0001-08 WHITE BOARD IMPORT COMERCIO E SERVICOS LTDA



PARECER JURIDICO N.º 480/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 93/2022

PREGÃO N.º 46/2022 - ELETRÔNICO

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta à solicitação da Sra Pregoeira de elaboração de Parecer Jurídico Final (fase externa), após a realização do certame nos processos licitatórios mencionados nas referidas solicitações, informo que não há previsão legal para a emissão de parecer jurídico na fase externa na licitação.

Em caso de entendimento diverso, como o parecer final visa evitar responsabilidades ao Gestor posto que é solicitado antes da homologação, ele deve ser exarado pela Assessoria Jurídica de Gabinete e/ou servidor do próprio controle interno.

Tal posicionamento, pela ausência de previsão legal, acompanha exatamente o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.833, de 1994)

Como documento vinculativo, obrigacional, e que estabelece condições a serem praticadas na futura contratação, é razoável entender que há, mesmo, necessidade de exame e aprovação por assessoria jurídica da Administração, até para evitar o cometimento de ilegalidades ou a assunção de compromissos sem respaldo na legislação em vigor.

Ocorre que, após a realização do certame, a minuta do Edital e Contratos previamente avaliados via parecer jurídico somente contemplará, via de regra, os (i) dados do licitante vencedor, (ii) a vigência dos preços e (iii) o valor dos produtos e/ou serviços a serem registrados/contratados. Nada mais. Todo o conteúdo jurídico já estaria previamente aferido pela assessoria jurídica da Administração, como manda a lei.

Nesse sentido, em tese, não haveria necessidade de retorno dos autos do procedimento licitatório para novo exame e convalidação jurídica que já teria sido quando do exame do edital, bastando o preenchimento dos dados apurados na licitação em relação ao licitante vencedor, preço e vigência para que o documento, uma vez firmado por ambas as partes – Administração e particular, passasse a produzir efeitos.

O Tribunal de Contas da União, baluarte na orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, por meio de publicação oficial, aduz que a fase externa do certame é integrada pelos seguintes itens e procedimentos:

FASE EXTERNA (OU EXECUTÓRIA)

Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório. Estende-se à contratação do fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- publicação do resumo do ato convocatório;
- fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

171

- recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- abertura dos envelopes com a documentação;
- verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- abertura dos envelopes com as propostas;
- julgamento das propostas;
- declaração do licitante vencedor;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- homologação / aprovação dos atos praticados no procedimento;
- adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- empenho da despesa;
- assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

Não há, por parte do referido Órgão de Controle externo, referência ao exame da fase externa do certame, pela assessoria jurídica/procuradoria, como condição de procedibilidade ou validade do certame realizado pelo ente licitante.

Aliás, na mesma publicação, o Tribunal de Contas da União afirma que:

Exame e aprovação da assessoria jurídica Minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Quanto a convite, é dispensável aprovação das respectivas minutas. A legislação não exige que os atos convocatórios de licitações realizadas nessa modalidade sejam examinados pelo setor jurídico.

(...)

É permitida a utilização de modelos padronizados de editais e de contratos previamente submetidos à análise da área jurídica do órgão ou entidade contratante. Nesses modelos, o gestor limita-se a preencher dados específicos da contratação, sem alterar quaisquer condições ou cláusulas anteriormente examinadas. (g.n.) BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 279.

No processo em tela, portanto, previamente examinado e aferido pela estrutura jurídica da municipalidade, é possível inferir sobre a dispensabilidade de novo exame, inclusive sobre a fase externa do certame, não exigida pela legislação em vigor.

E é o próprio Tribunal de Contas da União que assim refere:

A despeito de haver decisões do TCU que determinam a atuação da assessoria jurídica em cada procedimento licitatório, o texto legal - parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 - não é expresso quanto a essa obrigatoriedade. Assim, a utilização de minutas-padrão, guardadas as necessárias cautelas, em que, como assevera o recorrente, limita-se ao preenchimento das quantidades de bens e serviços, unidades favorecidas, local de entrega dos bens ou prestação dos serviços, sem alterar quaisquer das cláusulas desses instrumentos previamente examinados pela assessoria jurídica, atende aos princípios da legalidade e também da eficiência e da proporcionalidade. Acórdão nº 1504/2005 - TCU - Plenário. Voto do Ministro Relator.

Diante disso, é possível concluir que não haveria necessidade de que a equipe jurídica da Administração:

- a) Se pronunciasse, ex vi legis, sobre a fase externa da licitação; e
- b) Examinasse e aprovasse, novamente, as minutas de editais, contratos e/ou atas de registro de preços já anteriormente examinadas e aferidas, cujas modificações compreendessem apenas o preenchimento de campos que só seriam passíveis de preenchimento após a realização do certame, quais sejam, os dados do licitante vencedor, os preços a serem registrados e a vigências das respectivas atas, tendo em vista não haver qualquer alteração de conteúdo obrigacional em relação aos referidos documentos.

Diante das considerações anteriores extraídas da Lei e da Jurisprudência nossa manifestação se restringe a relatar resumidamente, as ocorrências da fase externa:

1. Traz a análise certame licitatório supra mencionado que objetiva, conforme detalhado em edital e seus anexos:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

175

Aquisição de quadros escolares.

2. Conforme determina a Lei 10.520/02, a convocação dos licitantes se deu através dos seguintes veículos e respectivas datas, além da inserção do edital na íntegra no "portal de transparência" do Município, e seu extrato no "mural de licitações" do TCE-PR:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

05/07/2022

Foi, ainda, inserido o edital e seus anexos na íntegra no "portal de transparência" do Município em seu site, com disposição a partir da data de publicação acima, cujo certame eletrônico foi aperfeiçoado através do sistema licitações-e do Banco do Brasil.

3. A data de abertura foi estabelecida em prazos necessários com respeito os mínimos previstos em Lei, a qual foi designada inicialmente para: 18/07/2022. Foi oportunamente reagendada a abertura para 27/07/2022 e mais tarde, em definitivo, para 09/08/2022.
4. Quanto a interposição de impugnação/recursos/pedidos de esclarecimento por parte eventuais interessados em relação ao instrumento convocatório: identificamos duas ocorrências de impugnação que foram apreciadas pelo setor de educação da municipalidade e decididas pela Sra Pregoeira, no entendimento pelo deferimento dos pedidos com vistas a inserir no edital a necessidade de comprovações adicionais para contratação fatos que importaram no reagendamento da disputa em duas ocasiões.
5. No dia, hora e local designados para a sessão pública apurou-se a existência de doze proponentes(s), conforme consignado em ata.
6. Decorrida a etapa de lances a proponente L & S Comercial Eireli apresentou o menor valor no lote 1, à ordem de R\$ 525,00(unidade), sagrando-se vencedora.
7. Tendo sido apreciadas as propostas de valores, passou-se imediatamente para a fase de habilitação que restou superada com a habilitação do(s) vencedor(es) sem ressalvas.
8. Ultrapassada a fase de habilitação dos proponentes a Sra pregoeira adjudicou os objetos em favor do(s) licitante(s) em: 10/08/2022.
9. Deixa-se de analisar os demais documentos apresentados pela(s) empresa(s) participante(s) bem como os conteúdos e detalhamentos de proposta(s), tendo em vista ser esta obrigação do(a) Pregoeiro(a), conforme art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993.
10. Não restam, até o momento, manifestações ou razões recursais de qualquer ordem para serem analisadas.
11. Diante do exposto, após serem as laudas dos Autos numeradas e rubricadas, remeta-se o presente processo licitatório à Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua homologação, consultado o controle interno e sua assessoria jurídica, se assim entender oportuno.

Coronel Domingos Soares/PR, 10 de agosto de 2022.


Rogério Everaldo Schmidt
Procurador - OAB-PR 59902
Portaria 139/2015



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

176

ADJUDICAÇÃO

Pregão 46/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 18/07/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Aquisição de Quadros Escolares

Vencedor(es):

L&S COMERCIAL EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m			UN	100,00	525,00	52.500,00
TOTAL								52.500,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 10/08/2022.


RAFAELA SCHEREINER
094.850.889-22
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADJUDICAÇÃO

Pregão 46/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/ítem, conforme descrito em ata do dia 18/07/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Aquisição de Quadros Escolares

Vencedor(es):

L&S COMERCIAL EIREL								
Ítem	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Preço	Preço Total
1	-	Quadro branco acrílico 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado metálico (ouso branco fixo, fundo em MDF / madeira resistente) 3mm ou chapa acrílica, madeira em alumínio anodizado fixo, com suporte para apagador articulado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação ajustável podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m			UN	100,00	525,00	52.500,00
TOTAL								52.500,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em trânsito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente. Centro Administrativo Adão Reis, em 10/08/2022.

RAFAELA SCHEREINER - 094.850.889-22 - Pregoeira

CONFIRMAÇÃO



HOMOLOGAÇÃO

Pregão 46/2022

1. Ficam homologados os atos da Sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Aquisição de Quadros Escolares.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em dez dias de agosto de 2022.

JANDIR BANDIERA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

HOMOLOGAÇÃO

Pregão 46/2022

1. Ficam homologados os atos da Sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Aquisição de Quadros Escolares.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame. Centro Administrativo Adão Reis, em dez dias de agosto de 2022.

JANDIR BANDIERA - Prefeito

20/11/2022



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

180

CONTRATO nº 114/2022 Pregão 46/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandiera, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: L&S COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede a RUA ALBERT EINSTEIN, 807 SALA 01 - CEP: 89056130 - BAIRRO: FORTALEZA, Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob nº 32.763.201/0001-37 neste ato devidamente representada por ELENIR SANI de CPF 719.024.149-34.

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 46/2022, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é Aquisição de Quadros Escolares, nas seguintes condições e especificidades:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	6822	Quadro branco na medida 2,50m x 1,20m, confeccionado em laminado melamínico lousa branca lisa, fundo em MDF (madeira resistente) 3mm ou chapa eucatex, moldura em alumínio anodizado fosco, com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante com 40cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal. Acompanha manual e conjunto de acessórios para instalação na medida 2,50m x 1,20m		UN	100,00	525,00	52.500,00
TOTAL								52.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço ajustado para aquisição/execução do objeto da licitação e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R\$ 52.500,00 (Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais), respeitados os valores individuais descritos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

3.1 O prazo total de entrega/execução será de **12 meses**, podendo ser prorrogado de conformidade com o disposto na Lei 8.666/93.

3.2 A entrega deverá ser feita em até 10 Dias após emissão de requisição de compras, podendo ser solicitada de forma fracionada durante o período de execução do contrato, conforme necessidade do departamento requisitante.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

181

PARAGRAFO PRIMEIRO - É vedado à empresa vencedora executar o objeto sem emissão de ordem de compra/fornecimento expedida pelo 70305 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, sob pena de não reconhecimento das mesmas;

PARAGRAFO SEGUNDO - É vedada a empresa vencedora interromper a entrega e/ou execução do objeto por qualquer motivo, sem aviso prévio antecipado e de no mínimo 05(cinco) dias do referido ato, sob pena de não aceitação do mesmo e aplicação de sanções administrativas;

PARAGRAFO TERCEIRO - A empresa vencedora será única e exclusiva responsável pelo atendimento das legislações: fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, ambientais, equipamentos de proteção individual e seguros em geral;

PARAGRAFO QUARTO - A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho;

PARAGRAFO QUINTO - É vedada a empresa vencedora transferir ao outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

PARAGRAFO SEXTO - Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

PARAGRAFO SÉTIMO - A não entrega e/ou execução no prazo anteriormente estipulado será considerada como desistência, podendo a administração pública, indicar o próximo colocado nos itens que ganhou o primeiro, para a entrega e/ou execução, nas mesmas condições oferecidas pelo primeiro colocado, nos termos da legislação vigente;

PARAGRAFO OITAVO - O prazo de garantia dos produtos fornecidos deverá ser de, no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela Contratada através de termo formal, devidamente justificado, juntamente com as comprovações fiscais, devidamente protocolado junto à Contratante, para eventual concessão do mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO: O prazo para a apreciação e emissão de decisão do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

A Contratada deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a Contratante, sendo que qualquer alterações de valores somente poderão ser aperfeiçoadas após a data de publicação do Termo Aditivo.

PARAGRAFO TERCEIRO: Eventuais reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do valor devido para o fornecimento ou execução do objeto deste edital, será realizado até o décimo quinto dia do mês subsequente àquele em que se deu a entrega ou execução, após objeto(s) devidamente aceito(s). Os pagamentos serão efetuados através das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
3390	07.002.12.361.0007.2042	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

182

3820	07.003.12.361.0007.2046	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
3830	07.003.12.361.0007.2046	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
4090	07.004.12.365.0007.2050	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
4310	07.004.12.365.0007.2053	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

PARAGRAFO PRIMEIRO - Em recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA e exclusivamente através de depósito bancário diretamente na conta do favorecido sendo a mesma. Não serão efetuados pagamentos em cheques e/ou dinheiro.

PARAGRAFO TERCEIRO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada, emitente da fatura.

PARAGRAFO QUARTO - As Notas Fiscais deverão ser entregues na Prefeitura, no endereço já declinado no preâmbulo da presente, contendo a descrição processo licitatório bem como modalidade correspondente. As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail comprasmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

PARAGRAFO QUINTO - Notas fiscais, quando emitidas, devem ater-se ao departamento para o qual foi destinado objeto havendo 3 possibilidade a saber:

- Para o setor municipal de saúde: Fundo Municipal de Saúde de Cel. Domingos Soares, av Araucária, sn, CNPJ 08899631/0001-04, isento de inscrição estadual;
- Para o setor municipal de ação social: Fundo Municipal de Assistência Social de Cel Dom Soares, av Araucária, sn, CNPJ 14689536/0001-70, isento de inscrição estadual;
- Para os demais setores da administração: Município de Cel Domingos Soares, Av Araucária, 3120, CNPJ 01614415/0001-18, isento de inscrição estadual.

PARAGRAFO SEXTO - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

PARAGRAFO SÉTIMO - Somente serão efetuados os pagamentos das Notas Fiscais que estiverem acompanhadas das respectivas autorizações de compras emitidas pelo Departamento de Compras, as Notas Fiscais que não estiverem acompanhadas destas autorizações não serão recebidas, portanto somente o Departamento de Compras é autorizado a solicitar os produtos e o fornecedor não deverá entregar qualquer item que seja solicitado por terceiros ainda que vinculados a administração municipal.

PARÁGRAFO OITAVO - Pactuam as partes, em comum acordo, que nenhum pagamento, no âmbito deste contrato, deverá ser efetivado ao contratado caso este não comprove, junto a cada nota fiscal emitida em desfavor do contratante, sua condição de regularidade fiscal perante a Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, O FGTS e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidões negativas e/ou certidões positivas com efeitos de negativa. Esta pactuação das partes visa condicionar o contratado a manter durante o curso da prestação dos serviços ou da entrega de bens a condição de regularidade comprovada pelo mesmo por ocasião da participação na licitação.

- O contratado reconhece, desde já, que a eventual retenção de pagamentos pela não satisfação do pactuado neste parágrafo não será reconhecida como retenção indevida.
- O contratante se reserva, ainda, o direito de suspender a prestação de serviços ou o fornecimento de bens bem como não mais receber notas fiscais do contratado caso este deixe de cumprir o previsto neste parágrafo.

CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de **12 meses**, a contar da data da publicação do seu extrato junto a imprensa oficial do Município.



CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber e fazer cumprir o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todos os meios para que a contratada possa entregar e/ou executar o objeto dentro das normas estabelecidas;
- b) Proceder à conferência do objeto, certificando-se de que atende as especificações descritas neste contrato;
- c) Efetuar o pagamento ajustado;
- d) Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para configurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
- e) Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com referência ao fornecimento e/ou execução do objeto.
- f) Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- g) Solicitar o objeto, através de Autorização de Fornecedor devidamente assinada.
- h) Exigir a apresentação de notas fiscais, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem: as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de outros compromissos que exijam tais comprovações.
- i) A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros, intermediários ou quaisquer outros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pela emissão de Nota Fiscal eletrônica, ficando ciente que o Departamento Compras não receberá a Nota que descumprir a legislação pertinente a matéria e o pagamento ficará pendente até a regularização da situação.
- c) A CONTRATADA atenderá o presente contrato, obrigando-se a efetuar a entrega e/ou execução do objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.
- d) Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do mesmo.
- e) A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será de responsabilidade do Contratado o pagamento de toda e qualquer situação decorrente da execução do objeto da licitação a que se refere o presente contrato, inclusive eventuais reclamações trabalhistas que venham a ser formuladas decorrentes dessa respectiva execução.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO

8.1 À CONTRATADA serão aplicadas penalidades/multas pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a) multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento.
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais.
- c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos junto ao CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos quando, por culpa da CONTRATADA, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES**EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2022 – Data 15/08/2022**

Ref. Pregão 46/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandeira, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR); CONTRATADO(A): L&S COMERCIAL EIRELI, Sediada na RUA ALBERT EINSTEIN, 807 SALA 01–CEP: 89056130–BAIRRO: FORTALEZA, Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob nº 32.763.201/0001-37

OBJETO(S): Aquisição de Quadros Escolares

VALOR CONTRATUAL: R\$ 52.500,00(Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais), respeitados os valores individuais.

FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

Prazo de execução/entrega: 12 meses - Prazo de vigência: 12 meses

FORO: Comarca de Palmas-PR. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES				
Código da despesa	Funcional programática	Função da despesa	Natureza da despesa	Grupo da fonte
3390	07.002.12.361.3007.2042	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
3620	07.003.12.361.3007.2046	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
3630	07.003.12.361.3007.2046	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
4050	07.004.12.365.3007.2053	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
4310	07.004.12.365.3007.2053	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

C10300600